

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
PRISCYLLA RAMALHO DIAS FERREIRA

**JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS: a influência do Fórum das Juventudes  
da Grande BH na formação da agenda governamental a partir de uma ideia**

**Belo Horizonte**

**2015**

**PRISCYLLA RAMALHO DIAS FERREIRA**

**JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS: a influência do Fórum das Juventudes da Grande BH na formação da agenda governamental a partir de uma ideia**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal de Minas Gerais como exigência parcial para a obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Eleonora Schettini M. Cunha

Belo Horizonte

2015

**PRISCYLLA RAMALHO DIAS FERREIRA**

**JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS: a influência do Fórum das Juventudes da Grande BH na formação da agenda governamental a partir de uma ideia**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal de Minas Gerais como exigência parcial para a obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais.

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA**

---

Professora Orientadora: Eleonora Schettini M. Cunha

---

Professor examinador Juarez Tarcísio Dayrell

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas e todos aquelas e aqueles que de alguma maneira contribuíram para a realização desse trabalho: à minha família, especialmente à minha mãe pela paciência e carinho inesgotáveis e pelo precioso incentivo à leitura e escrita de que é a principal responsável; ao meu pai que, não tendo estudado, me ensinou (muito antes da academia) que teoria sem prática não faz sentido; à minha irmã (gêmea), pelos momentos de descontração e alegria; às/aos minhas/meus amigas/amigos, especialmente à Ana Luiza (irmã do peito), pelas conversas que renderam e sempre rendem ótimas ideias e pela super ajuda com a revisão; e ao querido amigo John, que me deu o pontapé inicial, para estruturar as ideias; às/aos educadoras e educadores que cruzaram meu percurso, desde a escola até à faculdade, especialmente o professor Juarez Dayrell, que me ajudou e ajuda na minha interminável descoberta e redescoberta como educadora, cientista social e ativista política; à minha orientadora, professora Eleonora Cunha, que, confiando em mim, aceitou o desafio de me orientar em circunstâncias tão peculiares. Por fim, quero agradecer especialmente a todo o coletivo do Fórum das Juventudes da Grande BH a quem devo e dedico essa pesquisa. Muito obrigada, especialmente, à Flávia, Júlia, Sâmia e Bruno, com quem dividi todas as angústias e ansiedades geradas nesse período.

*Você não sente, não vê  
Mas eu não posso deixar de dizer, meu  
amigo  
Que uma nova mudança em breve vai  
acontecer  
O que há algum tempo era novo, jovem  
Hoje é antigo  
E precisamos todos rejuvenescer.*

(Belchior)

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BH	Belo Horizonte
CIP-Jovem	Câmara Intersetorial de Políticas Públicas para o Jovem
CRJ	Centro de Referência da Juventude
COMJUVE	Conselho Municipal de Juventude
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
Cjuv	Coordenadoria Municipal de Juventude
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
SEEJ	Secretaria Estadual de Esportes e Juventude
FIQ	Festival Internacional de Quadrinhos
Fórum	Fórum das Juventudes da Grande BH
FEMOJ	Fórum de Entidades e Movimentos Juvenis da Grande Belo Horizonte
OIJ	Organização Ibero-Americana de Juventude
PPJ	Políticas Públicas de Juventude
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PROSAD	Programa Saúde do Adolescente
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
SGPR	Secretaria Geral da Presidência da República
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Resumo principais fatos – 2003 .....	52
FIGURA 2. Resumo principais fatos – 2004 .....	52
FIGURA 3. Resumo principais fatos – 2005; 2006 .....	53
FIGURA 4. Resumo principais fatos – 2008 .....	53
FIGURA 5. Resumo principais fatos – 2009; 2010 .....	54
FIGURA 6. Resumo principais fatos – 2011 .....	55

## Sumário

1.	INTRODUÇÃO.....	8
2.	JUVENTUDE(S).....	13
2.1.	Juventude: algumas concepções .....	14
3.	POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL.....	18
3.1.	Alguns apontamentos sobre políticas públicas .....	18
3.2.	Resgate histórico-institucional das políticas de juventude no Brasil....	27
3.2.1	Primeira fase (1927- 2002) .....	28
3.2.1.	Segunda fase (2003-2013) .....	33
4.	A POLÍTICA DE JUVENTUDE EM BELO HORIZONTE: O PAPEL DOS ATORES E DAS IDEIAS .....	38
4.1.	O Fórum das Juventudes da Grande BH.....	39
4.2.	A Política Pública de Juventude em BH.....	43
4.3.	A influência do Fórum nas PPJ em BH: o caso do Centro de Referência da Juventude (CRJ).....	47
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
	Referências Bibliográficas .....	60
	ANEXOS .....	64



## 1. INTRODUÇÃO

Especialmente nas últimas duas décadas, os esforços de institucionalização de pautas relacionadas aos direitos da juventude vêm se ampliando no Brasil, juntamente com a consolidação da noção de sujeito de direitos atribuída à/ao jovem. A criação de órgãos públicos e a ampliação do número de conselhos de juventude, por exemplo, tanto nas esferas municipal, estadual e nacional são indicadores desses esforços. Em que pesem tais avanços, ainda não se pode falar em consolidação de políticas de juventude no país, nem tampouco de que haja consenso, tanto no âmbito do poder público como no da sociedade civil, sobre a relevância da pauta juvenil, principalmente a partir da perspectiva que reconheça a/o jovem como sujeito de direitos.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o campo dos direitos juvenis e, por conseguinte, o das políticas públicas de juventude (PPJ) são campos em disputa. De um lado, estão políticas calcadas em visões estereotipadas e reducionistas sobre a juventude, e que não conseguem dar respostas aos seus problemas e demandas reais; e, de outro lado, a luta de atores sociais ligados à juventude pelo reconhecimento da/o jovem enquanto segmento populacional dotado de características próprias.

Entre os fatores que colocam a juventude como foco de políticas públicas está a sua representação demográfica. Segundo o último censo<sup>1</sup>, a população brasileira alcançou, em 2010, o patamar de 190.732.694 de habitantes, com pequena predominância feminina. Desse total, quase 18% é composto pelo segmento de jovens de 15 a 24 anos. Se estendermos essa faixa até os 29 anos, o percentual de jovens sobe para 26,8%, o que representa mais de um quarto da população total. Embora a participação do segmento juvenil no conjunto da população brasileira tenha sofrido ligeira redução em comparação com os dados do Censo de 2000 – quando os indivíduos na faixa dos 15 aos 29 anos somavam 28,3% da população total-, como se pode perceber sua participação no conjunto da população ainda é bastante representativa.

---

<sup>1</sup><<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/>>;

<<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>>, acesso em 20 de dezembro de 2014.

Outro fator de relevância, que se relaciona com o crescimento populacional, especialmente no contexto urbano, é o cenário de desigualdades sociais e econômicas do qual as/os jovens tornaram-se parte significativa, principalmente a partir da década de 1980. Tal situação, por sua vez, contribuiu para a presença desses sujeitos em contextos de violência – com ênfase para a questão dos homicídios e do tráfico de drogas -, configurando-os, assim, como as principais vítimas ou protagonistas desses problemas sociais (FREITAS & PAPA, 2003). Dessa maneira - ainda que restrita à dimensão de problema social - a questão da juventude transformou-se em uma preocupação tanto da sociedade como do poder público, conferindo a ela, como foi dito, lugar na disputa por espaço na agenda de políticas públicas dos governos, nas suas diversas esferas.

Paralelamente a esse processo, iniciou-se um movimento diferenciado que tende a complexificar e ampliar o debate em torno da juventude, inclusive acerca das suas representações sociais. Ele caracteriza-se por reconhecer a juventude para além da adolescência, tanto em relação à faixa etária, como em relação a características que definem o que é ser jovem e, por isso, aponta para a necessidade de rever antigas concepções sobre o modo de se pensar políticas de juventude, muito calcadas na dimensão da tutela, dando lugar a concepções que considerem as/os jovens como sujeitos de direitos (FREITAS & PAPA, 2003) e como parte importante na construção dessas políticas.

Diante desse contexto, torna-se relevante a proposição de pesquisas sobre políticas públicas de juventude, tanto pela emergência relativamente recente do tema, quanto pela complexidade que esse debate oferece, dentro de um cenário novo de produção de PPJ, em que atores juvenis buscam maior participação. Além disso, investigações sobre processos de construção de políticas públicas de juventude se mostram importantes para identificar se o poder público tem conseguido responder aos problemas sociais que atingem as/os jovens e às suas demandas, e também de que maneira esse processo tem se dado, especialmente no que tange às concepções/visões/representações de juventude norteadoras dessas políticas.

O presente trabalho se insere nesse debate, com especial foco na participação juvenil em processos de agendamento político da pauta de juventude e de formulação de PPJ, procurando identificar de que maneira movimentos juvenis têm influenciado esses

processos. Nesse sentido, o objetivo principal deste trabalho é analisar o processo de institucionalização da pauta de juventude no município de Belo Horizonte (BH), a partir da atuação de um coletivo juvenil da cidade – o Fórum das Juventudes da Grande BH (doravante Fórum) -, tomando como exemplo uma das políticas de juventude atualmente em fase de implementação na capital – o Centro de Referência da Juventude (CRJ). Como objetivos específicos destacam-se: a) identificar percepções e posicionamentos históricos sobre juventude que nortearam e/ou norteiam a produção de políticas para esse segmento, no Brasil, a partir de um breve resgate dessa produção; b) evidenciar a disputa teórico-conceitual sobre a formação de políticas de juventude; c) apresentar o Fórum das Juventudes da Grande BH; d) analisar de que maneira o Fórum das Juventudes da Grande BH influenciou o processo de agendamento da pauta de criação do CRJ; e e) apontar os avanços e limites da ação participativa do Fórum, em relação ao contexto de institucionalização da pauta de juventude.

A escolha do Fórum das Juventudes da Grande BH se deu por diversas razões: pelo seu foco de atuação, que é exercer o controle social sobre os processos de construção e execução de Políticas Públicas de Juventude na Grande BH; por contar com certa projeção no cenário dos movimentos de juventude, especialmente no município de Belo Horizonte; e também pelo meu envolvimento com o coletivo, desde fevereiro de 2013. Além disso, o interesse nesse ator se sustenta na hipótese de que sua atuação tem contribuído com os processos participativos de formulação de políticas de juventude na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), especialmente na capital, o que se verificará a partir do caso do Centro de Referência da Juventude – uma das mais recentes políticas voltadas ao segmento, em fase de implementação no município. Por sua vez, a escolha pelo caso do CRJ se justifica pelo envolvimento do Fórum no seu processo de construção – desde a concepção até a implementação, atualmente em curso – o que permitirá verificar em que medida esse coletivo contribuiu para que a proposta que deu origem ao CRJ entrasse para a pauta governamental.

Em relação à metodologia, o estudo a ser apresentado utiliza a abordagem qualitativa de análise e buscará verificar se os aspectos defendidos por uma das vertentes analíticas do campo teórico das Políticas Públicas – sendo aquela que defende o papel dos atores e das ideias no processo das políticas públicas - podem ser identificados no caso específico aqui estudado. Em outras palavras, buscar-se-á utilizar

a “demonstração paralela da teoria” (SKOCPOL E SUMERS, 1980), que permite verificar se a abordagem teórica escolhida é capaz de explicar o contexto específico a ser analisado. A técnica escolhida para se fazer a investigação foi a da análise documental, por possibilitar traçar o caminho percorrido pelas ideias no processo de construção da política, contrastando informações de registros e documentos do Fórum, que foram disponibilizados, com informações oficiais de acesso público.

Foram mais de 60 documentos consultados, disponibilizados pelo Fórum das Juventudes, entre planilhas de contatos, listas de presenças, relatos e atas de reuniões, e-mails recebidos e enviados, registros de atividades, sistematizações de conteúdos produzidos, cartas-abertas e ofícios. Também tive acesso a materiais de divulgação como folders e cartazes e a conteúdos publicados nas mídias eletrônicas do Fórum. Do total de documentos consultados, 14 foram citados neste trabalho, sendo estes os que trazem mais informações sobre o período de análise e sobre o caso investigado. Em relação aos documentos oficiais, foram feitas buscas nos sites oficiais da prefeitura e do governo do estado de Minas, bem como nos sites da Câmara e do Senado Federais, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e da Câmara de Vereadores de Belo Horizonte. Dessas buscas, foram encontrados 11 documentos oficiais que tratam de matéria relacionada à política de juventude de Belo Horizonte, no período analisado e eu foram aqui citados. Cabe ressaltar que há poucos documentos, inclusive normas legais, que fazem menção ao Centro de Referência da Juventude e, embora tenha solicitado à Coordenadoria Municipal de Juventude o acesso a documentos relativos ao CRJ, não obtive resposta ao e-mail enviado. Não foi encontrada nos referidos portais da internet lei de criação do Centro de Referência da Juventude, sendo a norma mais antiga encontrada a que diz respeito à declaração de utilidade pública do imóvel que deu lugar à construção do prédio que hoje abriga o CRJ.

Ainda em relação à análise dos documentos, primeiramente foi feita a leitura dos mesmos a fim de identificar o tipo de conteúdo e organizá-los cronologicamente e conforme a matéria de que tratam. Feita essa classificação, foram separados os documentos que faziam referência à origem do Fórum das Juventudes da Grande BH e à sua atuação no período de 2004 à 2014; também os que faziam menção a políticas de juventude no âmbito do município e da grande BH; e, por fim, os que faziam referência

específica ao CRJ. A partir das informações contidas nos documentos disponibilizados pelo Fórum, procurou-se então contrastá-las aquelas dos documentos oficiais.

O trabalho está organizado da seguinte maneira: no primeiro capítulo, será recuperada a discussão sobre o conceito de juventude e o de condição juvenil, buscando apresentar as principais representações sociais e concepções sobre juventude que orientaram/orientam a produção de políticas públicas de juventude no Brasil. No capítulo seguinte serão apresentados os principais conceitos relacionados ao campo de estudos sobre políticas públicas, bem como a vertente analítica em que se baseiam as análises deste trabalho, e ainda será feito um breve resgate da produção de PPJ no Brasil. No terceiro capítulo, antes das considerações finais, será descrito o contexto investigado, apresentando-se os atores e o panorama das PPJ, no município de Belo Horizonte e, a partir disso apresentar as análises empreendidas.

## 2. JUVENTUDE(S)

A população jovem configura-se uma parcela relevante da população, não apenas em termos demográficos, mas principalmente por estar ligada a aspectos sociais que nos permitem – ainda que eles variem de acordo com o momento histórico e com a sociedade que se está analisando – diferenciá-la de outros segmentos da sociedade. Além disso, é importante ressaltar que a categoria juventude não se define de maneira simples e isolada de outras categorias, já que ela é forjada no contexto social em que está inserida. Assim, é atravessada por categorias sociais como a de gênero, de raça/cor, de classe social, entre outras, que tornam a conceituação de juventude algo complexo e que vai além de critérios meramente etários.

Nesse sentido, discutir políticas públicas de juventude implica necessariamente em definir de que sujeito está se falando, ou seja, não há como descolar o debate sobre PPJ das discussões sobre a categoria juventude e sobre outros conceitos ligados a ela. Isso porque, se houver maior clareza acerca das características que conformam o público destinatário da política - de maneira mais abrangente e completa possível -, maior o potencial de se produzirem políticas que sejam condizentes às reais demandas desse público, e que também abarquem amplamente os indivíduos a ele pertencentes. Se os processos de concepção de PPJ estiverem calcados em visões simplificadoras, reducionistas, unilaterais sobre a juventude é muito provável que parte do público juvenil fique de fora do foco dessas políticas e/ou que os verdadeiros problemas e demandas desses sujeitos não sejam considerados.

Não se trata aqui de uma visão ingênua. É claro que, por diversas questões – entre elas a escassez de recursos -, essa escolha é, na maioria das vezes, intencional. A inserção de determinado tema na agenda governamental “depende muito mais da dinâmica social e política que de fatores inerentes ao problema identificado” (RODRIGUES & LAZAROTTI, 2011, p. 157). Desse modo, as demandas vocalizadas pela juventude, por mais que cheguem ao conhecimento dos formuladores de políticas, não necessariamente se converterão em políticas públicas, pois há uma série de fatores que influenciam as decisões sobre que tipo de demanda deva ser priorizado a partir, por exemplo, dos recursos disponíveis, do tipo de projeto político defendido pelo governo, da percepção que os governantes têm do problema/demanda, etc.

Isso não significa, no entanto, que não seja importante discutir e ampliar as visões sobre a condição juvenil, supondo que não influenciarão a decisão política. Ao contrário, justamente diante do complexo cenário de constituição da agenda governamental, atravessado por processos de disputa, é que se torna ainda mais relevante fazer com que concepções amplas e diversificadas cheguem ao conhecimento dos responsáveis pelas decisões. Isso tende a ampliar o espectro de escolhas, aumentando as chances de que novas questões alcancem a agenda. É de se enfatizar ainda que “a conformação das políticas e programas públicos não sofre apenas os efeitos de concepções, mas pode provocar modulações nas imagens dominantes que a sociedade constrói sobre seus sujeitos jovens” (SPOISITO *et al*, 2006, p. 238), ou seja, é uma via de mão dupla em que as políticas produzidas configuram e reconfiguram visões e concepções da sociedade e do Estado sobre a juventude e, de novo, essas concepções buscam influenciar a construção de novas políticas.

Diante dessas questões, é preciso se atentar para o fato de que a própria construção do conceito de juventude - e, portanto, o processo de identificação, reconhecimento, valorização/desvalorização de determinados aspectos, valores, características que o conformam - se situa em um espaço de disputa. As concepções sobre juventude variam de acordo com o contexto em que são construídas, podendo entre elas haver convergências, ou serem completamente conflitantes. A seguir serão recuperadas algumas dessas noções construídas sobre a juventude, que marcaram e/ou marcam o modo como o Estado e a sociedade concebem esses sujeitos.

## **2.1. Juventude: algumas concepções**

Ao se tentar definir a categoria juventude várias noções emergem, de acordo com a perspectiva adotada: biológica, psicológica, sociológica, demográfica, econômica, política etc. Na Biologia, por exemplo, são considerados aspectos fisiológicos, marcadores que diferenciarão o jovem da criança e do adulto, sendo mais corrente aqui à noção de puberdade, em que o corpo é marcado por mudanças intensas. Na Psicologia considera-se especificamente a adolescência, como período intenso de

formação da personalidade, de maturação mental e intelectual do indivíduo. Na Economia e na Demografia, a juventude pode ser tomada como o grupo que garantirá a reposição da força de trabalho, como também pode ser considerado o seu peso sobre a taxa de fecundidade da população e sobre a de mortalidade, marcadamente por causas externas. Na Sociologia e na Política a juventude é destacada, por exemplo, pelo seu envolvimento em processos de grandes mudanças sociais, entre outros.

A juventude – enquanto categoria social – surgiu nas sociedades ocidentais, a partir da Modernidade - tendo ganhado maior complexidade a partir do século XX –, como um momento a mais de preparação para o mundo do trabalho na produção industrial e para as relações sociais, preparação essa operada precipuamente no espaço da escola (ABRAMO, 2005) e da família. Essa noção – que identifica a juventude como um momento do ciclo da vida – perdurou de maneira preponderante por muitas décadas (e ainda hoje está presente), mesmo sendo muito excludente, já que, principalmente no início daquele século, era uma minoria masculina de jovens da burguesia que tinha acesso à escola e que podia ser liberada das obrigações do trabalho.

Outra noção bastante difundida sobre a juventude, que também a concebe como momento do ciclo de vida, é a que lhe atribui o caráter de transitoriedade, em que a/o jovem ainda “não é”, ou é um “vir a ser”, perspectiva que valoriza o futuro, em detrimento do presente vivenciado pela/pelo jovem. Há ainda uma perspectiva que confere à juventude certo romantismo, relacionando-a a um período de liberdade, de comportamento ousado; por outro lado, a essa se associa também a concepção que trata a juventude como um tempo de experimentação, de tentativas e erros, da falta de responsabilidade. Essa perspectiva faz crer que a/o jovem não vivencia sofrimentos, não enfrenta limitações (DAYRELL & GOMES, 2005), como se o período de vivência da juventude fosse um ensaio para a vida “de verdade”, a ser experimentada somente na fase adulta.

A visão que historicamente esteve presente no imaginário social sobre a juventude, nas sociedades modernas, é a que a relaciona a problemas, podendo ou não esses converterem-se em problemas sociais. Essa noção emerge de outras que enxergam na juventude um período de grande instabilidade - de todo o tipo -, dada a sua condição intermediária entre a infância e a vida adulta, bem como do seu potencial de ruptura em relação a normas, a comportamentos socialmente aceitáveis, enfim, a padrões sociais



pré-estabelecidos (ABRAMO, 1994). Numa outra perspectiva, o potencial de ruptura e o caráter contestatório da juventude também foram vistos como importantes aspectos impulsionadores de grandes mudanças, diante do “fato de que é nessa fase que o indivíduo é introduzido na vida pública e se confronta pela primeira vez com os valores aí em circulação” (Idem, p. 18).

Segundo José Machado Pais (1990), é possível identificar duas grandes vertentes teóricas da Sociologia da juventude: para uma delas, “a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada ‘fase da vida’, prevalecendo a busca dos aspectos mais uniformes e homogêneos que caracterizariam essa fase da vida”, tais aspectos conformariam uma “cultura juvenil”, definindo, assim, uma geração a partir da idade; para a outra, “a juventude é tomada como um conjunto social necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes culturas juvenis” (p. 140), dadas as distinções em relação a diversos aspectos como a origem social, as posições de poder, os tipos de interesses, as oportunidades de emprego, entre outros. Em discussões teóricas mais recentes, essa dicotomia tende a ser superada, já que essas duas perspectivas estão presentes entre os elementos que conformam o conceito de juventude. Segundo Abad (2003 *apud* ABRAMO, 2005) e Sposito (2003), essa tensão pode ser resolvida ao se diferenciar dois conceitos correlatos ao de juventude: o de “condição juvenil” – que seria “o modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida, que alcança uma abrangência social maior, referida a uma dimensão histórico geracional”; e o conceito de “situação juvenil”, definido por aspectos objetivos que influenciam o modo como cada sujeito jovem vivencia essa condição juvenil, de acordo com a sua classe social, identidade de gênero, raça/cor etc. (ABRAMO, 2005, p. 42).

Corroborando com essa perspectiva, Dayrell e Gomes (2005) partem da ideia de

que a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. De um lado há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária. De outro, há diferentes construções históricas e sociais relacionadas a esse tempo/ciclo da vida. De maneira geral, podemos dizer que a entrada da juventude se faz pela fase que chamamos de adolescência e é marcada por transformações biológicas, psicológicas e de inserção social. É nesta fase que fisicamente se adquire o poder de procriar, quando a pessoa dá sinais de ter necessidade de menos proteção por parte da família, quando começa a assumir responsabilidades, a buscar a independência e a dar provas de auto-suficiência, dentre outros sinais corporais e psicológicos (p.3).

Por outro lado, os autores atentam para o fato de que a maneira como a juventude é socialmente construída varia de acordo com o período histórico e a sociedade em que está inserida. Nesse sentido, é possível conceber mais de uma juventude, ou seja, diante da diversidade de contextos e representações que conformam o que é ser jovem, leva-se a admitir a existência de “juventudes”, no plural. Se tomada essa perspectiva, evitar-se-ia o erro recorrente de homogeneizar a juventude, fixando características e estereótipos que em nada contribuem para uma apreensão da sua realidade, a partir das inúmeras maneiras que a juventude tem de vivenciar a sua condição. Assim, torna-se fundamental pensar políticas públicas de juventude que partam dessa noção, sem a qual se corre o risco de excluir determinados grupos de jovens e/ou de ignorar determinadas demandas.

No próximo capítulo poderá ser identificada a presença de algumas das visões mencionadas acima em relação à juventude e que estiveram na base da concepção de políticas públicas voltadas à juventude, no Brasil. Buscar-se-á evidenciar quais dessas perspectivas foram mais recorrentes, demonstrando a disputa que há em torno delas e como vieram se modificando ou perpetuando, ao longo do período apresentado.

### **3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL**

A discussão sobre políticas públicas de juventude é algo relativamente recente no Brasil e a produção desse tipo de política é ainda mais incipiente, principalmente se forem considerados contextos em que a participação de atores sociais se mostre relevante no processo de construção de tais políticas. Essa constatação impõe o desafio de tentar situar a temática das PPJ dentro das teorias do campo das Políticas Públicas - já numerosas e consolidadas - e, por isso, coloca também o desafio de propor investigações empíricas que possam auxiliar na consolidação de referências teóricas e empíricas que ajudem a compreender a emergência desse novo cenário.

Nesse sentido, antes de serem apresentados o contexto investigado e as análises empreendidas sobre ele, cabe fazer alguns apontamentos sobre políticas públicas e apresentar quais perspectivas teórico-metodológicas foram tomadas como referência para esta pesquisa, bem como oferecer um breve panorama sobre a produção de políticas públicas de juventude no Brasil.

#### **3.1. Alguns apontamentos sobre políticas públicas**

O campo de estudos das Políticas Públicas vem ganhando cada vez mais a atenção dos estudiosos, a partir principalmente da década de 1980, quando contextos de mudanças institucionais, face aos processos de redemocratização e também de graves crises econômicas, especialmente na América Latina, impuseram desafios aos governos sobre como formular políticas públicas que dessem conta de, ao mesmo tempo, “impulsionar o desenvolvimento econômico” e “promover a inclusão social” (SOUZA, 2006, p. 21).

As políticas públicas, de maneira geral, estão relacionadas ao modo como o Estado intervém na regulação de conflitos, que envolvem a provisão de bens e serviços públicos, com o intuito de garantir os direitos civis e políticos das e dos cidadãos e também a promoção da igualdade social. Nos termos de Cunha e Cunha (2002):

As políticas públicas podem ser entendidas como respostas do Estado às demandas e necessidades apresentadas pela sociedade ou pelos agentes do sistema num dado momento histórico, bem como estratégias de ação que expressam compromissos políticos assumidos pelos governos. Em ambos os casos, as políticas públicas expressam o compromisso público do Estado em concretizar direitos de amplos segmentos sociais e promover justiça social, o que significa que as políticas públicas estão amparadas por leis e legitimadas pela sociedade (2002, p.5).

Outras definições recorrentes na literatura recuperadas por Souza (2006, p.24) concebem as políticas públicas como “campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas”; como “um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos”; ou ainda “a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”; também há definições que atribuem às políticas públicas à função de solucionar problemas. Pode-se mencionar ainda a visão clássica eastoniana que considera as políticas públicas como respostas (*outputs*), a partir do processamento de demandas (*inputs*) vindas da sociedade, expresso por meio da atividade política, ou ainda de demandas vindas de dentro do próprio sistema político (*withinputs*) (RUA, 1998). Há que se considerar, também, que as políticas públicas não necessariamente precisam ser executadas pelo poder público: a iniciativa privada e organizações do terceiro setor, por exemplo, também podem cumprir essa função, em cooperação com os governos<sup>2</sup>.

Embora as definições sejam variadas, todas elas convergem para a ideia de que as políticas públicas envolvem necessariamente questões públicas (e não privadas) e ação política voltada à alocação e à provisão de recursos e bens públicos. Elas são, portanto, imprescindíveis para a garantia do acesso aos direitos por toda a população, bem como para a busca da soberania do interesse público face aos interesses privados.

No entanto - seja porque não há como os formuladores de políticas terem conhecimento de todas as demandas existentes na sociedade, seja porque não há recursos (tempo, capital financeiro, capital humano etc.) suficientes para que o Estado dê conta de todas elas - o fato é que, na realidade, parece impossível que todas as

---

<sup>2</sup> Uma ilustração disso é a participação de Organizações Não Governamentais (ONGs) na execução de políticas voltadas à Juventude, por meio de convênios e parcerias com os governos, principalmente a partir da década de 90, no Brasil.

demandas e problemas existentes possam ser processados pelo Estado e convertidos em políticas públicas. Necessariamente muitas delas acabam, assim, ficando de fora das agendas governamentais. Tal constatação torna os esforços de compreensão sobre o processo de formulação e implementação das políticas públicas ainda mais fundamentais.

Nesse sentido, a constituição e consolidação do campo específico de estudos sobre políticas públicas, precipuamente como subárea da Ciência Política, está relacionado ao interesse em investigar de que forma a ação dos governos se dá (SOUZA, 2006): o que motiva a escolha por determinada ação em detrimento de outra/s, que aspectos são relevantes nos processos de tomada de decisões, enfim, que fatores estão envolvidos na construção das políticas públicas. Acrescenta-se ainda que

é preocupação desse campo teórico – explicitada às vezes por alguns autores – obter com base [em] estudos empíricos sobre políticas públicas (isto é, sobre o que o governo faz), um maior conhecimento a respeito das características mais gerais dos sistemas políticos e das relações que se estabelecem entre políticas públicas e política, de um lado, e entre governo e sociedade, de outro (VIANA, 1996, p. 6)

É possível afirmar, portanto, que o processo de construção de políticas públicas envolve inúmeros aspectos que influenciam, em maior ou menor grau, as decisões tanto sobre o tipo de questões que serão consideradas, sobre como será desenhada e implementada a política, bem como sobre as formas de monitoramento e avaliação da mesma. Em outras palavras, todas as fases da política pública configuram processos decisórios complexos, em que participam atores diversos – governamentais e não governamentais -, envolvendo interesses muitas vezes conflitantes, não se podendo restringi-las, portanto, a meras questões técnicas e burocráticas.

Antes de apontar para alguns desses aspectos – que serão posteriormente explorados -, cabe fazer uma breve referência às fases que constituem o processo de construção de uma política pública, para em seguida situar as análises a serem apresentadas, que estarão focadas em uma dessas fases. De maneira sintética, as etapas que compõem o chamado *Ciclo da Política* são: a de formulação, de implementação e de avaliação<sup>3</sup>. A primeira fase envolve a formação da agenda, é quando determinada

---

<sup>3</sup> Existem algumas pequenas variações na classificação e nomeação das fases do Ciclo da Política. Souza (2006), por exemplo, considera como sendo as fases do ciclo as de: “definição de agenda,

demanda/questão chama à atenção do Estado, deixando de ser um “estado de coisas” e tornando-se um “problema político”, que mobiliza, por sua vez, uma ação política (RUA, 1998; CUNHA & CUNHA, 2002). Como se pode perceber, nessa primeira etapa, ainda não há a política pública propriamente dita, ou seja, têm-se o conhecimento da demanda, para a qual são apresentadas possíveis alternativas de solução, dentre as quais se escolhe a que se julga mais adequada, mas esta ainda não foi colocada em prática. A implementação da política, por sua vez, se dá quando “as alternativas para o atendimento das demandas sociais serão implantadas por organizações de natureza pública ou privada, que passam a executar o conjunto de ações definidas para a política” (CUNHA & CUNHA, 2002, p. 14); essa fase é, portanto, a da efetivação da política, envolvendo, por sua vez, uma nova gama de elementos relacionados à sua gestão e monitoramento. Por fim, têm-se a fase da avaliação da política. Igualmente importante essa etapa é a que permitirá que sejam verificados os resultados e os impactos da política. É a partir da avaliação que novas demandas poderão ser identificadas, bem como formuladas novas propostas de ações, ou ainda serem feitos ajustes e/ou acréscimos ao desenho inicial da política visando ao seu aperfeiçoamento.

É importante enfatizar que, embora analiticamente seja possível separar as etapas das políticas públicas, na prática, elas não estão apartadas umas das outras, ao contrário, estão interligadas e são, em menor ou maior medida, interdependentes, já que as decisões tomadas em determinado momento do ciclo da política produzirão resultados não apenas imediatamente ligados à etapa em questão, mas frequentemente também sobre as demais. A depender da perspectiva analítica e do contexto em questão, a fase de formulação da política, por exemplo, poderá ser crucial para que ela alcance os resultados pretendidos depois de implementada. Por outro lado, uma política que não conte com mecanismos adequados de avaliação, não permitindo que seus resultados sejam mensurados e analisados, poderá se traduzir em grande desperdício e frustração, não possibilitando que sejam formuladas novas questões e criados parâmetros para novas ações; dificuldades na execução da política podem ser reflexo, por exemplo, da falta de planejamento adequado, ou outro tipo de falha no seu desenho, no momento em

---

identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação” (p.29); em Frey (2000) aparecem os termos: “percepção e definição de problemas, agenda-setting, elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e (...) a avaliação de políticas e a eventual correção da ação (p.226)”. De todo modo, a classificação básica de onde derivam todas as demais é a que resume o ciclo em três fases: de formulação, de implementação e de avaliação.

que foi formulada. É preciso ressaltar também que há no contexto das políticas públicas a imbricação de diversos atores, interesses, valores, crenças, opiniões, etc., permitindo-se afirmar que

as políticas públicas são produtos de complexas interações de pessoas e organizações, o que transforma esse processo num espaço de conflitos e negociações em torno da alocação de bens e recursos públicos, envolvendo a ações de atores públicos e privados (CUNHA & CUNHA, 2002, p. 13).

Desse modo, o processo de constituição das políticas públicas se insere em um cenário em que estão presentes inúmeras variáveis, que podem ser determinantes ou não para esse processo. Esse envolve decisões sobre a escolha de determinada demanda como prioritária para a agenda governamental, sobre o tipo de alternativa que será adotada para o atendimento de tal demanda, e também sobre como se dará a execução da política, o seu monitoramento e avaliação. A depender do contexto e da perspectiva de análise utilizada e também do momento do ciclo da política investigado, as variáveis a serem consideradas como as mais influentes para a compreensão de como o Estado (ou mais precisamente os governos) agem em resposta às demandas sociais, ou seja, de como são geradas as políticas públicas, poderão ser distintas.

Alguns estudos e pesquisas na área têm se dedicado particularmente à primeira fase de constituição das políticas públicas, com especial foco na formação das agendas, tendo como principal ponto de partida para a investigação os motivos de determinadas questões conseguirem entrar para as agendas políticas e outras não: por que algumas questões chamam à atenção dos governos, mobilizando a sua ação, e outras permanecem como “estado de coisas”? Segundo Souza (2006), para responder a essa questão, algumas abordagens analíticas focalizarão os problemas, considerando que, a partir da identificação dos mesmos, os governos assumem que é preciso empreender uma ação para resolvê-los; outras irão destacar a política, em que processos eleitorais e partidos políticos, por exemplo, têm bastante relevância na construção do consenso em torno da decisão de se agir sobre determinado problema; outras ainda irão considerar precipuamente os atores participantes – governamentais e não governamentais - do processo, cuja relevância recai, a depender do ator em questão, sobre a definição dos problemas ou das soluções. Seja como for, cabe reforçar que

O conjunto de atores envolvidos na disputa pelo reconhecimento de uma questão como um assunto público é complexo e diversificado e pode incluir desde a restrita comunidade de especialistas até atores variados como grupos de interesse, movimentos sociais, redes societárias temáticas, atores governamentais, etc. (MENICUCCI & BRASIL, 2006, p. 5).

A perspectiva adotada neste trabalho se situa também na investigação sobre o processo de formação da agenda, neste caso, de como a proposta de construção do Centro de Referência da Juventude, no município de Belo Horizonte, surgiu e alcançou a agenda do governo, a partir da hipótese de que o Fórum das Juventudes da Grande BH teve papel importante no processo de agendamento da proposta. Mais precisamente, este trabalho se apoiará na discussão teórica que, ao contrário das abordagens tradicionais - em que variáveis ligadas à ordem institucional e estrutural possuem maior relevância -, confere às variáveis de caráter cognitivo e simbólico papel mais destacado no processo de geração das políticas públicas. Na próxima seção, serão apontadas algumas dessas referências, nas quais se baseiam as análises a serem apresentadas.

### **3.1.1. O papel das ideias e dos atores no processo das políticas públicas**

Recentemente, é possível verificar o surgimento e ampliação de abordagens teóricas, do campo das análises das políticas públicas, interessadas na dimensão da interação entre os diversos atores que participam dos processos de constituição das políticas públicas. A partir dessa consideração tais abordagens têm diversificado e inovado as perspectivas analíticas, ao demonstrarem a

incapacidade dos modelos tradicionais de interpretação dos mecanismos de intermediação de interesses, como o pluralismo, o corporativismo, o marxismo, em suas várias derivações, de dar conta da diversificação e da complexificação desses processos, muitas vezes marcados por interações não hierárquicas e por um baixo grau de formalização no intercâmbio de recursos e informações, bem como pela participação de novos atores, como, por exemplo, organizações não-governamentais de atuação transnacional e redes de especialistas (FARIA, 2003, p. 21).



Entre essas abordagens, destacam-se aquelas que, a partir da consideração da complexidade desses processos, atribuem às ideias e ao conhecimento papéis relevantes na produção de políticas públicas, particularmente na etapa de formação das agendas governamentais. Faria (2003) oferece uma boa síntese dos principais modelos de análise e abordagens teóricas que adotam tal perspectiva, sugerindo que, a partir da classificação proposta por Peter John, esses trabalhos conformam uma quinta grande vertente<sup>4</sup> analítica do campo de estudos das Políticas Públicas. Antes de fazer referência a algumas dessas abordagens, cabe reforçar outro aspecto, além dos que já foram mencionados, que diferencia essa vertente daquelas tradicionalmente utilizadas, para o qual Faria (2003) chama à atenção, qual seja: o fato de que nessa perspectiva analítica o conhecimento é concebido como algo inerente e interno ao processo da política, e não como um elemento secundário e não determinante nas decisões, como é considerado pelas abordagens mais tradicionais.

Além disso, perspectivas analíticas como essas parecem mais adequadas às análises de determinados contextos, em que as variáveis ligadas ao poder e aos interesses podem não ter grande peso no processo de formação de agenda, ou não conseguem explicar sozinhas as mudanças. Esse possivelmente é o caso do contexto a ser apresentado, já que a pauta política da juventude, comparada a outras, não parece oferecer grande custo político para que seja implementada, sobretudo se for considerado o relativo desconhecimento por parte dos formuladores de políticas e dos tomadores de decisão acerca do tema<sup>5</sup>. A dificuldade de se consolidar políticas de juventude – em âmbito nacional, estadual e municipal – no Brasil, parece estar muito mais ligada à emergência ainda recente da pauta e da noção da/o jovem como sujeito de direitos, que a uma resistência política em operar mudanças institucionais nessa direção.

Retomando as explicações de Faria (2003), podem ser destacadas as seguintes abordagens teóricas que reservam às ideias e ao conhecimento maior relevância: “a

---

<sup>4</sup> As outras vertentes seriam: “(1) a institucional; (2) a interessada em perceber as formas de atuação e o impacto dos grupos e das redes; (3) as abordagens que dão ênfase aos condicionantes sociais e econômicos no processo de produção das políticas”; e “(4) a teoria da escolha racional” (JOHN, 1999 *apud* FARIA, 2003, p. 22).

<sup>5</sup> Isso pode ser evidenciado, por exemplo, pelas críticas aos problemas recorrentes de desarticulação e sobreposição das políticas de juventude, demonstrando a falta de diagnósticos e avaliações que possam auxiliar no desenho de políticas que atendam às reais demandas da juventude. Para uma análise detalhada de tais críticas, consultar Rua (1998).

vertente dita ‘pós-positivista’, que defende “o primado das ideias e a centralidade do discurso, da argumentação e da interpretação”; “os estudos dedicados aos processos de difusão e transferência de políticas públicas, algumas vezes agregados sob a rubrica ‘aprendizado das políticas’ (*policy learning*)”. Além dessas, há um conjunto de vertentes que não romperam radicalmente com as variáveis clássicas ligadas ao poder e, portanto, não desconsideram seu papel no processo da política, são algumas delas: “a abordagem das *advocacy coalitions*”; “a abordagem dos *multiple-streams*”; “os estudos sobre as comunidades epistêmicas”; e a perspectiva proposta por Judith Goldstein e Robert Keohane (1993 *apud* FARIA, 2003, p. 24).

Particularmente esse último conjunto parece mais adequado como referência para o contexto desta pesquisa, já que não toma as variáveis cognitivas como as únicas capazes de explicar o processo de geração das políticas públicas, mas as colocam em lugar de destaque. Ainda citando Faria (2003), a abordagem das *advocacy coalitions*<sup>6</sup> – coalizões formadas por variados atores institucionais de dentro e fora do governo, que têm atuação em determinada área de política - considera relevante para operar mudanças em determinada área da política o processo de aprendizado ligado a ela. No entanto, defendem que mudanças institucionais mais profundas dependem também de interferências em aspectos não cognitivos localizados fora da área (subsistema de política) em questão. Essa abordagem considera, então, variáveis cognitivas e não cognitivas, interpretando a mudança nas políticas “como uma função tanto da competição no interior do subsistema como de eventos externos” (p. 24).

O modelo dos múltiplos fluxos (*multiple-streams*), desenvolvido por J. Kingdon (2006a; 2006b), distingue processos e atores participantes, atribuindo a ambos, a depender do contexto, o papel de influenciar tanto a escolha dos problemas/demandas que entram para a agenda, quanto a das soluções que serão empregadas. Nesses processos, especialmente no fluxo das soluções (*policy stream*) – os outros dois fluxos são o dos problemas (*problem stream*) e o da política (*political stream*) -, ele enfatiza a importância das ideias, que têm origem nas *policy communities*, afirmando que há um longo processo de deliberação e persuasão que resultará na escolha de determinadas ideias e no descarte de outras. Desse modo,

---

<sup>6</sup> Faria (2003) destaca entre os signatários dessa abordagem Paul A. Sabatier e Hank Jenkins-Smith.

no processo de deliberação que ocorre nessas comunidades, as ideias são importantes. Os modelos que analisam os grupos de pressão não descrevem o processo de forma completa. Com certeza, a avaliação de propostas, em parte, leva em consideração o apoio político ou a oposição, mas é também, por outro lado, é baseada em critérios lógicos e analíticos (2006b, p. 232).

Em menor medida, pode-se afirmar que o papel de variáveis cognitivas também aparece no fluxo dos problemas, o autor considera determinante para que uma situação se converta em problema e entre para a agenda governamental o entendimento e reconhecimento por parte das autoridades governamentais de que o mesmo demande uma ação. O caminho para esse reconhecimento, bem como para o entendimento sobre o problema envolve, portanto, algum grau de interpretação que pode ser influenciada por diferentes conhecimentos e ideias.

Por sua vez, a abordagem das comunidades epistêmicas – definidas como “redes de profissionais com expertise e domínio específicos” sobre determinada área/tema de políticas públicas – considera que tais atores ajudam a definir e a divulgar relações de causa e efeito relacionadas a problemas complexos, contribuindo para que os governos consigam identificar os seus interesses, situar as questões no debate e ainda para que elaborem propostas específicas de políticas públicas e destaquem elementos que possam ser alvo de negociações. Essa perspectiva, como se vê, também parte da consideração de que há muitos atores envolvidos no processo das políticas, que interagem de maneiras variadas, mas assume que o impacto dessas comunidades é “condicionado e limitado pelas estruturas de poder nacionais e internacionais” (FARIA, 2003, p. 27).

Por fim, na mesma direção, as contribuições de Judith Goldstein e Robert Keohane (1993 *apud* FARIA, 2003, p. 27) partem da premissa de que “as ideias podem explicar algumas mudanças nas políticas quando as interpretações baseadas nos interesses são falhas ou por demais parciais”, já que elas podem contribuir para que os atores consigam definir melhor suas preferências e para que sejam apresentadas soluções em situações de impasse.

A perspectiva analítica apresentada será tomada como referência para a investigação que se pretende fazer sobre como se deu o processo de institucionalização da pauta de juventude no município de Belo Horizonte, a partir da atuação do Fórum das Juventudes da Grande BH -, com foco na mais recente política municipal de juventude: o Centro de Referência da Juventude (CRJ). Isso se mostra possível, visto

que tais abordagens, ao atribuírem às ideias – e, por conseguinte, aos atores responsáveis pela elaboração e difusão dessas ideias - um papel relevante na constituição de políticas permitem investigar como concepções, crenças, valores e também informações, dados e conhecimentos sobre determinada área/tema podem contribuir para que uma ideia seja aceita entre os formuladores de políticas, principalmente em contextos institucionais favoráveis a mudanças.

Assim, as análises a serem apresentadas buscam identificar como o Fórum das Juventudes da Grande BH contribuiu para que a proposta de implementação de um Centro de Referência da Juventude, no município de Belo Horizonte, se convertesse em política pública. Dito de outra maneira elas tentam responder a pergunta de como e em que medida esse coletivo foi capaz de incidir no processo de mudanças na agenda governamental, ao colocar em destaque uma ideia, conseguindo com que esta fosse aceita e considerada pelos formuladores de políticas?

Antes de apresentar os resultados das análises, bem como o contexto pesquisado, a próxima seção oferecerá um breve panorama das políticas públicas de juventude produzidas pelo governo federal, no Brasil, até 2013.

### **3.2. Resgate histórico-institucional das políticas de juventude no Brasil**

A seguir será feito um breve resgate histórico-institucional acerca da produção de políticas públicas de juventude no Brasil, com algumas referências também ao contexto da América Latina, a fim de se localizar quando a juventude passou a ser considerada como tema nas agendas políticas governamentais, bem como tentar descrever os tipos de políticas que foram adotadas. Cabe ressaltar que, embora não seja o foco deste trabalho, serão consideradas não apenas políticas que atendam específica e exclusivamente o público jovem - já que esse tipo de política é bastante recente no Brasil – mas também aquelas que abarcam os públicos da criança e do adolescente. Tal resgate é necessário para a compreensão sobre como vem se consolidando o debate em torno dos direitos juvenis e, por conseguinte, como estes se converteram em agenda política e produção de PPJ.

### *3.2.1 Primeira fase (1927- 2002)*

No Brasil, as primeiras políticas públicas voltadas à juventude – porém, à apenas uma parte dela, os jovens adolescentes, de até 17 anos - remetem ao início do século XX, tendo como preocupação o “saneamento social’ de tipos indesejáveis”, orientadas, entre outras normas, pelo Código de Menores de 1927 (CASTRO & ABRAMOVAY, 2002; SILVA & SILVA, 2011). Tal norma refletia a lógica da tutela e do controle que seguiram preponderantes como bases orientadoras das políticas voltadas à juventude – e também à infância – até a década de 1980.

Até esse período, essas políticas também tiveram caráter funcionalista e instrumental, ou seja, eram voltadas para atender a demandas específicas do Estado e do Mercado. Marcadamente na década de 1950 tiveram destaque a escolarização - como promessa de mobilidade social, diante do processo de modernização pelo qual passava o país -, e a questão da ocupação do tempo livre da/do jovem (CASTRO E ABRAMOVAY, 2002; SPOSITO, 2003). Em relação às políticas educacionais, com vistas à incorporação da juventude no processo de modernização, a afirmação também é válida para os contextos de outros países da América Latina (BANGO, 2003). É preciso salientar que, de maneira geral, tais políticas não atendiam a todos os grupos juvenis: elas beneficiavam aqueles jovens de classe média e alta, sendo excluídos os jovens dos setores mais populares (CASTRO E ABRAMOVAY, 2002).

Durante o período da ditadura militar, no Brasil e também no restante da América Latina, foram especialmente marcantes as políticas de controle social. No caso de jovens militantes do movimento estudantil e sindical, foram empreendidas ações de controle político-ideológico, para conter o processo de mobilização (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002; BANGO, 2003). Também os jovens das classes populares, moradores das periferias, foram alvo dessas políticas: “muitos programas sociais a eles destinados encerram nítidas dimensões de contenção de um possível comportamento violento e disruptivo” (SPOSITO, 2003, p. 62).

Assim, a partir do fim da década de 1970 e ao longo da de 1980, influenciadas pelos contextos de forte crise econômica e também pelos processos de luta pela

reabertura democrática, as políticas de juventude passam a ser orientadas também por outros elementos, e jovens das classes mais populares passam a ser incluídos como destinatários dessas políticas.

Não há propriamente rupturas históricas com a ideologia do controle e de tutela dos jovens pelo Estado, mas nuances em relação às formas de exercício de tal controle e variações em relação aos sujeitos objetos de tal controle. No final dos anos 80, o controle estatal expande-se para os jovens de setores populares, como os classificados como “marginais organizados” ou grupos violentos (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002, p.22).

Nesse período, portanto, se tinha de um lado a repressão a grupos juvenis, oriundos da classe média e organizados especialmente no movimento estudantil; e de outro, ações de controle sobre jovens marginalizados, inseridos em forte contexto de desigualdades sociais e pobreza – marcadamente na década de 1980 -, ambos contestadores do regime autoritário.

A década de 1980 foi marcada, na maior parte dos países da América Latina, que tiveram governos ditatoriais, pelos processos de reabertura democrática e de intensa recessão econômica e expansão da pobreza. Especialmente no contexto urbano, destacam-se jovens organizados em grupos rotulados de “gangues”, “punks”, entre outros nomes, alguns envolvidos em assaltos a supermercados, um fenômeno bastante recorrente na época, protagonizado por algumas parcelas pobres da população (BANGO, 2003).

É importante ressaltar que, a partir do final da década de 1980, com o referido contexto de redemocratização nos vários países da América Latina, que contou com a ampla participação da sociedade civil, expressivamente a de jovens – no caso do Brasil no movimento das Diretas Já – houve a ampliação do debate institucional em torno das políticas públicas de juventude, ainda que restrito ao campo dos direitos da criança e do adolescente. Um marco disso foi a forte mobilização em prol desses direitos, que culminou na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990 (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002, p. 24), importante avanço normativo, que busca reconhecer esses sujeitos como cidadãos, como sujeitos de direito. No entanto, é preciso atentar para o fato de que

Mesmo consagradas em legislação específica, as novas orientações [no campo da política pública da criança, do adolescente e do jovem] continuam situadas em um campo conflitivo intenso, pois concepções anteriormente firmadas continuam a existir e sempre podem estabelecer limites às conquistas e impor retrocessos até de natureza legal (SPOSITO, 2003, p. 63)<sup>7</sup>.

Esse contexto de conflito em torno da temática se dá tanto devido às inúmeras concepções em disputa acerca da condição juvenil – que exploramos no capítulo anterior – como também se relaciona às formas de interação entre o poder público e a sociedade civil, pois do caráter democrático dessa relação dependerá o tipo de política de juventude a ser produzida, com maior ou menor participação dos sujeitos em questão. No entanto, mesmo em contextos mais democráticos, em que a sociedade civil goza de espaços de participação em processos de construção de políticas públicas, esse elemento não será suficiente se as concepções em que se basearem as políticas forem aquelas que não consideram o jovem como sujeito de direitos – como é o caso das políticas que concebem o jovem como problema ou que tratam a juventude como mera fase de preparação para a vida adulta.

Nesse sentido, o que se percebe a partir da década de 1990 é que a intensidade com que o debate sobre os direitos da juventude ganhou força esteve longe de ser acompanhado pela intensidade com que foram formuladas e implementadas as políticas. Em outras palavras, os avanços do debate sobre direitos juvenis e políticas públicas de juventude não foram traduzidos na mesma proporção em ações concretas. Essas políticas, além do caráter fragmentador e de outros elementos problemáticos, ainda deixavam de fora aqueles jovens maiores de idade.

O que se pode constatar nesse período, a partir de maior reconhecimento por parte do Poder Executivo federal dos problemas que atingiam a juventude – ligados principalmente à saúde, à violência e ao desemprego -, é que as ações nessas áreas foram ampliadas. No campo da saúde, constituem-se em ações de combate ao avanço do HIV/AIDS e da incidência da gravidez na adolescência, bem como de combate ao

---

<sup>7</sup> Um claro exemplo de tentativas de retrocesso nesse campo são as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) que defendem a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos de idade, que voltaram este ano à pauta do Congresso Nacional.

uso e abuso de drogas, sendo possível verificar um tímido avanço em relação ao caráter mais participativo da/do jovem, que passa a ser considerada/o, em alguns casos, “protagonista”<sup>8</sup> das mesmas. Ainda no final da década de 1980, como ação de saúde especificamente voltada à/ao jovem, foi implementado pelo Ministério da Saúde o Programa Saúde do Adolescente (PROSAD), mais uma vez atendendo apenas ao jovem adolescente (SPOSITO & CARRANO, 2003). Também são percebidos esforços na elaboração de ações profissionalizantes ainda que, em muitos casos, traduzidas em cursos e programas de curta duração e voltados a somente algumas áreas profissionais (CASTRO & ABRAMOVAY, 2002) e, majoritariamente, situados dentro do campo das políticas educacionais.

No campo da justiça, diante do agravamento do quadro de violência envolvendo a juventude, em que se constatava o aumento do número de jovens vítimas de mortes violentas e quando se assistia a crimes como, por exemplo, o homicídio do índio Galdino, em Brasília, em 1997, morto por jovens da classe média da capital, alguns programas são implementados com o objetivo de prevenir e reduzir a violência, especialmente em áreas de periferia, como os programas “Paz nas Escolas” e o Cenafoco (SPOSITO, 2003).

No fim da década emergem também ações direcionadas a parcelas de jovens em situação de exclusão, atingidas pelo grave quadro de desemprego e de crescentes desigualdades sociais, como, por exemplo, o programa Alvorada (SPOSITO, 2003). Em outros países latino-americanos, ainda na década de 1980, também se verifica esse tipo de ação, que apesar de não se tratar de política específica para a juventude, abarcava uma parcela considerável dos jovens. São ações ou programas compensatórios, de “transferência direta de recursos aos mais empobrecidos, por meio de programas alimentares, de emprego temporário ou de assistência sanitária” (BANGO, 2003, p. 44).

Diante do exposto, é possível apresentar algumas conclusões sobre as ações públicas que foram empreendidas até o final da década de 1990 e que tinham como foco, ainda que não na sua totalidade, a população jovem. A primeira delas é que praticamente nenhuma dessas ações pode ser considerada como política pública

---

<sup>8</sup> Sobre o conceito de “protagonismo juvenil”, Sposito (2003, p. 65) nos alerta para o cuidado ao utilizá-lo, pois na sua concepção nem sempre ele é empregado no sentido de reconhecer os jovens como “atores coletivos relevantes”, lhes conferindo o direito à autonomia, associando-se, em muitos casos, a apenas um tipo de metodologia de trabalho com jovens.



especificamente voltada à juventude, ou seja, não são políticas pensadas estritamente para e com a/o jovem, muitas vezes tendo como foco também outros públicos – como o das crianças – e alocadas em áreas de políticas sociais – como saúde, educação e segurança pública -, o que pode ser explicado pela ausência de um aparato institucional específico para a juventude<sup>9</sup>.

Outra conclusão é que tais ações foram orientadas, quase sempre, pelo caráter tutelar e controlador, diante de fortes concepções negativas sobre a/o jovem, que não as/os consideram como dotadas/os de autonomia e da capacidade de decidir sobre seus dilemas, questões e problemas. Ligado a isso, também se pode concluir que várias das ações empreendidas surgiram de contextos em que a/o jovem era vista/o como “problema”, constituindo-se em algum tipo de ameaça à sociedade. Isso favoreceu a emergência de ações fragmentadas, pouco consistentes e pensadas tão somente para solucionar situações de crise<sup>10</sup>. Por fim, vê-se que praticamente não havia participação das/os jovens na construção das propostas de ação e, tampouco, essas conseguiam atender de maneira ampla e diversificada às reais demandas da juventude, sendo muitas vezes excludentes, seja por não atenderem a todas/os as/os jovens, seja por não abarcarem várias das suas demandas específicas, já que elas/eles não eram sequer consultadas/os.

Esse panorama nos indica que, embora se tenha alcançado, ao longo desse percurso, algum grau de consolidação do debate em torno dos direitos da criança e do adolescente – e de maneira mais incipiente dos direitos das/os jovens –, e, por conseguinte, algum avanço no processo de institucionalização das pautas desses segmentos, o que se verificou foram passos bastante tímidos em relação à instituição de ações concretas voltadas para os jovens. Chega-se ao fim da década de 1990, no Brasil,

---

<sup>9</sup> Na esfera federal, não havia nenhum órgão, como secretarias, subsecretarias ou coordenadorias de juventude, nem mesmo um conselho de direitos da juventude, o que só veio a acontecer nos anos 2000, em que pese já haver, desde 1991, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

<sup>10</sup> Apesar de se considerarem as crises como uma das situações potencialmente geradoras de políticas públicas, refiro-me aqui às interpretações possíveis da relação entre juventude e problema para as quais Sposito (2003, p. 67) nos chama a atenção: ao invés de, por meio da identificação dos problemas que atingem a juventude, identificar-se também demandas e necessidades das quais muitos desses problemas decorrem e, assim, reconhecer um campo de direitos juvenis, que resultaria em esforços na elaboração de políticas globais para o segmento, o que se constatou recorrentemente é que tais problemas são diretamente associados à toda a juventude, que passou, portanto, a ser identificada como sendo o próprio problema. Essa visão parece limitar ainda mais as possibilidades de construção de políticas universais para a juventude.

sem nem um esboço do que se possa chamar de Política Nacional de Juventude<sup>11</sup>, tendência que ia à contramão de outros contextos latino-americanos, como evidencia Bango (2003):

A década de 1990 marcou o início do processo de instalação de organismos governamentais criados para atender exclusivamente as políticas de juventude. Exceto Brasil e Honduras, os demais países da América Latina passaram a contar com tais organismos. De alguma maneira, isso demonstrou o esforço efetuado pelos diversos atores em colocar na agenda dos governos a questão juvenil (p. 45).

Assim, diante dos vários sinais vindos tanto do contexto internacional, quanto de movimentos sociais ligados à defesa dos direitos da criança, da/o adolescente e da/o jovem, de organizações da sociedade civil, e ainda de fundações e entidade privadas que já vinham realizando trabalho com jovens, o Brasil precisava alargar os passos para diminuir seu atraso na caminhada pela institucionalização da pauta da juventude. Sem isso assumiria o risco de assistir ao agravamento de problemas sociais dos quais as/os jovens eram as principais vítimas, e possivelmente também de aumentar ainda mais os custos de não se fazer as políticas adequadas à solução desses problemas.

### *3.2.1. Segunda fase (2003-2013)*

Na esfera federal, a pauta da juventude só chegou à agenda do governo no início dos anos 2000, resultando, entre outros elementos, do acúmulo de algumas das discussões, impulsionadas principalmente por setores da sociedade civil organizada – como já mencionado – e também da intensificação de estudos e pesquisas sobre o tema da juventude e das PPJ, podendo-se mencionar ainda a mudança de governo ocorrida nas eleições de 2002, com a vitória do candidato Lula, do Partido dos Trabalhadores.

---

<sup>11</sup> Em contraste com o pessimismo do cenário nacional relacionado à institucionalização da pauta de juventude, alguns autores (SPOSITO, 2003; SPOSITO & CARRANO, 2003; SPOSITO, SILVA & SOUZA, 2006) apontam que em diversos contextos locais, especialmente por iniciativa do Poder Executivo municipal, a partir do final da década de 1980, é possível verificar experiências exitosas no campo dessas políticas – e também de outras-, bastante impulsionadas pelo caráter mais democrático e popular de vários dos governos municipais desse período.

Uma das primeiras iniciativas no campo foi a criação do *Projeto Juventude* – o embrião da atual Política Nacional de Juventude – que consistiu numa série de discussões sobre PPJ, provocadas por entidades públicas e privadas, por grupos da sociedade civil organizada - entre as quais a *Ação Educativa* (que contava com o apoio do *Fundo das Nações Unidas para a Infância* - UNICEF) e por pesquisadores, gestores e intelectuais, junto a representantes de vários ministérios (SILVA & SILVA, 2011). Esse projeto teve o objetivo de levantar dados, elaborar um documento de referência e uma proposta para a construção do Plano Nacional de Juventude, além da proposta de criação de uma Frente Parlamentar de Juventude (SILVA & ANDRADE, 2009). Esse processo culminou na proposição da Proposta de Emenda Constitucional - PEC 138/2003, que dispôs sobre a inclusão do termo “juventude”, no capítulo VII, do título VIII da Constituição Federal de 1988, proposta essa que se converteu posteriormente na emenda constitucional 65/2010 (SILVA & SILVA, 2011). Uma alteração pequena, mas que em termos de constituição de direitos da juventude, representou um importante avanço normativo.

Ainda em 2003, foi criada a Comissão Especial de Juventude, cujas atribuições eram a de promover discussões junto à sociedade no intuito de conhecer as demandas juvenis e levantar pontos fundamentais para a construção do Plano Nacional da Juventude e do Estatuto da Juventude - que se traduziram posteriormente nos Projetos de Lei nº 4529/2004 e nº 4530/2004, respectivamente. Essa comissão também ficou responsável por indicar ao governo a criação de um órgão executivo para a gestão da política de juventude, em nível federal (SILVA & SILVA, 2011), o que deu origem posteriormente à *Secretaria Nacional de Juventude* - SNJ.

Em 2004 também foi criado o Grupo Interministerial ligado à Secretaria- Geral da Presidência da República (SGPR), contando com a representação de 19 ministérios, responsável por levantar um diagnóstico das políticas e programas federais que incluíam o público jovem, bem como levantar informações sobre as demandas juvenis que pudessem subsidiar a construção da Política Nacional de Juventude e do Plano Nacional de Juventude (SILVA & SILVA, 2011; SILVA & ANDRADE, 2009).

Foram identificadas nada menos do que 135 ações federais, que estavam vinculadas em 45 programas e eram implementadas por 18 ministérios ou secretarias de estado. Deste total de ações, apenas 19 eram específicas para o

público jovem do grupo etário de 15 a 24 anos. As outras 112 ações, ainda que incidissem sobre os jovens, não se voltavam exclusivamente a este público. A partir deste trabalho, o grupo identificou a frágil institucionalidade, fragmentação e superposição das políticas federais de juventude, sugerindo a urgente necessidade de criação de uma instância de coordenação e de articulação, que tivesse, entre outras atribuições, a de combater o paralelismo e a fragmentação das ações federais dirigidas ao público jovem (SILVA & ANDRADE, 2009, p. 50).

Em 2005, foi instaurada, então, a Secretaria Nacional de Juventude, órgão ligado à Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR) e responsável por fazer a articulação de programas e políticas executadas pelos ministérios e demais órgãos do poder executivo federal. Nesse mesmo ano também foi criado o *Conselho Nacional de Juventude* – CONJUVE, com participação de representantes da sociedade civil e do poder público, de caráter propositivo e consultivo, tendo “como objetivo assessorar a Secretaria Nacional de Juventude na elaboração, desenvolvimento e avaliação das políticas de juventude” (SILVA & SILVA, 2011, p. 668). Também nesse ano foi criado o *Projovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens*, que reunia diversas ações direcionadas ao aumento da escolaridade e à qualificação profissional e também oferecia auxílio financeiro a jovens de 18 a 24 anos desempregados e com ensino fundamental incompleto. Importante notar que esse programa, apesar das várias críticas que recebeu – já que não foi capaz de sanar completamente o problema da sobreposição e desarticulação das políticas, nas várias áreas de execução<sup>12</sup> – era uma das poucas ações que tinha como foco jovens maiores de 18 anos. Por sua vez, o CONJUVE inaugurou um importante canal de diálogo entre a sociedade civil e o Estado, no âmbito do governo federal, intensificando a defesa dos direitos da juventude e da perspectiva das/os jovens enquanto sujeito de direitos, além de incentivar a participação direta desses sujeitos na construção de políticas.

A partir desse ano, podem-se destacar vários fatos que denotam a institucionalização dessa área de política no Brasil. Um primeiro foi a realização da *I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude*, em abril de 2008, que deu origem ao *I Pacto pela Juventude* firmado até o fim desse ano, entre o governo federal e todos os estados da federação e o Distrito Federal. Em 2010, o Brasil passou a integrar,

---

<sup>12</sup> A análise completa do programa até maio de 2011 pode ser consultada em SILVA & ANDRADE (2009).

como membro pleno, a *Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ)*<sup>13</sup> – instituição internacional de caráter governamental, existente desde 1996, cuja participação brasileira só se dera, até esse momento, enquanto membro-observador (SILVA & ANDRADE, 2009). Ainda em 2010, o Brasil assume a vice-presidência da OIJ na *15ª Conferência Ibero-Americana de Ministros e Responsáveis de Juventude*. Em 2011, é aprovado na Câmara Federal o *Estatuto da Juventude*, depois sancionado, em 2013, pela então presidente Dilma Rousseff. Ainda em 2013, foram lançados o Programa *Estação Juventude*, o *Participatório da Juventude* e o *Plano Juventude Viva* – este último direcionado ao enfrentamento à violência letal contra os jovens negros. Por fim, cabe mencionar a criação do Comitê Interministerial da Política de Juventude, órgão responsável por gerir e monitorar as políticas públicas do governo federal voltadas para a juventude.<sup>14</sup>

A partir dessa breve apresentação, é possível identificar amplos avanços no processo de institucionalização da pauta de juventude, em âmbito nacional, principalmente, ao se considerar os últimos 10 anos. A criação de órgãos específicos, ainda que não sejam os executores das políticas, mostra-se importante para a consolidação da Política Nacional de Juventude, pois possibilitam a coordenação e a articulação das ações nesse campo. Também são de grande relevância os avanços normativos, com destaque para o Estatuto da Juventude - que entrou em vigor em fevereiro de 2014 -, constituindo-se em uma importante conquista da sociedade civil para o reconhecimento da/do jovem como sujeito de direitos. É de se enfatizar também que “a iniciativa do governo federal de criação de estrutura administrativa responsável para cuidar da área da juventude tem sido replicada nas outras instâncias da Federação” (SILVA & ANDRADE, 2009, p. 68), impulsionando processos de construção e consolidação de Políticas Estaduais e Municipais de Juventude.

Por outro lado, ainda são perceptíveis problemas de desarticulação, fragmentação, focalização e sobreposição presentes em diversas ações voltadas para a

---

<sup>13</sup> A OIJ é o único organismo multilateral governamental de juventude que visa à promoção da cooperação e do diálogo, entre 21 países ibero-americanos: Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai, Venezuela e Bolívia.

<sup>14</sup> Lista com os principais marcos da Política Nacional de Juventude, em: <<http://www.secretariageral.gov.br/atuacao/juventude/politica-nacional/marcos-da-politica-nacional-de-juventude>>. Para informações completas sobre os programas e políticas, acessar o Portal da Juventude: <<http://juventude.gov.br/>>, acessado em 10 de janeiro de 2015.

juventude, além de essas serem ainda muito calcadas em concepções que vêem a/o jovem quase exclusivamente como problema. Isso se reflete no fato de a maioria dessas políticas ter caráter emergencial e estar voltada a parcela de jovens em situação de vulnerabilidade social, havendo, de outro lado, a carência de políticas de juventude que sejam de caráter universal. Longe de não reconhecer a necessidade e importância de políticas que busquem resolver o problema de jovens em situação de risco social, é preciso ponderar que esse tipo de política - por não considerar a/o jovem como sujeito de direitos, na sua totalidade, diversidade e complexidade - não consegue abranger questões que, presentes nas diversas maneiras da juventude vivenciar sua condição, ajudam a compreender as causas de tais problemas. Isso nos leva a outra constatação importante de que, efetivamente, ainda há pouca consideração da opinião das/os jovens nos processos de construção das políticas, ainda que tenham sido ampliados os espaços de interlocução entre estas/estes e o poder público.

#### **4. A POLÍTICA DE JUVENTUDE EM BELO HORIZONTE: O PAPEL DOS ATORES E DAS IDEIAS**

É possível afirmar que a partir do processo de redemocratização no Brasil, têm sido experimentados novos contextos sociais, que contam com a ampliação de espaços de participação da sociedade civil nos processos políticos, o que aponta também para mudanças nos padrões de relação entre Estado e sociedade. Dentro desse contexto, é perceptível também a emergência de inovadoras formas de participação política, especialmente protagonizadas pela juventude, que se situam fora das formas tradicionais de participação desse segmento, como o movimento estudantil e a militância partidária, que outrora marcavam a atuação da juventude na vida política do país.

O contexto em que se insere a capital mineira – Belo Horizonte (BH) – não se difere desse: a partir, principalmente do final da década de 1990, a cidade contava com intensa vida associativa que, acompanhada de um projeto político de caráter mais democrático, representado pelo governo à frente da prefeitura à época (RIBEIRO, 2009), criavam um cenário favorável para mudanças institucionais que pudessem inserir novas pautas políticas, como as defendidas pela juventude. Pode-se mencionar como exemplo disso – que será explorado mais adiante - o surgimento do Conselho Municipal de Juventude (COMJUVE), criado em 1998. Além disso, não se pode ignorar que a ampliação de espaços de participação e a diversificação das formas de se fazê-la contribuíam também para oportunizar processos de discussão, favorecendo, assim, a construção, o confronto, a troca e a circulação de ideias.

Consonante a essas considerações, a investigação a ser apresentada, toma como exemplo o caso do Fórum das Juventudes da Grande BH, sendo esse um ator coletivo que atua munindo-se de variadas estratégias de ação política, em que busca influenciar processos de formulação, implementação, execução e avaliação de políticas públicas de juventude, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Entre essas estratégias está a de mobilizar e promover processos de debate e formação acerca dos direitos juvenis e das PPJ, especialmente junto às/aos jovens. Tais estratégias, como serão demonstradas, foram empregadas no caso específico da pauta de criação do Centro de Referência da Juventude (CRJ).

A seguir será apresentado o contexto de criação do Fórum das Juventudes da Grande BH e também a descrição das principais ações empreendidas por ele ao longo do período analisado; também será oferecido um breve panorama das PPJ em Belo Horizonte; e posteriormente será apresentado e analisado o caso investigado nesse trabalho.

#### **4.1. O Fórum das Juventudes da Grande BH**

O *Fórum das Juventudes da Grande BH*, cujo nome de origem era *Fórum de Entidades e Movimentos Juvenis da Grande BH* (doravante Fórum), foi criado em 2004, a partir de uma ampla articulação de movimentos, grupos, associações, ONGs e ativistas engajadas/os na defesa dos direitos da juventude e que tinham o interesse comum de discutir e fomentar processos de políticas públicas de juventude para as/os jovens da cidade de Belo Horizonte e Região Metropolitana. Segundo um dos documentos disponibilizados<sup>15</sup>, dois dos grupos impulsionadores do processo – o *Observatório da Juventude da UFMG* e o grupo *D.vErCidaDe Cultural* – fizeram uma ampla convocação da juventude organizada para uma reunião que visava discutir a questão das PPJ, com vistas às eleições municipais que se aproximavam. A reunião, que se realizou no dia 30 de agosto de 2004, marcou assim a origem desse coletivo, que afirmava entre seus princípios, seu “caráter não-governamental, supra-partidário e não-confessional”, bem como “o respeito à diversidade, aos direitos humanos e à democracia como princípio fundamental de sua organização interna, primando pela autonomia dos(as) jovens, dos movimentos e das entidades” (Carta de Princípios, 2006)<sup>16</sup>.

Atualmente, tais princípios são os mesmos, e entre os seus principais objetivos estão o de exercer o controle social sobre os processos de formulação, execução e avaliação de PPJ; promover processos de mobilização e formação de jovens; e estabelecer interlocução com o poder público, com vistas à garantia dos direitos juvenis.

---

<sup>15</sup> Consultar ANEXO 4.

<sup>16</sup> Consultar ANEXO 3.



Cabe mencionar que, paralelamente ao contexto local em que foi criado o Fórum, parte de suas/seus integrantes estava envolvida também no processo de mobilização pela criação da *Política Nacional de Juventude* que, como foi mencionado, contou com a criação, por iniciativa do governo federal junto a organizações da sociedade civil, do *Projeto Juventude*, com o objetivo de levantar informações, fazer um diagnóstico das ações em nível federal voltadas à juventude, para subsidiar a criação do *Plano Nacional de juventude*, bem como discutir a criação de órgãos federais de gestão e articulação das PPJ em âmbito nacional.

Já nos seus primeiros dois anos de atuação, o Fórum contava com cerca de 40 integrantes<sup>17</sup>, entre grupos e movimentos diversos, com atuação no campo da juventude e alguns também no da infância e adolescência. As suas primeiras ações estiveram relacionadas à interlocução com o poder público municipal, tendo como principais bandeiras de luta “a participação juvenil e o acesso da juventude à cidade” (Intervenção..., 2011)<sup>18</sup>, lutas essas que se manifestaram, como será demonstrado mais adiante, no seu envolvimento direto com o processo de reconstrução do Conselho Municipal de Juventude da cidade. A atuação junto ao conselho e as tentativas de incidir sobre o processo de criação de uma Política Municipal de Juventude mobilizaram grande parte dos esforços desse coletivo até o ano de 2008, quando, diante de uma série de fatores<sup>19</sup>, a rede acabou suspendendo suas atividades por um período de aproximadamente dois anos.

A retomada aconteceu em meados de 2011. Ao analisar o registro das atividades realizadas ao longo desse ano, é possível verificar que o período - que se estende até meados do ano de 2012 - foi marcado por um processo interno de reestruturação, reavaliação e reflexão sobre as ações empreendidas até então e sobre a necessidade de rever suas prioridades. Nesse sentido, uma das tarefas a qual se dedicou o coletivo foi a de formação interna e mapeamento e retomada do contato com movimentos e grupos da RMBH ligados à juventude. Também foi retomado o processo de tentativa de diálogo com o poder público municipal, com vistas a exercer novas pressões em favor da reativação do Conselho Municipal de Juventude e, dessa vez também, sobre o processo

---

<sup>17</sup> A lista com os 42 grupos integrantes do Fórum, segundo documento com registro da lista de contatos do mesmo, pode ser consultada no ANEXO 6.

<sup>18</sup> Consultar ANEXO 5.

<sup>19</sup> Não é o foco deste trabalho a análise dos fatores que levaram à desmobilização do conselho, mas cabe destacar a repercussão do fato na desmobilização do Fórum.

de concepção/formulação da mais nova política municipal voltada às/aos jovens: o Centro de Referência da Juventude (CRJ).

Entre as propostas de intervenção, que foi apresentada à prefeitura, incluía-se a de “elaborar um diagnóstico participativo para fundamentar o projeto do CRJ” (Relato, 2011)<sup>20</sup>. Paralelamente a esse processo, o Fórum realizou, no início de 2012, um encontro de planejamento estratégico, do qual emergiu a proposta de elaboração de nova agenda de lutas, cuja bandeira central passou a ser a do “enfrentamento à violência contra as juventudes” – na perspectiva de violência enquanto violação dos direitos<sup>21</sup>. Em torno dessa bandeira central, o planejamento incluía os seguintes eixos: a) “Incidência política: monitoramento de PPJ (legislativo e executivo); participação institucional; advocacy”; b) “Organização: reuniões quinzenais; representação institucional”; c) “Formação: atividades formativas para público interno e externo; produção de conhecimento”; d) “Articulação: interface e colaboração com movimentos sociais; participação popular”; e) “Comunicação e mobilização: produção e compartilhamento de conteúdo; gestão de recursos e ferramentas de comunicação (blog, redes sociais, grupo de e-mails); divulgação de campanhas educativas; intervenções urbanas” (Planejamento..., 2012)<sup>22</sup>.

A bandeira do Enfrentamento à Violência contra as Juventudes atualmente é a prioridade do coletivo. Ainda em 2012, ela deu origem à *Agenda de Enfrentamento à Violência contras as Juventudes* (2012)<sup>23</sup>, em que são apresentadas propostas específicas para a juventude ligadas aos diversos campos de direitos como educação, saúde, políticas afirmativas, entre outras. Em 2013, dando sequência às ações ligadas à referida bandeira, o Fórum lança a campanha colaborativa *Juventudes contra Violência*<sup>24</sup>, que, por sua vez, gerou novas ações com o objetivo de visibilizar e ampliar o debate, além de formar multiplicadores da campanha, especialmente entre as/os jovens.

---

<sup>20</sup> Consultar ANEXO 9.

<sup>21</sup> Vale mencionar que tal bandeira se desenhou a partir da constatação do grave avanço do quadro de homicídios de jovens - principalmente jovens do sexo masculino, negros e moradores da periferia das grandes cidades - no Brasil, como demonstrava naquele ano o Mapa da Violência (2012), que pode ser consultado em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012.php>>, acesso em 28 de janeiro de 2015.

<sup>22</sup> Consultar ANEXO 8.

<sup>23</sup> Disponível em: <[juventudescontraviolencia.org.br/agenda](http://juventudescontraviolencia.org.br/agenda)>, acesso em 28 de janeiro de 2015.

<sup>24</sup> Para mais informações sobre a campanha, consultar: <[juventudescontraviolencia.org.br](http://juventudescontraviolencia.org.br)>, acesso em 28 de janeiro de 2015 .

Antes de apresentar o contexto das políticas públicas de juventude em Belo Horizonte, bem como as análises empreendidas e as considerações acerca dessas, é importante destacar que o Fórum das Juventudes da Grande BH parece cumprir papel importante na política da cidade. Ele contribui com a construção de espaços de discussão e formação de atores sociais em temas relativos aos direitos juvenis e às PPJ, além disso, busca exercer o controle social sobre as ações governamentais. Os documentos analisados, principalmente relativos aos registros de reuniões, demonstram que o coletivo procurou e procura atuar adotando diversas linhas de ação que envolvem: mobilização, especialmente de jovens; articulação junto a outros movimentos e grupos organizados da sociedade civil; interlocução com o poder público; exercício de controle social; e formação sobre os temas afins às discussões sobre juventude<sup>25</sup>. Esse último aspecto é bastante relevante para a investigação aqui proposta e permite antecipar que - diante do fato do Fórum ter se consolidado, em alguma medida, como referência no debate sobre direitos juvenis na cidade, a partir do reconhecimento por parte de outras organizações da sociedade civil e também por parte do poder público – o que será evidenciado -, esse coletivo contribui para a construção e difusão de ideias relacionadas a tal área de política. No caso específico da proposta de criação de um Centro de Referência da Juventude, na capital mineira, o Fórum contribuiu na formulação e difusão da mesma, argumentando que

as e os jovens devem acessar equipamentos públicos que promovam os seus direitos, com qualidade e atenção especializada. Acreditamos que um Centro de Referência da Juventude pode ser um dos meios para se efetivar isso, funcionando como um polo estratégico capaz de impulsionar e integrar políticas em todo o município (Intervenção..., 2011).

Assim, na medida em que o Fórum, ao proporcionar e fomentar espaços de discussão e formação, em que informações e conhecimento circulam e são construídos, consegue dar destaque a determinadas ideias e demonstrar a sua relevância, essas tendem a ganhar apoio e visibilidade, especialmente entre aqueles atores também envolvidos com a temática das PPJ. Isso, por sua vez, amplia as chances de que

---

<sup>25</sup> Um exemplo de ação que envolve tanto mobilização, quanto formação é o evento produzido anualmente pelo Fórum, com o nome de *Juventude oKupa a Cidade*, que além de mobilizar um público de cerca de 400 pessoas, oferece momentos de debate sobre temas correlatos aos direitos juvenis, na perspectiva da ocupação da cidade. Para saber mais sobre o evento, consultar <<http://forumdasjuventudes.org.br/category/okupa-juventude>>, acesso em 29 de janeiro de 2015.

determinada/s ideia/s torne-se/tornem-se conhecida/s pelos governantes e entre/m para a agenda governamental, a partir do seu destaque na esfera pública.

Como será explorado adiante, o caso do Centro de Referência da Juventude parece se enquadrar aqui, ainda que depois de entrar para agenda possa ter sofrido modificações em relação ao seu desenho<sup>26</sup>. As investigações permitirão identificar se de fato o Fórum das Juventudes da Grande BH, ao tornar pública uma ideia, teve papel determinante no processo de agendamento da mesma.

#### **4.2. A Política Pública de Juventude em BH**

Semelhante ao contexto federal, o processo de institucionalização de políticas públicas de juventude, com a criação de órgãos específicos voltadas à articulação e/ou gestão dessas políticas, no município de Belo Horizonte (BH), é também recente. Até o ano de 2005, os serviços e/ou equipamentos públicos com os quais as/os jovens belo-horizontinas/os contavam eram apenas aqueles já comumente alocados nas pastas das políticas sociais, como educação, assistência social e saúde e, em consonância com outros contextos locais, programas voltados ao combate e prevenção de violência e criminalidade entre adolescentes e jovens, principalmente a partir de 1997. A maioria dessas políticas, é importante reiterar, não era exclusivamente voltada aos indivíduos jovens, de 15 a 29 anos, mas quase sempre abrangiam também o público infantil e, em alguns casos, o adulto (quando não excluía as/os jovens maiores de 18 anos). Pesquisa realizada em 74 municípios, distribuídos em oito regiões metropolitanas do Brasil, entre elas a de BH, com o objetivo de levantar ações e programas executados pelo poder público municipal e que atendessem ao público jovem, apontou que

a maioria das ações [...] tem início a partir de 1997. No período entre 1997 e 2000 verifica-se a expansão dos programas (21%), acentuada significativamente no último período (entre 2001 e 2004), que reúne 64,8% das iniciativas. As duas últimas gestões municipais são, assim, responsáveis por quase 86% das ações. No momento do trabalho de campo, os programas,

---

<sup>26</sup> Não é foco deste trabalho analisar a implementação do CRJ, mas sim verificar como sua proposta foi originada e convertida em prioridade na agenda governamental.

em sua maioria, encontravam-se em fase de implementação, representando um percentual de 72,4% contra somente 8,4% dos considerados encerrados [...] (SPOSITO, SILVA & SOUZA, 2006, p. 241).

A mesma pesquisa revelou ainda que

os organismos responsáveis pelo maior número de programas levantados são as secretarias ligadas à assistência social/ inclusão/ação social, com 23% de citações, seguidas pela secretarias de educação, que concentram 16,2 % das ações destinadas a essa faixa da população. Em terceiro lugar aparecem as secretarias municipais de cultura (12,2%), com índices bem próximos à área de esportes (SPOSITO, SILVA & SOUZA, 2006, p. 242).

As informações apresentadas pela referida pesquisa reforçam um aspecto já mencionado em relação à produção de políticas para a juventude em nível nacional, que é o fato de majoritariamente as ações empreendidas estarem relacionadas à questão do jovem em situação de risco social. Portanto, também no âmbito da política municipal, praticamente não havia políticas universais, pensadas a partir da compreensão da/do jovem na sua totalidade e diversidade.

Em que pese essa constatação, é possível apontar, no caso de Belo Horizonte, uma peculiaridade: a criação do Conselho Municipal de Juventude (COMJUVE), ainda no ano de 1998. Sendo um dos primeiros conselhos municipais de juventude no país<sup>27</sup>, sua finalidade era a de “estudar, analisar, elaborar, discutir, aprovar e propor políticas públicas que permitam e garantam a integração e a participação do jovem no processo social, econômico, político e cultural do Município” (BELO HORIZONTE, 1998). É importante mencionar que o COMJUVE foi criado a partir da mobilização de movimentos e grupos juvenis da cidade combinada ao tipo de projeto político defendido pelo partido que estava à frente da administração municipal, de cunho mais participativo, contexto esse que favoreceu o seu surgimento (RIBEIRO, 2009). Pode-se considerar, assim, que a criação do COMJUVE sinalizava a abertura do poder público no sentido de instituir políticas de juventude no município, haja vista as competências do conselho que abrangiam, entre outras, as de: “estudar, analisar, elaborar, discutir,

---

<sup>27</sup> Segundo informação disponível na página da internet da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, o COMJUVE – BH teria sido o primeiro Conselho Municipal de Juventude criado no país. <[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=juventude&tax=27183&lang=pt\\_BR&pg=9961&taxp=0&>](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=juventude&tax=27183&lang=pt_BR&pg=9961&taxp=0&>)>, acesso em 20 de janeiro de 2015.

aprovar e propor planos, programas e projetos relativos à juventude no âmbito do Município”; e a de “colaborar com os demais órgãos da administração municipal na implementação de política pública voltada para o atendimento das necessidades da juventude” (Art. 2º, Lei nº 7.551/98, incisos II e III). Contudo, em decorrência de vários motivos, principalmente o seu progressivo esvaziamento, o COMJUVE funcionou apenas até o ano de 2003, sendo desativado e voltando à cena somente em 2005. À época, inúmeros movimentos e grupos juvenis

representados pelo Fórum de Entidades e Movimentos Juvenis da Região Metropolitana de Belo Horizonte (FEMJ/RMBH) [atualmente Fórum das Juventudes da Grande BH], [...] em parceria com a PBH [Prefeitura de Belo Horizonte], iniciaram em março de 2005 um conjunto de ações a fim de reativar o conselho municipal da Juventude (RIBEIRO, 2009, p. 4).

Nesse mesmo ano, logo no início do segundo mandato do prefeito Fernando Pimentel, foi criado o primeiro órgão municipal voltado às políticas públicas de juventude: a Coordenadoria Municipal de Juventude (Cjuv)<sup>28</sup>. Criado pela Lei nº 9011 de 1º de janeiro de 2005 e ligado à Secretaria Municipal de Governo da prefeitura, esse órgão tem como atribuição principal articular ações, programas e políticas voltadas à juventude executados pelos demais órgãos de políticas. Segundo relato de reunião realizada com o então coordenador de juventude, em fevereiro daquele ano, o Fórum das Juventudes da Grande BH afirma que o político

apontou a interlocução com a juventude organizada de BH como a principal proposta da Coordenadoria, e assumiu o compromisso de um diálogo permanente com o Fórum de Entidades, no que diz respeito à definição e implantação de políticas (Resumo..., 2005)<sup>29</sup>.

Nesse sentido, contando com a expressiva participação do Fórum das Juventudes, a coordenadoria deu início, em maio de 2006, ao processo das *Pré-Conferências Municipais de Juventude*, nas nove regionais da cidade, em que foram eleitas/os as/os nove conselheiras/os representantes regionais da sociedade civil, entre

---

<sup>28</sup> Para mais informações sobre a Cjuv, consultar:

<[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=juventude&tax=27183&lang=pt\\_BR&pg=9961&taxp=0&](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=juventude&tax=27183&lang=pt_BR&pg=9961&taxp=0&)>, acessado em 28 de janeiro de 2015.

<sup>29</sup> Consultar ANEXO 13.

estes sete integrantes do Fórum (Relatório..., 2006)<sup>30</sup>. Na ocasião também foram levantadas as propostas para a juventude, que seriam aprovadas, em junho do mesmo ano, na *III Conferência Municipal de Juventude*. Nessa última etapa, além da aprovação e sistematização final das propostas, foram eleitos os demais cinco conselheiros representantes da sociedade civil<sup>31</sup>. Estava então restituído o Conselho Municipal de Juventude de Belo Horizonte. Porém, em 2008 o conselho foi novamente desativado, sendo reconstituído pela segunda vez, na ocasião da *IV Conferência Municipal de Juventude*, realizada em junho de 2013 (BELO HORIZONTE, 2013a).

Além das iniciativas citadas, pode-se destacar também a criação da Câmara Intersetorial de Políticas Públicas para o Jovem (CIP-Jovem),

com finalidade de discutir e avaliar a implementação das políticas públicas municipais para o jovem e das ações delas decorrentes, promovendo, para tanto, a articulação e a integração entre os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Belo Horizonte e demais organismos públicos e privados pertinentes (BELO HORIZONTE, 2012a).

A CIP- Jovem surge, portanto, como mais um órgão de articulação de políticas voltadas à juventude, reunindo representantes de diversas secretarias municipais – como a de educação, saúde, esporte e lazer, políticas sociais, meio ambiente, entre outras – em discussões com vistas à produção e avaliação das políticas públicas de juventude. Na pesquisa realizada para a elaboração deste trabalho, no entanto, não foram encontradas informações documentadas acerca de ações concretas que tenham sido realizadas por iniciativa desta câmara até o momento.

Também cabe mencionar a publicação do *Guia da Juventude*, um documento em versão eletrônica produzido pela Prefeitura, em que estão reunidas informações sobre todos os programas, serviços e equipamentos municipais que atendam a jovens. Nesse Guia são destacados cerca de 40 programas, ações, projetos, serviços e equipamentos

---

<sup>30</sup> Consultar ANEXO 10.

<sup>31</sup> O COMJUVE é composto por um total de 25 membros e possui mandato de dois anos. Esses cinco membros representantes da sociedade civil são oriundos de entidades ligadas às áreas de “educação”, “trabalho e renda”, “direitos humanos”, “qualidade de vida” e “cultura” e são eleitos na Conferência Municipal; outros nove representantes da sociedade civil, como dito, são eleitos nas etapas regionais da Conferência; já os representantes do poder público somam onze conselheiros, sendo oito indicados pelo Poder Executivo e três vereadores representando a Câmara Municipal.

oferecidos na capital e classificados por áreas como: participação social e política, educação, trabalho e renda, cultura e conexão, saúde, políticas sociais e cidadania, meio ambiente, mobilidade urbana, etc. (BELO HORIZONTE, 2012b). Cabe destacar que tal publicação reúne desde informações sobre projetos do governo federal que são executados em BH – como o *Pró-Jovem Urbano* -; bem como eventos que acontecem esporadicamente na cidade, como o *Festival Internacional de Quadrinhos* (FIQ), cuja maioria do público é possivelmente de jovens; até informações sobre o Centro de Referência da Juventude (CRJ), que ainda se encontra em fase de implementação.

Por fim, as últimas ações empreendidas pela prefeitura, voltadas especificamente para o segmento juvenil, são o *Programa Estação Juventude* – uma parceria com o governo federal que envolve serviços e atividades como acesso à internet, oficinas artísticas, esportes, entre outras; e os *Fóruns Juvenis*, que têm por objetivo promover espaços de debate entre jovens das diversas regiões da cidade, com foco em áreas de alta vulnerabilidade social<sup>32</sup>.

#### **4.3. A influência do Fórum nas PPJ em BH: o caso do Centro de Referência da Juventude (CRJ).**

A partir das descrições dos contextos de surgimento do Fórum das Juventudes da Grande BH, com a breve apresentação sobre sua atuação, bem como da incipiente Política Municipal de Juventude é possível afirmar que o cenário era relativamente favorável ao processo de institucionalização de políticas públicas de juventude, no município de Belo Horizonte. Por um lado, havia a influência no contexto nacional, que contava com uma efervescência em torno das discussões sobre PPJ, bem como com esforços institucionais direcionados à criação de órgãos e instâncias governamentais voltadas à área. No plano local, de outro lado, era possível identificar a intensa movimentação de grupos e movimentos, envolvidos em debates sobre políticas públicas e direitos juvenis, e ainda a relativa abertura por parte do poder público municipal para a

---

<sup>32</sup> Para mais informações sobre essas ações e sobre a Política Municipal de Juventude, no município de Belo Horizonte, consultar: <[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=juventude&lang=pt\\_BR](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=juventude&lang=pt_BR)>, acesso em 27 de janeiro de 2015.



participação desses atores no processo de formulação das pautas de juventude, a serem desenvolvidas no novo mandato do governo de Fernando Pimentel, eleito prefeito de BH, em 2004. Configurava-se, portanto, uma conjuntura político-institucional oportuna para operar possíveis mudanças na agenda governamental relativas às PPJ.

No entanto, o tipo de políticas com possibilidade de serem implementadas não estava definido. A necessidade de criação de um órgão responsável pela articulação das ações voltadas à juventude existentes demonstrava isso, indicando também a demanda de se diagnosticar quais ações eram essas e a que áreas de política elas estavam alocadas. Críticas nesse sentido podem ser evidenciadas no relato produzido pelo Fórum, da reunião realizada no dia 11 de novembro de 2004, quando o então secretário de governo de Pimentel, o Senhor Paulo Moura, teria afirmado que

a PBH admite a complexidade do tema Juventude, a dificuldade em implantar ações articuladas com impacto efetivo junto à população jovem, bem como a necessidade de interlocução com os segmentos que acumulam saber em relação ao tema, para a elaboração de um projeto global (Resumo..., 2004)<sup>33</sup>.

Na mesma ocasião, o secretário teria anunciado a pretensão da prefeitura de criar a Coordenadoria Municipal de Juventude, proposta que era consonante com a demanda compartilhada pelo Fórum, registrada em algumas atas de reunião analisadas, qual seja: a criação de órgão executivo específico de gestão e articulação de políticas públicas de juventude. A mesma passagem supracitada revela ainda o reconhecimento, por parte do poder público, da existência de segmentos que possuem acúmulo de conhecimentos em relação ao tema das PPJ, devendo esses serem considerados no processo da política pública.

Nesse sentido, tais considerações podem auxiliar na análise do processo que se pretende investigar aqui, da entrada da proposta de criação do Centro de Referência da Juventude (CRJ) para a agenda governamental, visto que tanto os antecedentes desse processo, quanto alguns fatos que seguiram paralelamente a ele podem ter influenciado o seu resultado. Desse modo, antes de proceder às análises de como o Fórum foi capaz de influenciar tal processo – para além de exercer pressão sobre o poder público – por

---

<sup>33</sup> Consultar ANEXO 12.

meio da proposição do tipo de política a ser formulada, ou seja, no desenvolvimento e apresentação de uma ideia, cabe refazer o caminho percorrido desde a gênese da referida proposta até a sua entrada para a agenda do governo, convertendo-se em política pública.

O CRJ - atualmente em fase implementação – trata-se de um equipamento público situado no centro da capital, que foi construído para abrigar projetos, serviços e ações voltados especificamente para a juventude. A política é uma parceria entre a Secretaria de Governo de Belo Horizonte e o governo do estado, por meio da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude. Segundo seu Planejamento Estratégico, “a ideia de ter um espaço - como o CRJ em Belo Horizonte - foi uma demanda dos jovens que participaram da Conferência Municipal da Juventude de 2006” (BELO HORIZONTE, 2013b, p. 8). Essa informação pode ser confirmada também no documento de sistematização das propostas da referida Conferência, disponibilizado pelo Fórum das Juventudes, em que consta entre as 68 propostas relacionadas no eixo da cultura, a de

Implantar o Centro Municipal de Referência da Juventude de Belo Horizonte, localizado na região central, equipado com biblioteca, videoteca, internet etc., de forma a servir, prioritariamente, como espaço para a troca de experiências e a reflexão, por parte dos próprios jovens, sobre os temas da juventude (Sistematização..., 2006)<sup>34</sup>.

No entanto, as análises dos documentos revelaram que tal proposta consta também na *Carta das Juventudes*<sup>35</sup>, datada do dia 18 de setembro de 2004, documento elaborado por integrantes de movimentos juvenis - entre os quais futuras/os integrantes do Fórum -, a partir de quatro importantes eventos envolvendo discussões sobre PPJ e direitos juvenis, que contaram com a ampla presença de jovens mineiros. Esses eventos foram o primeiro e o segundo *Seminário de Políticas Públicas de Juventude*, realizados respectivamente, em outubro de 2003 e setembro de 2004; a *I Conferência Estadual de Juventude*, em abril de 2004; e o *Encontro Estadual de Redes de Juventude*, em junho do mesmo ano. Tal carta teria sido entregue ao então prefeito Fernando Pimentel, em ato público cuja solicitação foi feita por meio de ofício<sup>36</sup> dirigido ao gabinete do

---

<sup>34</sup> Consultar ANEXO 14.

<sup>35</sup> Consultar ANEXO 2.

<sup>36</sup> Consultar ANEXO 7.

prefeito, em novembro de 2004. Contudo, não há registros de que tal solicitação tenha sido atendida pelo chefe do executivo, nem se houve o referido evento.

Em que pese a importância de tais episódios, em que a ideia de implementação de um Centro de Referência da Juventude foi, por assim dizer, gestada, após a *III Conferência Municipal de Juventude*, em 2006, segundo informações do Fórum, a proposta relativa ao CRJ não foi imediatamente analisada e considerada pelo governo. Sobre esse contexto o Fórum teceu severas críticas, afirmando que

o documento de propostas retirado da Conferência não foi colocado em prática pela PBH e o Conselho, embora formado por um grupo qualificado e motivado, jamais teve o devido respaldo institucional para desempenhar as suas funções. Sem uma verdadeira política municipal de juventude e com o Conselho cada vez mais debilitado, as consequências já são conhecidas: o Conselho foi novamente desativado e assim permanece há três anos; a Conferência Municipal de Juventude de 2008 foi um desastre; a Coordenadoria Municipal de Juventude foi deliberadamente desestruturada e comprimida; Belo Horizonte tornou-se uma cidade hostil aos direitos da juventude (Intervenção..., 2011).

Não obstante as críticas operadas, a retomada do diálogo entre o Fórum das Juventudes da Grande BH e a prefeitura de Belo Horizonte foi de iniciativa do próprio poder público. À época, o coletivo havia acabado de retomar suas atividades e recebeu em nome do prefeito - Márcio Lacerda (eleito em 2008) - um convite para participar de reunião, junto à prefeitura e outros representantes da sociedade civil, a fim de discutir sobre a implementação do Centro de Referência da Juventude (Intervenção..., 2011)<sup>37</sup>. É importante ressaltar que, embora o diálogo entre o governo e o Fórum tenha sido suspenso no referido período, consta em Decreto de nº 13.277 de 27 de agosto de 2008, a declaração de utilidade pública do imóvel correspondente ao local da obra do CRJ, para fins de sua construção, destinando-se “a permitir ao Executivo a implantação do Centro de Referência da Juventude da Regional Centro-Sul” (BELO HORIZONTE, 2008). Esse decreto foi seguido de outras três normas de mesma natureza – os Decretos nº 13.735/2009, nº 14.076/2010 e nº 14.240/2010 - que dispunham da concessão de uso do referido imóvel para que fosse realizada a obra do CRJ (BELO HORIZONTE, 2009; 2010<sup>a</sup>; 2010<sup>b</sup>).

---

<sup>37</sup> Consultar ANEXO 5.

Esse fato leva à constatação de que, embora o Fórum não tenha acompanhado o processo ao longo desse interstício, seja porque esteve desativado, seja porque o poder público tenha se eximido de dar continuidade ao processo de escuta dos movimentos juvenis, a proposta de criação do CRJ entrou para a agenda governamental ainda no ano de 2008, quando teve início sua implementação. Em 2011, quando o Fórum foi acionado pela prefeitura, tendo participado de reunião com o prefeito e o recém-instituído gerente do CRJ – André Rubião -, no dia 8 de agosto, segundo registro analisado, teriam sido apresentadas apenas as linhas gerais do projeto e a estimativa do valor da obra, orçada em 15 milhões de reais. Ainda segundo o Fórum, até o final de novembro de 2011, apesar de solicitações feitas

a PBH não disponibilizou o projeto do CRJ e as suas respectivas planilhas orçamentárias; até o momento, todo o conceito dessa política complexa se resume a uma planta arquitetônica e uma vaga apresentação de power point (...) exibidos pela PBH (Carta Aberta..., 2011)<sup>38</sup>.

Outro episódio documentado, referente a esse período, foi a realização de audiência pública, no dia 19 de outubro de 2011, solicitada pelo vereador Arnaldo Godoy, em articulação com representantes do Fórum, “com a finalidade de debater a implementação do Centro de Referência da Juventude” (Requerimento..., 2011)<sup>39</sup>, que, entre os encaminhamentos gerados, instituiu-se uma comissão “de reestruturação do Conselho e um grupo de trabalho paritário, com participação da sociedade civil e da PBH, para discutir o CRJ” (Carta Aberta..., 2011), responsável por acompanhar os próximos passos da implementação da política. O Fórum optou por deixar a comissão, após participar de duas reuniões, ao avaliar que a Prefeitura, bem como o governo do estado, que também esteve representado na comissão, não manifestavam real interesse em considerar as opiniões e sugestões vindas dos representantes da sociedade civil.

Esse último fato relatado é relevante para as análises, pois leva à conclusão de que a proposta originalmente construída e apresentada pelo Fórum não fora considerada na sua totalidade pelo poder público, diante do caminho que tomou o processo de implementação da política. Por outro lado, ao considerarmos o início do processo, quando foi reconhecida pelo poder público como pertinente a proposta de criação de um

---

<sup>38</sup> Consultar ANEXO 1.

<sup>39</sup> Consultar ANEXO 11.

Centro de Referência da Juventude, a hipótese de que o Fórum influenciou o processo da formação da agenda, por meio da difusão das ideias, se confirma.

Antes de explorar tais conclusões e apontar novas, propondo algumas possíveis conexões, serão retomados de maneira esquemática alguns dos principais fatos ocorridos no contexto investigado:

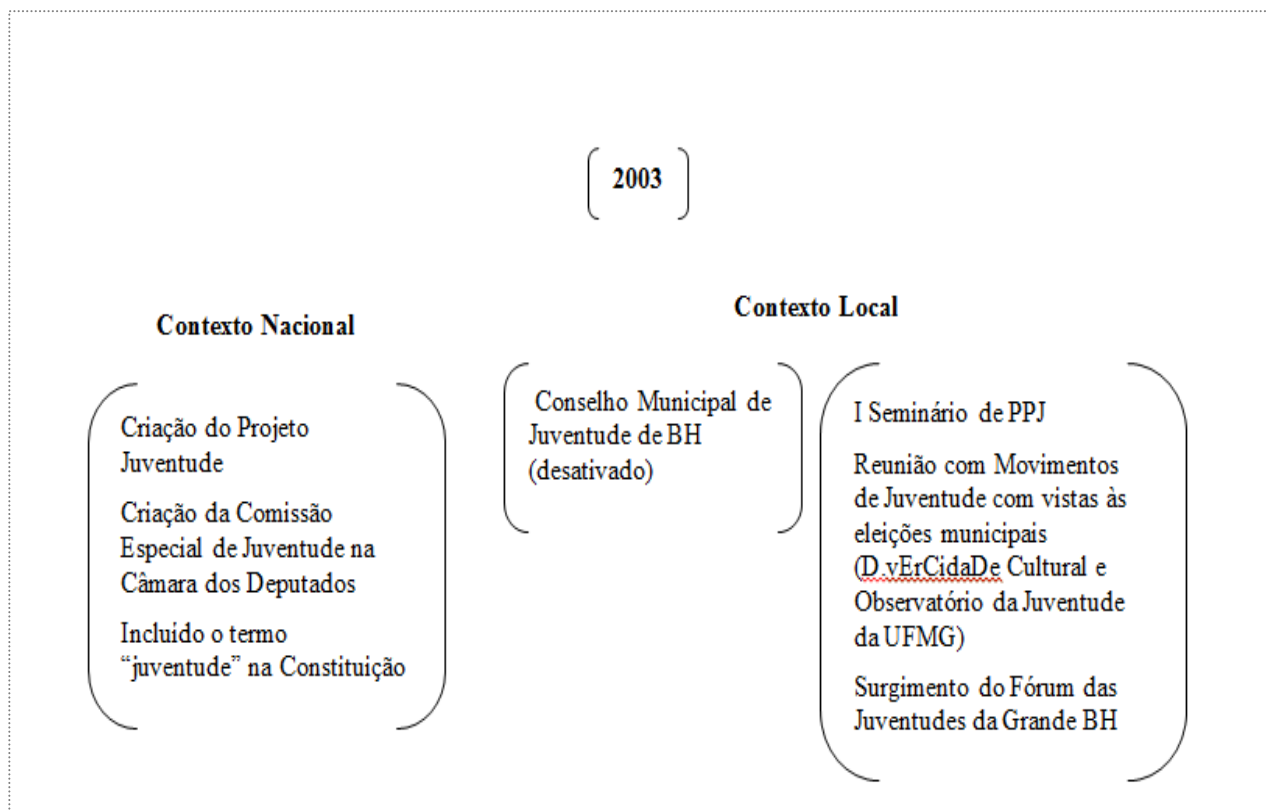


Figura 1. Resumo principais fatos - 2003

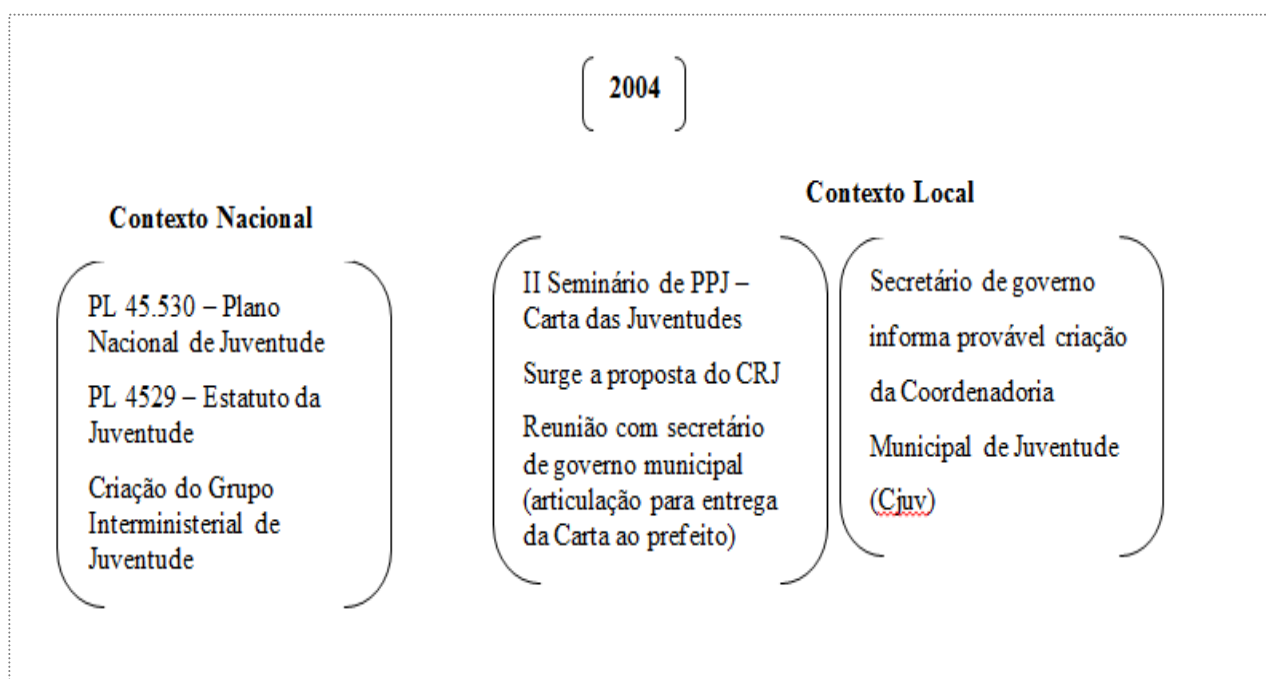


Figura 2. Resumo principais fatos - 2004

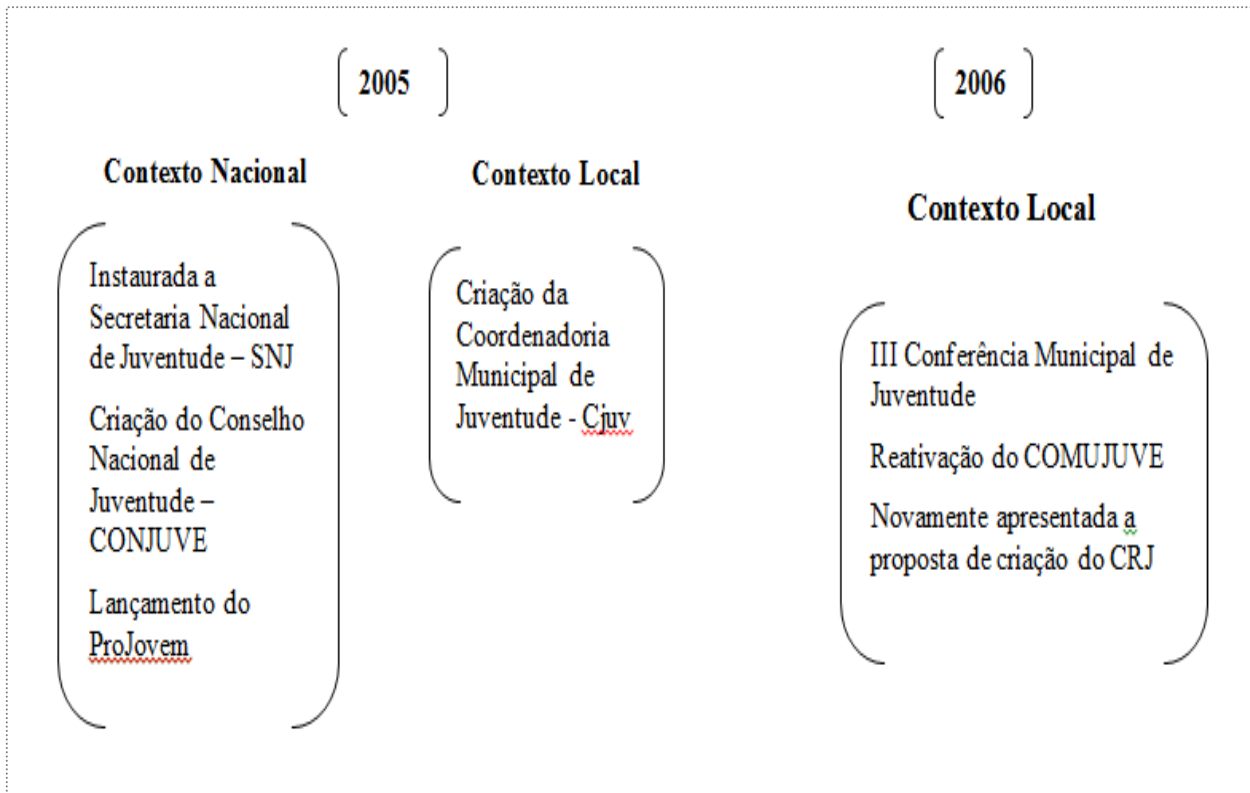


Figura 3. Resumo principais fatos - 2005; 2006

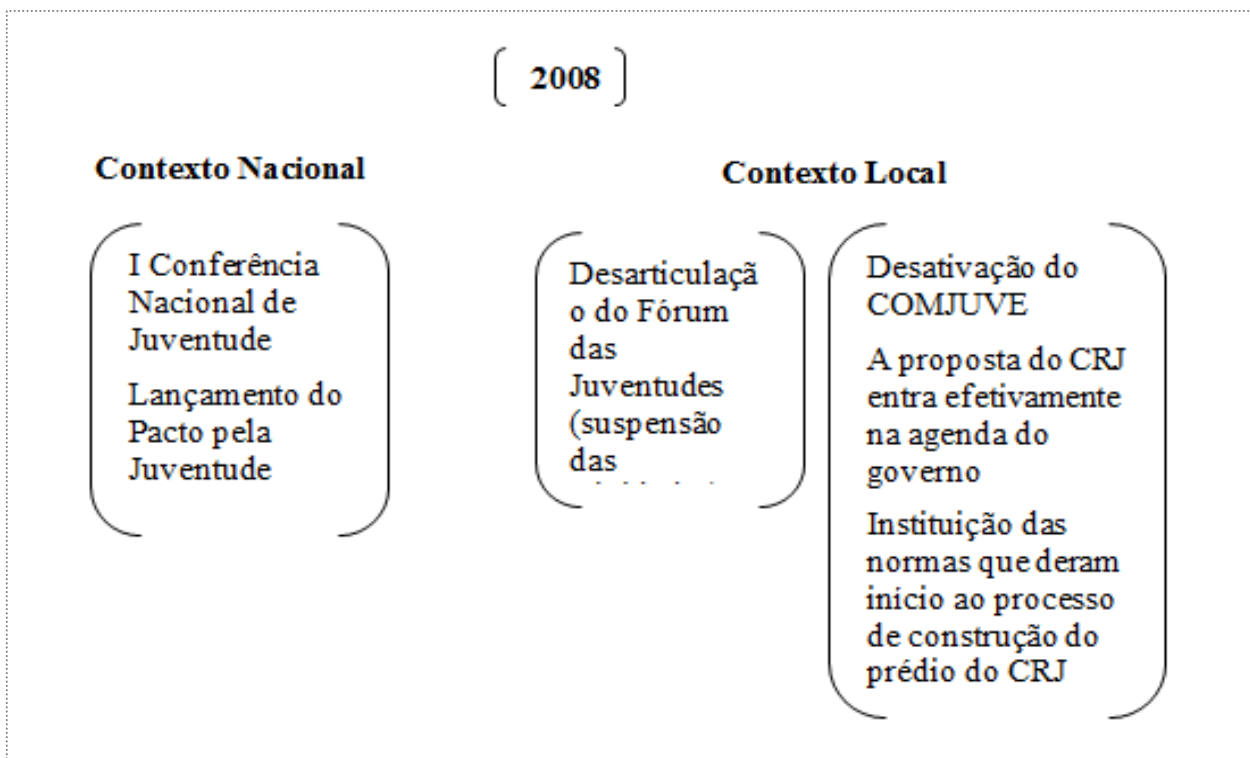


Figura 4. Resumo principais fatos - 2008

( 2009 )

**Contexto Nacional**

Segue em tramitação no Congresso Nacional o PL do Estatuto da Juventude

**Contexto Local**

Fórum segue desmobiado

Expedição de mais um Decreto de concessão de uso de imóvel para construção do CRJ

( 2010 )

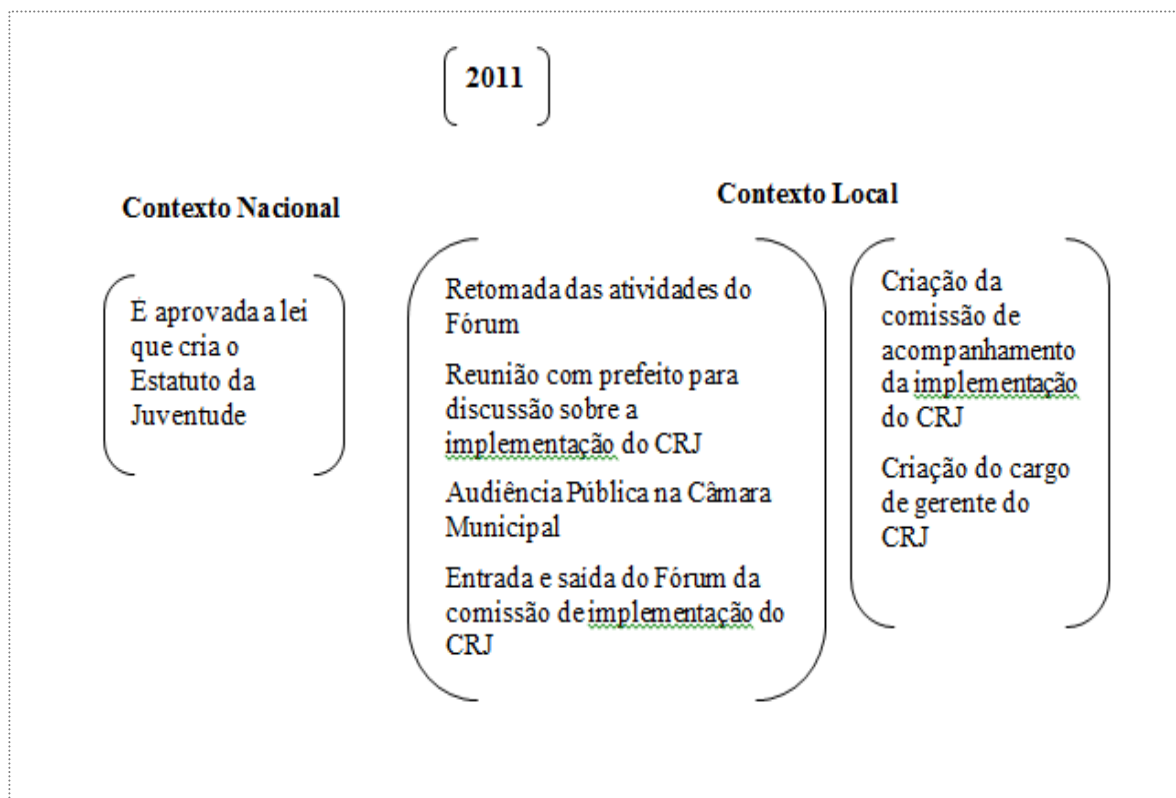
**Contexto Nacional**

O Brasil entra para a vice-presidência da Organização Ibero-americana da Juventude

**Contexto Local**

Expedido mais um decreto para concessão de uso de imóvel, em local que dará espaço à construção do CRJ

Figura 5. Resumo principais fatos – 2009 e 2010



**Figura 6. Resumo principais fatos - 2011**

Diante da investigação apresentada, algumas conclusões podem ser tiradas, a partir da confirmação da hipótese de que o Fórum das Juventudes da Grande BH influenciou o processo de institucionalização da pauta da juventude, em Belo Horizonte. Mais precisamente, o Fórum incidiu diretamente no processo de agendamento da proposta de implementação do Centro de Referência da Juventude, consonante à abordagem teórica em que se buscou embasar esse trabalho, que defende a importância do papel das ideias no processo das políticas públicas, considerando também relevante a participação dos diversos atores governamentais e não governamentais nesse processo.

A primeira conclusão a que se chega é de que contextos, onde há maior engajamento político por parte de atores da sociedade civil organizada, bem como em que o poder público se coloca mais aberto à interlocução com tais atores, tendem a contribuir para que a agenda governamental seja mais permeável às ideias geradas fora das instituições governamentais. Para fins de operar mudanças na agenda governamental, no caso em análise, esses elementos se mostraram importantes impulsionadores dessas mudanças, o que, contudo, não permite inferir que, sem esses, tais mudanças não pudessem ser operadas.



Outra conclusão possível é a de que não se pode desconsiderar, nesse caso, a influência do cenário nacional, que se apresentava favorável a mudanças institucionais relativas à implementação de políticas públicas de juventude. Também em âmbito nacional pôde ser observada a participação de atores sociais que contribuíram para impulsionar o processo. Em relação especificamente ao papel das ideias, é possível afirmar que houve, em alguma medida, o intercâmbio de ideias entre atores envolvidos no contexto local investigado e aqueles inseridos nas mobilizações nacionais. Portanto, o contexto nacional pode ter influenciado em duas dimensões o contexto local: no âmbito das instituições políticas – haja vista o fato de que o partido político a frente dos dois governos (federal e municipal), na maior parte do período foi o mesmo – e também no âmbito da sociedade civil, já que havia trocas entre integrantes dos movimentos nos dois níveis, muitas vezes coincidindo de se terem as mesmas pessoas circulando em ambas as esferas.

Por fim, pode-se concluir também que não necessariamente a influência das ideias no processo de determinada política pública será determinante no seu desenho e na forma como será implementada. No referido caso, a proposta colocada pelo Fórum orientou genericamente o tipo de política a ser implementada e não os detalhes sobre o seu desenho e sobre a sua forma de implementação, ainda que o coletivo tenha tentado emplacar sugestões nesse sentido. No caso específico, portanto, haveria que se investigar mais detidamente os motivos que justificam tal limitação, porém é possível confirmar o que sugerem algumas das abordagens teóricas apresentadas, de que o papel das variáveis cognitivas pode ser limitado pelo das variáveis clássicas, como as relacionadas ao poder e aos interesses. Em outras palavras, uma vez que a proposta do CRJ saiu do papel e teve início a sua implementação, o Fórum deixou de ter influência nas decisões sobre o seu desenho e forma de implementação. Isso pôde ser ilustrado na ocasião, conforme já mencionado, em que a PBH apresentou o projeto do CRJ pronto, em reunião com o Fórum e outros representantes da sociedade civil. Assim, a partir da fase de implementação da política, outros fatores parecem incidir mais decisivamente sobre o processo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar o processo de institucionalização da pauta de juventude no município de Belo Horizonte (BH), a partir da atuação de um coletivo juvenil da cidade – o Fórum das Juventudes da Grande BH -, tomando como exemplo uma das políticas de juventude atualmente em fase de implementação na capital – o Centro de Referência da Juventude (CRJ). O trabalho apresentado também buscou, a partir desse caso concreto, verificar se aspectos defendidos pela abordagem teórico-analítica tomada como referência seriam capazes de encontrar consonâncias com a realidade investigada. Para alcançar esse objetivo foi realizada uma revisão e sistematização bibliográfica sobre o tema no qual se insere o estudo – Juventude – bem como sobre o foco de abordagem – políticas públicas. Também foi apresentado relato que descreve o objeto em estudo – o Fórum.

A análise documental empreendida possibilitou confirmar a premissa de que, para determinados contextos, variáveis cognitivas, como as ideias, bem como a participação dos atores (e não apenas das instituições) são relevantes no processo de construção da política pública e que as variáveis consideradas pelas abordagens tradicionais não são suficientes para explicar isoladamente as mudanças institucionais operadas no tipo de contexto aqui investigado.

Além disso, a partir da discussão sobre as principais visões / concepções / representações sobre juventude ficou evidente a importância da discussão sobre o conceito de juventude e o de condição juvenil cujas definições que, variando a depender do contexto social, operam como orientadoras para o tipo de política pública que se produz. No caso brasileiro, foi constatada que a visão preponderante que norteou e, em alguma medida, ainda norteia as PPJ é aquela que relaciona a/o jovem à condição de problema social, em detrimento de concepções mais abrangentes, que concebiam a/o jovem como sujeito de direitos, o que, por sua vez, refletiria na produção de PPJ de caráter mais universal.

As abordagens teóricas apresentadas, embora ainda não muito aplicadas em estudos brasileiros sobre formação de agenda nos processos de políticas públicas, se mostraram adequadas ao contexto investigado, permitindo lançar um olhar diferente

sobre o caso analisado, em que pôde ser destacado o papel dos atores e das ideias no processo de formação da agenda governamental, ainda que as variáveis clássicas não possam ser descartadas como também importantes. É de se enfatizar que esse tipo de abordagem emerge da percepção de mudanças nos padrões de produção das políticas, que tem contado com maior interatividade entre Estado e sociedade, não podendo isso, portanto, ser ignorado.

Cabe apontar que a investigação mostrou a relevância do papel do Fórum das Juventudes da Grande BH, como ator político capaz de impulsionar processos de caráter mais participativo na construção de PPJ, sendo que, nesse caso, esse ator empregou estratégias ligadas ao debate de ideias. O Fórum, por meio das suas diversas formas de atuação, procurou garantir a circulação das ideias e a criação de espaços de discussão que garantissem com que essas pudessem ganhar maior visibilidade. Paralelamente, procurou garantir também a interlocução com o poder público, buscando que tais ideias pudessem ser assim consideradas pelos governantes, como de fato ocorreu. Entretanto, verificou-se que a proposta de criação do Centro de Referência da Juventude construída com participação do Fórum e por ele publicizada, não foi considerada na sua totalidade pelo governo. Uma vez que a proposta entrou para a agenda, sendo convertida em política, as questões relativas ao seu desenho e a forma como começou a ser implementada não seguiram tendo a mesma permeabilidade às ideias do Fórum. As causas disso não foram exploradas, mas é possível verificar aí que a partir da formação da agenda, outras variáveis parecem operar com maior peso nas decisões sobre a etapa de implementação da política.

Por fim, essa pesquisa aponta para algumas possibilidades de estudos futuros que envolvam tanto o Fórum das Juventudes da Grande BH, como outros atores engajados na luta pelos direitos juvenis, dada a emergência cada vez maior de processos participativos na construção das PPJ. Além disso, diante dos limites dessa pesquisa, cabem investigações futuras que sejam capazes de aprofundar as análises sobre o processo de construção do CRJ, visto que não foi explorada aqui a etapa de implementação dessa política, reservando-se a investigação ao processo de agendamento da proposta que deu origem a mesma. Também é preciso salientar que, diante da perspectiva analítica escolhida (embora, sem negá-lo) não coube dar ênfase à dimensão do conflito inerente ao processo, mas, ao contrário, buscou-se evidenciar a

dimensão da cooperação entre Estado e sociedade civil no processo da política pública. Espera-se, para concluir, que esse trabalho seja útil à criação de referenciais empíricos que contribuam na consolidação do campo de estudos de análises de políticas públicas de juventude, especialmente, em contextos locais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAD, Miguel. *Crítica Política das Políticas de Juventude*. In: FREITAS, M.V.de; PAPA, F.C. (Org). *Políticas Públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 13- 32.

ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas Juvenis*. São Paulo: ANPOCS/Scritta. 1994.

\_\_\_\_\_. *Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo*. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.

BANGO, Julio. *Políticas de Juventude na América Latina: identificação de desafios*. In: FREITAS, M.V.de; PAPA, F.C. (Org). *Políticas Públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 33- 55.

BELO HORIZONTE, Prefeitura de Belo Horizonte. Lei nº 7.551, de 9 de julho de 1998. Cria o Conselho Municipal de Juventude e dá outras providências. 1998. Disponível em <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/pesquisa>>, consultado em 15 de julho de 2014.

BELO HORIZONTE, Prefeitura de Belo Horizonte. Lei nº 9.011 de 1º de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estrutura organizacional da Administração Direta do Poder Executivo e dá outras providências. 2005. Disponível em: <<portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=927757>>, consultado em 28 de janeiro de 2015.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Decreto nº 13.277, de 27 de agosto de 2008. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel situado na 8ª Seção Suburbana, nesta Capital. 2008. Disponível em <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/pesquisa>>, consultado em 28 de janeiro de 2015.

BELO HORIZONTE, Prefeitura de Belo Horizonte. Decreto nº 13.735, 29 de setembro de 2009. Concede permissão de uso do imóvel que menciona ao Centro de Referência da Juventude. 2009. Disponível em <http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/pesquisa>, consultado em 27 de janeiro de 2015.

BELO HORIZONTE, Prefeitura de Belo Horizonte. Decreto nº 14.076, 12 de agosto de 2010. Altera o Decreto nº 13.735/09, que “Concede permissão de uso do imóvel que menciona ao Centro de Referência da Juventude”. 2010a. Disponível em <http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/pesquisa>, consultado em 27 de janeiro de 2015.

BELO HORIZONTE, Prefeitura de Belo Horizonte. Decreto nº 14.240, 29 de setembro de 2010. Altera o Decreto nº 13.735/09, que “Concede permissão de uso do imóvel que menciona ao Centro de Referência da Juventude”. 2010b. Disponível em <http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/pesquisa>, consultado em 27 de janeiro de 2015.

BELO HORIZONTE, Prefeitura de Belo Horizonte. Decreto nº 14.423, 19 de maio de 2011. Altera o Decreto nº 14.284/11. 2011. Disponível em <http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/pesquisa>, consultado em 27 de janeiro de 2015.

BELO HORIZONTE, Prefeitura de Belo Horizonte. Lei nº 14.967, 27 de julho de 2012. Cria a Câmara Intersectorial de Políticas Públicas para o Jovem - CIP-Jovem - e dá outras providências. 2012a. Disponível em <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/pesquisa>>, consultado em 27 de janeiro de 2015.

BELO HORIZONTE, Prefeitura de Belo Horizonte. *Guia da Juventude*. Belo horizonte. 2012b. 53 p. Disponível em: <[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=20140630\\_guia\\_da\\_juventude.pdf](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=20140630_guia_da_juventude.pdf)> , acesso em 28 de janeiro de 2015.

BELO HORIZONTE, Coordenadoria da Juventude, Secretaria Municipal de Governo. *Relatório Final da 4ª Conferência Municipal de Juventude*. Belo horizonte. 2013a. 17p.

BELO HORIZONTE, Prefeitura de Belo Horizonte. *Planejamento Estratégico do CRJ - Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte*. Dez/ 2013b. 143 p. Disponível em: <[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=20140404\\_resultado\\_consultoria\\_crj\\_bh.pdf](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=20140404_resultado_consultoria_crj_bh.pdf)>, acessado em 29 de janeiro de 2015.

CASTRO, M.; ABRAMOVAY, M. (Orgs). *Por um novo Paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventude*. Revista Brasileira de Estudos da População. São Paulo, 2002, v. 19. CHECAR FORMATAÇÃO

CUNHA, E. de P.; CUNHA, E.S.M. *Políticas Públicas e Sociais*. In: CARVALHO, A.; SALES, F. (Orgs) *Políticas Públicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

DAYRELL, Juarez Tarcísio & GOMES, Nilma Lino. *A juventude no Brasil*. 2005.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 2003. 18 (51): 21-30.

FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. *Introdução*. In: FREITAS, M.V.de; PAPA, F.C. (Org). *Políticas Públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 07- 12.

FREY, Klaus. *Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil*. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 21, jun. 2000.

KINGDON, John. Como chega a hora de uma ideia? Tradução de Paulo César Nascimento. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.) *Políticas públicas; coletânea*. Brasília: ENAP, 2006a. 2 v. p. 219- 224.

\_\_\_\_\_. Juntando as coisas. Tradução de Paulo César Nascimento. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.) Políticas públicas; coletânea. Brasília: ENAP, 2006b. 2 v. p. 225- 245.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves & BRASIL, Flávia de Paula Duque. *Construção de agendas e inovações institucionais: análise comparativa da reforma sanitária e reforma urbana*. Belo Horizonte, janeiro de 2006. Disponível em: <<http://www.eg.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/publicacoes-2006/87-construcao-de-agendas-e-inovacoes-institucionais-analise-comparativa-da-reforma-sanitaria-e-da-reforma-urbana/file>>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

PAIS, José Machado. *A construção sociológica da juventude: alguns contributos*. Análise Social. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1990, v. XXV (105 - 106), p. 139 - 165.

RIBEIRO, Antônio Carlos. Controle público no Conselho Municipal da Juventude em Belo Horizonte. Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p.69-84, dez. 2009. Semestral. Disponível em: <[www.habitus.ifcs.ufrj.br](http://www.habitus.ifcs.ufrj.br)>. Acesso em 10 de agosto de 2014.

RODRIGUES, Hila; LAZAROTTI, Bruno. *Políticas para a Juventude no Brasil: da inserção na agenda política aos desafios impostos pelos processos de construção*. In: FRAGA, F. C. B.; ROSA, J. H. A.; ARÃO, L. (Org.). Dez Olhares sobre: juventude e cultura. Belo Horizonte: Fundação Guimarães Rosa, 2011. p. 157-164.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: Maria das Graças Ruas; Maria Izabel Valladão de Carvalho. (Org.). O estudo da política. Brasília: Paralelo 15, 1998, p. 231-260. Disponível em: <[http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/rua%20maria%20\\_%20analisedepoliticaspublicas.pdf](http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/rua%20maria%20_%20analisedepoliticaspublicas.pdf)>, acessado em 22 de janeiro de 2015.

SILVA, Enid Rocha Andrade da Silva; ANDRADE, Carla Coelho de. *A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades*. In: CASTRO, J.A.; AQUINO, L.M.C.; ANDRADE, C.C. Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Brasília: IPEA. 2009. p. 41-69.

SILVA, Roselani Sodrê da & SILVA, Vini Rabassa da. *Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios*. Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011.

SKOCPOL, Theda; SOMERS, Margaret. The uses of comparative history in macrosocial inquiry. Comparative Studies in Society and History. Vol. 22, nº. 2. Cambridge University Press, 1980.

SOUZA, Celina. *Políticas públicas: uma revisão da literatura*. Sociologia, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SPOSITO, Marília Pontes. *Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil*. In: FREITAS, M.V.de; PAPA, F.C. (Org). Políticas Públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003. p. 57- 73.

SPOSITO, Marília Pontes & CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Juventude e Políticas Públicas no Brasil*. Revista Brasileira de Educação, n.24, p. 1-39, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2015.

SPOSITO, Marília Pontes; SILVA, Hamilton Harley de Carvalho, & SOUZA, Nilson Alves de. *Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas*. Revista Brasileira de Educação, v. 11 (32), p. 238-371. 2006.

VIANA, Ana Luiza. *Abordagens metodológicas em políticas públicas*. Rio de Janeiro. Revista de Administração Pública, v. 30, n. 2, p. 5-43, mar./abr.1996.



## ANEXOS

### ANEXO 1 - CARTA ABERTA - POR UMA CIDADE AMIGA DA JUVENTUDE!



#### CARTA ABERTA DO FÓRUM DE ENTIDADES

#### E MOVIMENTOS JUVENIS DA GRANDE BELO HORIZONTE

**Por uma cidade amiga da juventude, com cidadania e dignidade!**

Belo Horizonte está muito longe de ser uma cidade modelo para a juventude brasileira. Para além das persistentes desigualdades e violências que afligem os e as jovens que aqui vivem, especialmente negros/as e pobres, o poder público local tem se recusado a construir uma política abrangente e inclusiva para o segmento. Como se não bastasse, nos últimos três anos a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) tratou de esvaziar os órgãos municipais de juventude: o Conselho foi desativado e a Coordenadoria vem sendo deliberadamente sucateada. O único projeto anunciado pelo prefeito Marcio Lacerda para o setor – o Centro de Referência da Juventude (CRJ) – tem se mostrado uma isca eleitoreira, contrária à participação popular.

Nós, do Fórum de Entidades e Movimentos Juvenis da Grande BH, temos denunciado essa situação em diversos espaços. Recentemente, em audiência pública realizada na Câmara Municipal, apresentamos nossas principais críticas e propostas frente aos atuais desafios, conforme carta lida na ocasião e amplamente divulgada nas redes sociais. Na carta, lembramos que a construção do CRJ é uma demanda histórica dos movimentos juvenis e defendemos que o projeto deve integrar uma política maior, tendo em vista que um equipamento isolado é incapaz de garantir os direitos da juventude. Também reivindicamos a criação de uma comissão de reestruturação do Conselho e um grupo de trabalho paritário, com participação da sociedade civil e da PBH, para discutir o CRJ. O resultado da audiência foi a criação de uma comissão paritária para contemplar ambos os assuntos.

Após participar de duas reuniões da comissão, nos dias 1º e 9 de novembro, percebemos que a PBH não está disposta a dialogar e, para a nossa surpresa, não é a cabeça do projeto. O Governo de Minas dirigiu todas as discussões, na figura do subsecretário estadual da juventude, Gabriel Azevedo, que afirmou que a obra deverá ser licitada até março de 2012, independentemente dos trabalhos da comissão. Cabe ressaltar que a PBH já havia comunicado que a obra do CRJ custará aos cofres públicos R\$ 14 milhões, dos quais mais de 2/3 (R\$ 10 milhões) serão financiados pelo Governo de Minas, por meio da Subsecretaria Estadual da Juventude, cuja verba anual, segundo o próprio subsecretário, é de R\$ 16 milhões. Isso quer dizer que a maior parte do orçamento da Subsecretaria está voltada para apenas uma cidade e, dentro desta, para apenas um equipamento.

Ademais da ingerência do governo estadual sobre uma atividade instaurada dentro da PBH, em uma escancarada aliança eleitoreira, outras questões vieram à tona nesse processo. Enumeramos algumas delas a seguir:

---

[www.forumdasjuventudes.wordpress.com](http://www.forumdasjuventudes.wordpress.com)

## **Fórum de Entidades e Movimentos Juvenis da Região Metropolitana de BH**



- Apesar das nossas solicitações, a PBH não disponibilizou o projeto do CRJ e as suas respectivas planilhas orçamentárias; até o momento, todo o conceito dessa política complexa se resume a uma planta arquitetônica e uma vaga apresentação de power point que têm sido orgulhosamente exibidos pela PBH;
- A PBH negligenciou a demanda de reestruturação do Conselho, alegando que a comissão deveria se ater ao CRJ, e chegou a adulterar a ata da primeira reunião, suprimindo o que havia sido discutido sobre o tema;
- Considerando-se que não existe um diagnóstico para o CRJ, propusemos que a PBH realize um amplo processo de escuta, por meio de pesquisas e seminários abertos à população, a fim de conhecer as expectativas e necessidades dos/as jovens da cidade. Em princípio, a PBH e o Governo de Minas acataram somente a ideia da pesquisa.
- Na segunda reunião da comissão, a PBH e o Governo de Minas forjaram uma votação para eleger quais organizações da sociedade civil continuariam no grupo. Argumentamos que a comissão - uma instância informal e provisória - deveria ser aberta a todas as organizações interessadas, pois não seria possível estipular critérios justos e razoáveis para incluir ou excluir nenhuma delas. Lembramos que o Conselho é o espaço legítimo para eleger representantes da juventude, o que não se aplica ao caso da comissão. Entretanto, nos parece que a manobra já havia sido acordada com parte das organizações presentes e nossa argumentação resultou inútil. Decidimos não participar da votação.

Em repúdio à manipulação das discussões e à falta de transparência, nos retiramos da comissão por testemunhar um processo arbitrário e antidemocrático. Queremos deixar claro que a nossa saída não significa que estamos nos ausentando das discussões sobre o CRJ e as políticas de juventude como um todo. Muito ao contrário, seguiremos atuando nessa direção e fazendo valer o nosso direito à participação democrática.

Em meio a essa conjuntura, a PBH lançou uma campanha para projetar Belo Horizonte como a cidade da cultura e da juventude na Copa de 2014. Recebemos a notícia com estranhamento, já que o título não corresponde à realidade que conhecemos e a iniciativa surgiu de uma parceria bilateral com a ong Contato. Sem entrar no mérito da parceria, questionamos o fato de uma campanha com tal pretensão ter sido concebida fora dos debates públicos, como se uma única organização pudesse ser porta-voz dos interesses de toda a cidade.

Ao que parece, trata-se de uma campanha para fomentar a chamada economia criativa, mediante circuitos de negócios especializados em cultura e juventude. De uma hora para a outra, as autoridades locais passaram a enxergar a juventude como um filão. Será o fim das perseguições às manifestações culturais juvenis? Vem aí uma era inédita de direitos e oportunidades? Quem vai ganhar com o novo nicho de negócios?

A conta não fecha. O histórico que relatávamos antes indica um descompasso: uma cidade que não está empenhada em oferecer condições dignas para o desenvolvimento da sua população

**Fórum de Entidades  
e Movimentos Juvenis da  
Região Metropolitana de BH**



jovem não pode ser reconhecida como um bom lugar para a juventude. Ao mesmo tempo, sabemos que a gestão Lacerda tem sido muito criticada pelo setor cultural, em função de retrocessos políticos e cortes de orçamento na área, o que afeta, sobretudo, os grupos e artistas de periferia. As ofensivas contra o Duelo de MC's, evento de hip hop realizado semanalmente sob o viaduto Santa Tereza, simbolizam o tratamento dispensado pela PBH às culturas juvenis. Há quase quatro anos lutando para conseguir apoio da PBH em medidas básicas, como instalação de banheiros químicos e policiamento adequado, os/as jovens do Duelo vivem sob a constante ameaça de perder o espaço e sofrer abusos policiais. Se fecharmos os olhos para essa conjuntura, talvez não haja nenhum descompasso. Mas pode ser que a campanha para a Copa não tenha nada a ver com os dilemas da cidadania. Sendo uma sacada mercadológica e que poderá beneficiar alguns grupos privilegiados, a conta fecha direitinho.

Não seremos pautados por interesses eleitoreiros. Recusamos um CRJ feito a toque de caixa, de maneira obscura, sem um projeto consistente e blindado ao diálogo. Não compactuamos com uma identidade de fachada para BH, distante da vida real da maioria das pessoas. Queremos uma cidade verdadeiramente democrática, amiga da juventude, hoje e depois de 2014.

Fórum de Entidades e Movimentos Juvenis da Grande BH

Belo Horizonte, 28 de novembro de 2011.

## **ANEXO 2 - CARTA DAS JUVENTUDES**

Belo Horizonte, 18 de setembro de 2004.

### Carta das Juventudes

Em todo o Brasil, centenas de organizações juvenis estão promovendo o debate e elaborando propostas para intervir no processo de formulação de políticas governamentais voltadas à juventude, um segmento da população até então pouco contemplado pelas políticas públicas no país.

Os jovens belorizontinos e mineiros têm criado diversos fóruns de debate e elaboração de propostas de políticas públicas nos âmbitos municipal, estadual e federal. Em outubro de 2003 foi promovido o I Seminário de Políticas Públicas da Juventude. O encontro, realizado pelo D-vEr.CidaDe CuLturaL e a ONG Contato, reuniu mais de 500 jovens de toda a Grande BH, contando com uma série de eventos preparatórios (pré-seminários). Em 2004, os jovens mineiros reuniram-se nos dias 29 e 30 de abril, na Assembléia Legislativa de MG - após doze pré-conferências realizadas em várias regiões do Estado - para participar da I Conferência Estadual da Juventude. No mês de junho, foi realizado em Belo Horizonte, também pelo D-vEr.CidaDe CuLturaL, o Encontro Estadual de Redes de Juventude.

O II Seminário de Políticas Públicas da Juventude surge com o objetivo de dar continuidade às discussões que têm sido acumuladas ao longo destes momentos de mobilização juvenil. O evento proporcionou um espaço em que os jovens puderam construir e reformular propostas de políticas públicas que contemplassem as demandas por eles mesmos levantadas. As discussões foram orientadas a partir da sistematização das cartas tiradas no I Seminário de Políticas Públicas da Juventude e na Conferência Estadual da Juventude.

O presente documento foi formulado durante o II Seminário de Políticas Públicas da Juventude, realizado no dia 18 de setembro de 2004, no Centro Cultural da UFMG, contando com a participação de mais de 300 jovens de Belo Horizonte, os quais contribuíram ativamente na construção deste documento. O evento, promovido pelo grupo D-vEr.CidaDe CuLturaL, contou com o apoio das seguintes entidades: ARCA – Associação de Reintegração da Criança e do Adolescente; Casa de Apoio; Associação Imagem Comunitária; Humbiumbi; Arautos do Gueto; Instituto Pauline Reichstul/Cidadãos Planetários; ASSPROM – Associação Profissionalizante do Menor; Visão Mundial; Memória Gráfica; Centro Cultural da UFMG; Observatório da Juventude da UFMG; Instituto Marista de Solidariedade; ABRAÇO - Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária; FASE.

Acreditando na necessidade de formulação de políticas direcionadas para a juventude, e no momento propício para cobrarmos tais políticas, é que apresentamos este documento para os candidatos à Prefeitura de Belo Horizonte e a sociedade como um todo.

Seguem abaixo as principais diretrizes para a formulação de políticas públicas para a juventude no âmbito municipal, amadurecidas em todos estes momentos de intensa mobilização dos jovens, aprofundadas e discutidas neste II Seminário de Políticas Públicas da Juventude.

## Diretrizes para as Políticas Públicas da Juventude no governo municipal

### Canais de participação do jovem

Diagnóstico e diálogo com as redes da juventude: desenvolvimento de uma pesquisa (quantitativa e qualitativa) coordenada pelo Conselho Municipal da Juventude e outras entidades, para o levantamento e sistematização de informações sobre as redes juvenis da região metropolitana de Belo Horizonte. A partir de tal diagnóstico, criar uma agenda de debates, envolvendo tais redes e o poder público municipal, das questões e demandas dos jovens.

Fortalecimento do Conselho Municipal da Juventude, tornando-o uma instância consultiva e deliberativa, a exemplo de outros conselhos de direitos, garantindo em sua composição a representatividade de todas as entidades ligadas aos jovens na Câmara e na Prefeitura (mediante o Fórum a ser consolidado). Outro aspecto importante é a destinação, no orçamento municipal, de recursos para o Conselho. O Conselho deverá, ainda, contar com a possibilidade de captação de recursos para seus projetos junto às mais diversas instituições públicas e privadas.

Criação de um centro municipal de referência da juventude, com atividades esportivas, de lazer e culturais, e aberto à livre utilização pelos movimentos juvenis do município (para que realizem suas ações de mobilização e articulação dos jovens). O Centro deverá ser idealizado e gerido por organizações juvenis eleitas nos fóruns deliberativos, tendo o objetivo de promover atividades de formação cultural, profissional e política dos jovens; além de oferecer serviços de acompanhamento psicossocial, para tratar de questões como sexualidade, dependência química, aborto, relacionamento familiar.

Criação do Orçamento Participativo Jovem e do fundo municipal da juventude, para a alocação e deliberação de recursos públicos municipais em programas direcionados à juventude, a partir de demandas apontadas pelos próprios jovens.

### Propostas adicionais

- Criação de conselhos regionais de juventude na cidade, para propagação, divulgação e fortalecimento da atuação do Conselho Municipal de Juventude;
- Câmara representativa de todas as entidades juvenis, com representantes de cada escola;
- Criação do Guia que catalogasse as redes de juventude (projetos, grupos culturais, sociais etc);
- Criação de um Parlamento Jovem Municipal;
- Garantir representatividade do jovem na formulação das políticas sem intermediador, canal direto entre ele e o poder público;
- Criação do Fundo Municipal de Juventude, de onde sairia a verba para a implementação das políticas públicas da juventude;
- Criação de um programa de mídia jovem, com incentivo financeiro do poder público, que mantenha o jovem informado de projetos e eventos voltados para os jovens e aborde também uma perspectiva educativa, artística e cultural (fanzines, jornais, rádios comunitárias);

- Criação de uma Conferência anual de redes de juventude: divulgação, discussão da pesquisa realizada com participação efetiva dos jovens e do poder público;
- Regulamentação das rádios comunitárias de Belo Horizonte, com legislação municipal e a formação de um Conselho Municipal de Comunicação Social;
- Criação de uma comissão de auditoria destinada à acompanhar a gestão dos conselheiros municipais da juventude, organizada a partir de auditorias constituídas.

#### Educação e Lazer

Ampliação da participação do jovem na gestão da escola pública: implantação do voto democrático e paritário na escolha dos diretores das escolas públicas do município, e de programas de conscientização dos jovens acerca da importância da participação no processo eleitoral escolar.

Formação dos profissionais da educação: implementar ações de capacitação de educadores para as especificidades do trabalho com a juventude.

Fortalecimento dos grêmios: incentivar a criação de um programa de fortalecimento e articulação entre os grêmios estudantis com a finalidade de mobilização e organização dentro das escolas, incentivando a comunicação entre eles através de fanzines e cartilhas, e/ou outros meios de comunicação por eles desenvolvidos.

Lazer nas praças públicas: criação de um programa municipal de promoção do lazer nas praças públicas, com a criação de espaços para atividades culturais e para a prática esportiva; além de uma agenda em todas as regiões, de atividades de lazer comunitárias (como gincanas e campeonatos) promovidas pelos próprios moradores, com subsídios públicos.

#### Propostas adicionais

- Trocas de experiências através de jornais informativos e intercâmbios de idéias;
- Realização de palestras formativas abertas para toda a comunidade;
- Criação do orçamento participativo jovem escolar: uma parte da verba escolar deve ser reservada para que os jovens votem coletivamente sua aplicação na própria escola;
- Criação de um Conselho Interno em cada escola, gerido por grupos sociais de apoio, educadores e assistentes sociais, e psicólogos;
- Promover o encontro de estudantes de BH, com infra-estrutura da Prefeitura;
- Ampliação do número de vagas no ensino superior, a partir da construção de uma universidade popular municipal;
- Abertura das escolas nos finais de semana para promover maior integração da comunidade, com atividades esportivas e culturais, oficinas e cursos profissionalizantes, usufruindo de toda a estrutura da escola;
- Prover materiais didáticos para os alunos do ensino médio de baixa renda;
- Criação de ginásios poliesportivos em todas as regionais com verbas de incentivo ao desporto e lazer.

## Acesso ao Trabalho

Ampliação das perspectivas de acesso inicial do jovem ao trabalho e ao emprego: consideramos de suma importância que o trabalho seja visto como um direito e como componente socializador e formador do jovem cidadão. Assim, avaliamos que uma política de promoção do acesso inicial ao trabalho e ao emprego, como é o caso do Programa Primeiro Emprego, desenvolvido pelo Ministério do Trabalho, é de grande importância, mas faz-se necessária a implantação, pelo município, de ações integradas e complementares ao Programa. O estímulo à abertura do mercado para os jovens precisa contemplar aqueles que já concluíram o ensino médio e se encontram desempregados. Reimplementação dos cursos profissionalizantes nas escolas que anteriormente possuíam estes cursos e ampliação nas que já possuem.

Criação de um programa de Agentes Comunitários Jovens: o jovem tem atuado de forma decisiva em projetos comunitários voltados à promoção da cultura e da cidadania. Consideramos que este potencial do jovem para a atuação comunitária pode ser catalisado em uma política municipal de formação e contratação de agentes comunitários jovens (de cultura, de saúde, de trânsito, dentre outros).

Implantação da formação para o empreendedorismo: propomos a implantação, nas escolas públicas (municipais e estaduais) de ensino médio, de disciplinas de formação dos jovens para o empreendedorismo, associativismo e cooperativismo.

### Propostas adicionais

- Parceria entre a PBH e o empresariado – acordo que inclua isenção de impostos como contrapartida – para que sejam oferecidos cursos profissionalizantes nas escolas, e que o período de formação nestes cursos seja contado como tempo de experiência profissional pelas empresas;
- Implementação de programas de qualificação profissional para a juventude;
- Redução da jornada de trabalho para estudantes que trabalham.

## Saúde

Pesquisa com os jovens e foco na saúde preventiva: há pouca participação juvenil no planejamento, implementação e avaliação das campanhas sanitárias promovidas no município. Pontuamos, então, que há de se fazer pesquisas concretas e bem direcionadas, a fim de levantar as demandas dos jovens, de modo a subsidiar campanhas educativas preventivas.

Ampliar o Programa de Saúde da Família para que seja possível realizar ações em parceria com os movimentos juvenis. As equipes de saúde e os jovens podem realizar, em parceria, campanhas regionais de conscientização e respeito ao corpo, assim como divulgar informações úteis e claras sobre prevenção às DST e gravidez precoce. Propomos que o agente jovem de saúde atue em tais campanhas nos Centros de Saúde Comunitários.

### Propostas adicionais

- Criação de um programa de agentes jovens de saúde, dentro dos postos de saúde;
- Criação do hospital infanto-juvenil público;

- Fomentar e incentivar a participação juvenil na promoção de palestras e discussões relacionadas a sexualidade, drogas e DST, tendo os jovens como expositores e aproveitando experiências na área;
- Intercambiar a temática da saúde com a educação – incluir no currículo escolar palestras educativas em relação à saúde, valendo-se de escolas e associações de bairro como canais de comunicação entre o jovem e a Secretaria de Saúde, com foco na saúde preventiva;
- Criação e implementação de programas de prevenção, tratamento e acompanhamento de dependentes químicos;
- Contemplar a saúde de forma mais ampla (física e mental), com a criação de espaços para o jovem trabalhar o lado emocional e psicológico, tendo em vista a quantidade de jovens em depressão.
- Facilitar o acesso dos adolescentes aos métodos contraceptivos;
- Garantir a participação efetiva da juventude no Conselho Municipal de Saúde.

#### Transporte

Passe livre aos estudantes: tendo em vista as determinações da Constituição federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Lei Orgânica do Município, é fundamental a garantia do passe-livre a todos os estudantes em ônibus e metrô de Belo Horizonte.

Passe livre juvenil aos finais de semana: o acesso aos bens culturais e ao lazer está intimamente ligado à possibilidade de deslocamento dos jovens pela cidade, especialmente aos finais de semana. Assim, propomos o passe-livre aos jovens de 16 a 30 anos de idade, de zero hora de sábado a zero hora de segunda-feira.

Participação na gestão do transporte público municipal: faz-se necessária a instituição de espaços de representatividade da classe estudantil nos órgãos municipais que administram o transporte público.

#### Propostas adicionais

- Deve-se garantir que, com o estabelecimento do passe livre, o preço das passagens não aumente, gerando um ônus para os demais usuários de transporte coletivo;
- Disponibilização de ônibus especiais para eventos culturais nas periferias, garantindo, assim, a acessibilidade e o intercâmbio juvenil e contribuindo para a descentralização cultural na cidade;
- Abertura de grupos de discussão sobre passe livre estudantil e deliberação nos níveis municipal, estadual e federal, à participação de organizações juvenis, votadas a partir da sociedade civil nos Fóruns de Juventude (ainda em fase de organização).

#### Cultura e Diversidade

A cultura não é simplesmente um instrumento que pode “salvar” os jovens da droga ou da criminalidade. Entretanto, é desta forma que até hoje ela é vista por muitos profissionais e pelos órgãos públicos. A cultura possui dimensões que extrapolam o



“fazer artístico” e a simples ocupação do tempo, possibilitando aos jovens momentos e espaços de socialização, formação e mobilização.

Nesta perspectiva, propomos:

A divulgação da produção cultural juvenil nas escolas públicas do município: tendo em vista a proposta, anteriormente apontada, de um programa de fortalecimento dos grêmios estudantis, propomos que tais grêmios sejam parceiros da Secretaria Municipal de Educação para a criação, em todas as escolas do município, de espaços e de uma programação de eventos de divulgação da produção cultural juvenil.

Fomento a projetos culturais nas escolas: propomos a destinação de parte da verba das escolas para o desenvolvimento, pelos próprios alunos, de projetos sócio-culturais envolvendo as comunidades.

Fomento através da Lei de Incentivo à Cultura: propomos que seja estabelecido, na Lei Municipal de Incentivo à Cultura, um percentual de recursos para projetos que tenham jovens como empreendedores e abertura para atendimento, através de cotas e/ou percentuais, a jovens de classe baixa.

Promoção da mobilização cultural nas comunidades, através especialmente da atuação do agente cultural jovem (profissão que deve ser reconhecida, regulamentada e contar com programas de formação em todas as regiões do município).

Fórum Municipal de Cultura Jovem: Criação de um fórum municipal anual de trocas entre os movimentos e grupos culturais juvenis, estudantes e interessados em geral.

Propostas adicionais

- Promover eventos nos diversos pontos da cidade com a participação de redes e juventude mais vezes ao ano, de forma a articular os vários movimentos jovens;
- Romper o isolamento de grupos culturais através da implementação de núcleos de conversação nos bairros;
- Ampliação dos festivais de rua e praça, onde os grupos culturais possam se apresentar e trocar experiências.

Combate à Violência

Prevenção e combate à violência doméstica: promoção, no espaço da escola pública, de programas interdisciplinares de atendimento sócio-educativo às famílias, de modo a prevenir e intervir nos casos de violência doméstica.

Programa de Educação Familiar do Conselho Tutelar: incentivo à participação das famílias dos jovens em situação de alto risco social no Programa de Educação Familiar promovido pelos Conselhos Tutelares.

Combate à violência policial: implantação de programas de formação fixos e integrados aos policiais civis e militares; realização de campanhas educativas para a prevenção e combate à violência policial contra o jovem; criação de um centro de apoio com fins jurídicos e psico-sociais às vítimas de violência policial.

Combate à violência racial: ampliação, divulgação e garantia de acesso aos programas municipais de combate à violência racial.

Promoção da cidadania do jovem infrator: ampliar os programas municipais voltados à reinserção social do adolescente e jovem infrator.

Propostas adicionais

- Articulação de uma rede de programas de acompanhamento, proteção e reintegração de jovens em situação de infração;
- Divulgação da coordenadoria municipal que trata das questões raciais;
- Construção de centros comunitários de assistência às vítimas de qualquer tipo de violência, onde os jovens e suas famílias possam receber orientações e acompanhamento;
- Debater mais e melhor o papel da guarda municipal nas escolas;
- Policiamento entorno, e não dentro das escolas.

Nota: Reafirmamos nossa posição contra a redução da maioria penal.

Esta carta parte do pressuposto de que existem juventudes no plural e que os diferentes modos de ser jovem são refletidos num presente real, composto de necessidades, anseios, e não numa simples fase de transição ou momento de crise. Se entendermos as juventudes no presente, e não simplesmente como uma “passagem” à fase adulta, poderemos perceber o protagonismo inerente às suas práticas (sociais, políticas e culturais) e seremos enfim capazes de olhá-la não como um problema generalizado ou como a salvação do futuro, mas como um legítimo segmento social.

## **ANEXO 3 - CARTA DE PRINCÍPIOS FEMOJ GRANDE BH**

### **CARTA DE PRINCÍPIOS**

Fórum de Entidades e Movimentos Juvenis da Grande Belo Horizonte

Criado em agosto de 2004, o Fórum de Entidades e Movimentos Juvenis da Grande Belo Horizonte constitui-se como uma ampla articulação de entidades e movimentos que desenvolvem trabalhos com jovens e/ou são formados por jovens da Região Metropolitana de BH, sendo de caráter não governamental, supra-partidário e não-confessional. O Fórum afirma o respeito à diversidade, aos direitos humanos e à democracia como princípio fundamental de sua organização interna, primando pela autonomia dos(as) jovens, dos movimentos e das entidades.

O Fórum tem como objetivos:

- 1) Exercer o controle social na formulação, execução e avaliação de políticas públicas de juventude, sobretudo no âmbito da Grande Belo Horizonte, contemplando as mais diversas temáticas;
- 2) Promover a qualificação política das entidades, a partir de reflexões sobre a condição juvenil e o panorama das políticas públicas de juventude no Brasil, bem como intercâmbios entre as entidades, os movimentos e os(as) jovens que o integram;
- 3) Mobilizar a sociedade civil em torno das questões juvenis, procurando incentivar e apoiar articulações de caráter local e nacional;
- 4) Fortalecer e defender a autonomia, o empoderamento e a ação política dos(as) jovens, através de ações de formação e mobilização;
- 5) Estabelecer interlocução com o poder público e colaborar para o avanço da legislação referente à juventude nas instâncias municipais (Grande BH), estadual e federal.

O Fórum é aberto à participação de entidades e movimentos juvenis que compactuem com esta Carta de Princípios.

Belo Horizonte, março de 2006.

## ANEXO 4 – CONVITE PARA REUNIÃO AMPLIADA COM MOVIMENTOS JUVENIS



### CONVITE

Nos últimos meses, temos acompanhado um esforço louvável na constituição de propostas de políticas públicas nacionais de juventude, envolvendo diversos atores em sua construção. Diferentes frentes têm lançado mão de estratégias para dar visibilidade e contemplar as demandas e necessidades dos/das jovens do país – um grupo etário de 34,1 milhões de brasileiros que se encontra em momento específico e bastante importante de suas vidas.

Sabemos da importância do momento político e destas eleições para a nossa cidade e gostaríamos de aproveitar esta capacidade de articulação que estamos construindo para envolver a juventude de forma mais sistemática nesta discussão. Estamos certos de que os jovens vão desempenhar um papel fundamental neste processo, mas, para isso, precisamos desenvolver ações que tenham um direcionamento comum.

Considerando a aproximação das eleições municipais e, reconhecendo que os jovens devem ser cidadãos ativos na construção de políticas públicas de juventude, é que o Observatório da Juventude da UFMG, juntamente com o D-Ver.CidaDe Cultural (Rede de Agentes Culturais Juvenis), convida as entidades que desenvolvem trabalhos voltados para este público para uma reunião com o intuito de discutir a melhor forma de construirmos ações conjuntas em torno de políticas voltadas às demandas dos jovens de Belo Horizonte.

A reunião será realizada dia 30 de agosto de 2004 no Centro Cultural da UFMG, às 19:30.

Aguardamos confirmação da sua presença através do telefone 3499-5325, com Rosana ou Lilianne, ou pelo e-mail [observatoriojuventude@yahoo.com.br](mailto:observatoriojuventude@yahoo.com.br).

Juarez Dayrell

Coordenador do Observatório da Juventude

Observatório da Juventude da UFMG

Faculdade de Educação

Campus Pampulha

Telefone: (31) 3499-5325

Local da Reunião:

Centro Cultural da UFMG

Av.Santos Dumont, 174 – Centro

## **ANEXO 5 - INTERVENÇÃO DO FÓRUM DE ENTIDADES E MOVIMENTOS JUVENIS DA GRANDE BH NA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 19 DE OUTUBRO DE 2011, NA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE.**

### **INTERVENÇÃO DO FÓRUM DE ENTIDADES E MOVIMENTOS JUVENIS DA GRANDE BH NA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 19 DE OUTUBRO DE 2011, NA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

A construção de um Centro de Referência da Juventude em Belo Horizonte é uma demanda histórica dos movimentos juvenis da cidade e deve ser compreendida na perspectiva de democratização de equipamentos, atividades e serviços públicos para a juventude. Nós, do Fórum de Entidades e Movimentos Juvenis da Grande BH, defendemos que as e os jovens devem acessar equipamentos públicos que promovam os seus direitos, com qualidade e atenção especializada. Acreditamos que um Centro de Referência da Juventude pode ser um dos meios para se efetivar isso, funcionando como um polo estratégico capaz de impulsionar e integrar políticas em todo o município. Algo tão complexo não pode ser feito a “toque de caixa”, nem será obra de umas poucas cabeças iluminadas. É preciso ouvir as juventudes e estabelecer uma metodologia participativa para o desenho do projeto. Por essa razão, discordamos da forma como a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) veio conduzindo, até aqui, a possibilidade de criação do Centro e a questão das Políticas Públicas de Juventude (PPJ), de um modo geral. Antes de pontuar as nossas críticas e propostas para a audiência pública de hoje, queremos contar uma breve história.

Desde 2003, quando as discussões sobre as PPJ começaram a ganhar visibilidade nos cenários local e nacional, temas como participação política, cultura, educação, trabalho, saúde, direitos humanos, entre outros, passaram a ser pautados dentro de uma agenda específica de promoção da cidadania dos e das jovens. Naquele momento, não era nada óbvio dizer que as e os jovens são sujeitos de direitos. Foi necessário reafirmar essa ideia inúmeras vezes, em diferentes espaços, para públicos diversos, e ainda hoje é fundamental tornar a dizer que, sim, a juventude é um segmento que deve ter seus direitos assegurados pelo Estado e por toda a sociedade.

A formação de um campo de lutas pelos direitos da juventude no Brasil é um processo recente e que segue em curso, como resultado de discussões e mobilizações desencadeadas por todo o País durante a última década, com a participação de movimentos e organizações sociais, universidades e do poder público. Não por acaso, 2003 pode ser considerado um divisor de águas dessa história: foi o ano de início do Projeto Juventude, iniciativa do Instituto Cidadania, que produziu um grande diagnóstico sobre a juventude brasileira, e quando se instituiu, na Câmara dos Deputados, a Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude; no plano local, foi quando aconteceu o I Seminário de Políticas Públicas de Juventude de Belo Horizonte, realizado pelo grupo D.vEr-CidaDe Cultural e a ONG Contato.

Alguns anos depois, muito foi feito e o Brasil já vivencia inegáveis avanços em torno dessa temática. Uma das conquistas mais emblemáticas, sem dúvida, foi a aprovação da Emenda Constitucional nº 65, em julho de 2010, que insere o termo “jovem” no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal (CF) e abre caminho para a elevação das políticas de juventude ao patamar de políticas de Estado. Com a nova redação dada pela emenda, o Artigo 227 da CF diz que:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Outra conquista importante é a aprovação do Estatuto da Juventude pela Câmara dos Deputados, neste mês de outubro. Caso seja aprovado pelo Senado, o Estatuto irá inaugurar um novo estágio rumo à consolidação da cidadania jovem. Para citar algumas inovações do Projeto de Lei, o poder público deverá assegurar a obrigatoriedade do Ensino Médio, fomentar e subsidiar o associativismo juvenil e destinar 30% do Fundo Nacional de Cultura a programas e projetos culturais voltados aos jovens. São, ainda, exemplos de diretrizes do Estatuto a criação dos Conselhos da Juventude, em todos os níveis, com fundos vinculados aos Conselhos; a adoção de políticas de ação afirmativa como forma de combater a desigualdade racial e de gênero; bem como o respeito à diversidade sexual e a inclusão de temas relacionados à sexualidade nos currículos escolares.

Dentro desse panorama, tem sido crucial o papel desempenhado pela sociedade civil. Várias redes e fóruns de juventude surgiram ao longo desses anos e tensionaram os debates em favor de mais diversidade e democracia, exigindo que os e as jovens fossem os reais protagonistas das PPIJ, da concepção à execução de ponta. Vale destacar, aqui, o surgimento do Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis, em 2003, e do Fórum de Entidades e Movimentos Juvenis da Grande BH, em 2004. O Fórum de BH atuou intensamente até 2008, período em que falou em nome de mais de 40 organizações, e assumiu a participação juvenil e o acesso da juventude à cidade como suas principais bandeiras reivindicativas. Nesse sentido, é marcante a luta permanente do Fórum pelo fortalecimento do Conselho Municipal de Juventude.

Criado em 1998, o Conselho funcionou precariamente até 2003 e, tal como ocorre hoje, foi enfraquecido e desativado pela Prefeitura. A partir de 2005, o Fórum passou a pressionar a Coordenadoria Municipal de Juventude, a fim de que fossem convocadas eleições para recomposição do Conselho. Em meio a esse conflito, foi realizada uma audiência pública, na Câmara Municipal, na qual também se discutiu a implementação do Projovem em Belo Horizonte (novidade que chegava com a Política Nacional de Juventude, à época recém-lançada pelo Governo Lula e que também instituiu a Secretaria e o Conselho Nacional de Juventude). Após a audiência, criou-se um grupo de reestruturação do Conselho, com participação da Prefeitura, da Câmara e da sociedade civil. Fruto desse trabalho foi a Conferência Municipal de Juventude de 2006, precedida por nove etapas regionais. O evento propiciou um debate de qualidade sobre as necessidades e demandas dos e das jovens e elegeu os conselheiros e as conselheiras da sociedade civil para a nova gestão do Conselho. Mas a comemoração ficou por aí: o documento de propostas retirado da Conferência não foi colocado em prática pela PBH e o Conselho, embora formado por um grupo qualificado e motivado, jamais teve o

devido respaldo institucional para desempenhar as suas funções. Sem uma verdadeira política municipal de juventude e com o Conselho cada vez mais debilitado, as consequências já são conhecidas: o Conselho foi novamente desativado e assim permanece há três anos; a Conferência Municipal de Juventude de 2008 foi um desastre; a Coordenadoria Municipal de Juventude foi deliberadamente desestruturada e comprimida; Belo Horizonte tornou-se uma cidade hostil aos direitos da juventude.

É preciso dizer que todos esses golpes foram extremamente frustrantes para os movimentos juvenis locais, que perderam ritmo de mobilização e, em muitos casos, se dispersaram ou direcionaram esforços para outras frentes de atuação. O Fórum não foi imune a essa conjuntura e, nos últimos anos, acabou ficando paralisado. Em julho de 2011, entretanto, algumas organizações ligadas ao Fórum decidiram reanimar a rede e as discussões. A faísca para a retomada foi um convite da Prefeitura para um almoço com o prefeito Marcio Lacerda, que aconteceu no dia 8 de agosto. Entre os convidados, organizações com diferentes trajetórias no campo da juventude, algumas integrantes do Fórum. Em pauta, a juventude em BH e a apresentação da proposta do Centro de Referência. Na ocasião, o prefeito Marcio Lacerda admitiu que desconhece as realidades e necessidades da juventude, chegando a afirmar que, até o dia anterior, não conseguia diferenciar juventude e adolescência, mas que havia feito o “dever de casa” e lido um pouco sobre o assunto. No final do encontro, quando o prefeito já havia se retirado do local, o gerente do Centro, André Rubião, explicou as linhas gerais do projeto e colocou-se à disposição para seguir em contato com as entidades presentes.

Queremos deixar claro que, apesar de considerarmos válida a tentativa de diálogo com os movimentos juvenis, após um longo período de silêncio e descaso, e de reconhecermos que a provocação da Prefeitura estimulou a nossa reação, discordamos da maneira restrita e particularizada com que esse canal de interlocução foi estabelecido. Ao privilegiar um grupo seletivo de organizações como interlocutoras preferenciais, a Prefeitura desvirtua o sentido democrático e abre precedente para que relações personalizadas e favoritismos tomem lugar, em detrimento dos princípios de impessoalidade, moralidade e publicidade que a administração pública deve perseguir. Ao mesmo tempo, impede que outras organizações, movimentos e jovens participem diretamente da elaboração de uma política que é de toda a cidade.

Com relação à proposta do Centro de Referência, naquele dia não tivemos condições de analisar detidamente o seu conteúdo e menos ainda de criticá-la com rigor, em função do tempo reduzido e da superficialidade da apresentação. O “power point” apenas sinalizava que o Centro deveria abrigar atividades que nos pareceram bastante desarticuladas, tais como muro de escalada, minifloresta e sala de música clássica, por exemplo, e funcionaria, também, como uma central de informação juvenil, contando, inclusive, com um serviço de orientação vocacional. Foi mencionado que o Centro seria construído onde hoje é o Miguilim Cultural, com um orçamento da ordem de 15 milhões de reais. À exceção dessas informações, não tivemos acesso ao projeto, não sabemos se existe um diagnóstico que o justifica, não conhecemos a visão política de juventude que o fundamenta, não entendemos a opção por determinados serviços e atividades. Outro dado que nos chamou a atenção é que a proposta parte de um modelo de São Paulo. Evidentemente, qualquer modelo externo pode servir como parâmetro para o desenho de uma política, mas é preciso ter muito cuidado: uma experiência tida como exitosa num certo contexto dificilmente será aplicável a um contexto distinto, sobretudo quando os cidadãos e as cidadãs querem participar das decisões públicas.



O capítulo mais recente dessa breve história foi a realização da Conferência Municipal de Juventude, no mês passado. Depois de muito protelar, ficar de má vontade e quase perder a data, a Prefeitura resolveu convocar a Conferência às pressas, sem qualquer trabalho de sensibilização e mobilização e com pouco diálogo com os setores juvenis. Das inscrições dificultadas à bagunça no dia do evento, todo o processo foi marcado por atropelos. Para piorar, o debate de propostas foi seriamente prejudicado, pois os grupos temáticos tiveram menos de duas horas para concluir os trabalhos e não foram coordenados segundo uma metodologia adequada. É bom lembrar que o caderno de propostas aprovadas ainda não foi divulgado pela PBH. Na abertura da Conferência, a propósito, André Rubião exibiu um caderno que conteria todas as ações do município voltadas para a juventude e afirmou publicamente que o documento poderia ser disponibilizado, o que ainda não ocorreu.

Para encerrar a nossa intervenção nesta audiência pública, queremos propor soluções aos problemas que identificamos:

- Belo Horizonte precisa construir uma autêntica política municipal de juventude, com princípios, diretrizes, ações e orçamento próprios, o que é muito diferente de um mero apanhado de políticas soltas que atingem a faixa etária juvenil. Defendemos políticas específicas e integradas, pensadas para e com a juventude.
- A Coordenadoria Municipal de Juventude deve ser fortalecida e assumir o seu papel de articulação das PPJ. Para isso, é necessário dotá-la de uma estrutura decente, além de ampliar e qualificar a sua equipe.
- Não entendemos a razão de o Centro de Referência da Juventude estar fora da estrutura da Coordenadoria, dividindo com ela o mesmo nível hierárquico no organograma da Prefeitura. Qual o sentido dessa fragmentação? Qual o interesse da Prefeitura em esvaziar a Coordenadoria? Propomos que o Centro seja gerido pela Coordenadoria, como estratégia de consolidação da institucionalidade de juventude no município.
- O Conselho Municipal de Juventude precisa ser reativado com urgência, em caráter permanente e deliberativo. Propomos a criação de uma comissão de reestruturação, que deverá pensar o processo de eleições e sugerir nova legislação para o Conselho, com participação da Prefeitura, da Câmara e da sociedade civil. O Conselho é o legítimo canal de interlocução entre o poder público e a juventude e é por meio dele que as decisões sobre as PPJ deverão ser tomadas.
- O Centro de Referência da Juventude deve ser pensado com a participação direta dos movimentos juvenis e integrar uma política maior, afinal, um projeto isolado não pode assegurar os direitos da juventude. Mais do que um espaço físico, o Centro deve estabelecer relações democráticas com a população e contribuir para que a juventude acesse e ocupe a cidade, exercício que por si só tem uma dimensão educativa e emancipatória. O Centro também deve ser uma instância articuladora entre equipamentos públicos já existentes, como os Centros Culturais, por exemplo.
- Propomos a criação de um grupo de trabalho paritário, composto pela Prefeitura e a sociedade civil, para análise e elaboração do projeto do Centro. O grupo poderá se dividir em subgrupos temáticos, conforme os serviços e atividades a serem contemplados na proposta. Esse grupo de trabalho deve ser amplamente divulgado e aberto a contribuições de toda a cidade.

- Por fim, reiteramos a nossa disposição para auxiliar na construção de políticas públicas de forma séria, transparente e que levem em conta as reais necessidades dos e das jovens de Belo Horizonte. Que o senhor prefeito ouça o nosso recado: LACERDA, A JUVENTUDE ESTÁ DE OLHO!

Belo Horizonte, 19 de outubro de 2011.

Assinam este documento:

1. Associação Imagem Comunitária – AIC
2. Brigadas Populares
3. Centro Juvenil Salesiano – Belo Horizonte
4. Codinome Favela
5. Conexão Periférica
6. D.vEr-CidaDe Cultural
7. Democracia Ativa
8. Favela é Isso Aí!
9. Grupo Cultural NUC
10. Juventude da CUT-MG
11. Juventude Kolping
12. Juventudes Urbanas
13. Observatório da Juventude da UFMG
14. Oficina de Imagens

## **ANEXO 6 - LISTA DE CONTATOS DOS INTEGRANTES DO FÓRUM DAS JUVENTUDES DA GRANDE**

Fórum de Entidades que Atuam junto à Juventude em BH

1. ABAFE - Associação Comunitária do Bairro Felicidade
2. Ação Social Técnica
3. AIC – Associação Imagem Comunitária
4. ARCA – Associação de Reintegração da Criança e do Adolescente
5. Associação Amigos Centro Social Frei José Renato
6. Associação Beneficência Moradores da Cabana
7. ASSPROM
8. CADEB – Centro de Auto-desenvolvimento de Betim
9. Casa de Apoio à Criança Carente
10. Casa Menino no Parque
11. Centro de Ação Comunitária Vera Cruz
12. Centro de Estudos Para a Infância e a Adolescência
13. Centro de Inclusão Digital e Social
14. Centro Integração Martinho
15. Centro Marista de Pastoral
16. Conselho de Pais Criança Feliz (Aglomerado da Serra)
17. Conselho Regional Associação Comunitária da Região Nordeste
18. Contato – Centro de Referência da Juventude
19. Creche D. Quita Tolentino
20. DUO Informação e Cultura
21. D-ver.ciDade CuLturaL
22. FMDC – Fundação Movimento Direito e Cidadania
23. Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais
24. Grupo Cultural Arautos do Gueto
25. Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente do Bairro Cabana
26. Grupo de Assistência Beneficente Em Prol do Menor
27. Humbiumbi – Arte Cultura e Educação
28. Inspeção São João Bosco
29. Instituto Beneficente Martin Lutero
30. Instituto de Pastoral da Juventude
31. Instituto Pauline Reichstul/Cidadãos Planetários
32. Memória Gráfica
33. Miguilim Cultural
34. Ministério Público / Promotoria da Infância da Juventude
35. Mojuc – Ação Comunitária Cultural

36. Observatório da Juventude da UFMG
37. Oficina de Imagens
38. Projeto Dois Toques na Bola
39. Rede dos Salesianos
40. Secretaria Regional das Pastorais da Juventude
41. Setor Juventude da Arquidiocese de Belo Horizonte
42. Visão Mundial

## **ANEXO 7 – OFÍCIO DIRIGIDO AO GABINETE DO PREFEITO FERNANDO PIMENTEL**

Prezada Sra.

Rita Margareth

Chefe de Gabinete – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

Assunto: Encaminhamento solicitado pelo Sr. Paulo Moura – Secretário de Governo

Cara Margareth,

O Fórum de Entidades que atuam junto à Juventude em Belo Horizonte, grupo que reúne mais de 40 instituições e que foi constituído por iniciativa do Observatório da Juventude da UFMG, realizou, no dia 11/11, uma audiência com o Secretário Municipal de Governo, Paulo Moura.

Na audiência, foi combinada a realização, o mais breve possível, de um ato público envolvendo o Sr. Fernando Pimentel, Prefeito de Belo Horizonte, e representantes dos movimentos juvenis da cidade. A idéia é que seja realizada a entrega ao Prefeito, pelos próprios jovens, da Carta das Juventudes (diretrizes elaboradas em dois Seminários de Políticas Públicas da Juventude, realizados em BH em 2003 e 2004, que contaram com a participação direta de mais de mil jovens). Pretende-se que seja uma solenidade ampla, com a participação de jovens de movimentos sociais e culturais de toda a cidade, o Fórum de Entidades que atuam Junto à Juventude, vereadores e representantes dos partidos políticos.

Assim, venho procurar-lhe, a pedido do Sr. Paulo Moura, para solicitar o agendamento da solenidade de entrega da Carta das Juventudes ao Prefeito para o mês de fevereiro, bem como para pedir ao Gabinete que sugira o local para a realização do evento.

Atenciosamente,

Rafaela Lima

Integrante do Fórum de Entidades que atuam junto à Juventude em Belo Horizonte

P.S.: A audiência com o Sr. Paulo Moura, realizada no dia 11/11, contou com a participação dos seguintes representantes do Fórum de Entidades que atuam Junto à Juventude em BH: Juarez Dayrell, representante do Observatório da Juventude da UFMG; Jovandir Silva, representante do Instituto de Pastoral da Juventude; Regina e Jesus, representantes da ASSPROM; Rafaela Lima, representante da Associação Imagem Comunitária / Rede Jovem de Cidadania; Patrícia Oliveira, representante do D-vEr.CidaDe CuLturaL (rede de agentes culturais juvenis da Grande BH); Cristiane Nazareth, representante da Rede dos Salesianos e da coordenação geral da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais. Também estiveram na reunião o vereador Arnaldo Godoy e Célio (chefe de gabinete do vereador).

## **ANEXO 8 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO FÓRUM DAS JUVENTUDES – 2012.**

Fórum de Entidades e Movimentos Juvenis da Grande BH

Planejamento estratégico 2012

### Proposta de atuação [resumo]

O Fórum passa a se organizar em torno de uma agenda prioritária, cuja pauta será definida periodicamente, por meio de cinco eixos de atuação. O primeiro tema da agenda será o enfrentamento à violência contra a juventude. O conteúdo e as ações da agenda serão discutidos em um encontro de formação interna, programado para o mês de março.

### Eixos

Incidência política: monitoramento de PPJ (legislativo e executivo); participação institucional; advocacy.

Organização: reuniões quinzenais; representação institucional.

Formação: atividades formativas para público interno e externo; produção de conhecimento.

Articulação: interface e colaboração com movimentos sociais; participação popular.

Comunicação e mobilização: produção e compartilhamento de conteúdo; gestão de recursos e ferramentas de comunicação (blog, redes sociais, grupo de e-mails); divulgação de campanhas educativas; intervenções urbanas.

### Ideia gráfica



## **ANEXO 9 - RELATO REUNIÃO DO DIA 25 DE OUTUBRO DE 2011**

Boa tarde, gente!

Na última terça-feira (25/10) fizemos uma reunião na AIC para tratar da comissão que vai discutir com a Prefeitura o projeto do Centro de Referência da Juventude (CRJ) e a reestruturação do Conselho Municipal de Juventude (CMJ). Estivemos presentes Danúbia, Roberto, Igor, Bruno Vilela, Leonardo (Família de Rua) e eu.

Definimos que o Fórum vai atuar em duas frentes: uma de discussão ampliada, aberta a jovens, organizações e movimentos interessados, que vai produzir conhecimento e conteúdos para orientar os trabalhos da segunda frente, que é a própria comissão.

Sugerimos as seguintes entidades para representar o Fórum na comissão (aquelas que não estiveram presentes na reunião precisam confirmar se querem fazer parte):

AIC

Brigadas Populares (a confirmar)

Democracia Ativa (a confirmar)

Juventudes Urbanas (a confirmar)

Oficina de Imagens

Observatório da Juventude

Além dessas, a Família de Rua e o Grupo Cultural NUC, que são próximas ao Fórum, também devem participar. Pontuamos que a convocação de outros movimentos e organizações da sociedade civil deve ser feita pela PBH, e não pelo Fórum.

Para a primeira reunião da comissão, que provavelmente acontecerá amanhã (01/11), às 18h30, na PBH (estamos aguardando confirmação), levaremos três propostas:

Dividir a comissão em dois GTs (um para o CRJ e outro para o CMJ), que podem ter participantes em comum, para dar mais eficiência e agilidade aos trabalhos e fortalecer a demanda de reestruturação do Conselho;

Criar uma agenda de atividades da comissão/GTs;

Elaborar um diagnóstico participativo para fundamentar o projeto do CRJ, por iniciativa da PBH. O diagnóstico pode incluir pesquisas de opinião, estudos, seminários com jovens e especialistas etc.

Por fim, conversamos sobre a necessidade de realizar o encontro de planejamento do Fórum o quanto antes. Marcamos uma reunião para pensar a metodologia do encontro para a próxima sexta-feira, dia 04/11, às 15h, na Oficina de Imagens. Quem pode participar? Um abraço e até,

Áurea



## **ANEXO 10 - RELATÓRIO DA REUNIÃO DO DIA 14/06/06**

Fórum de Movimentos e Organizações Juvenis da Grande BH

Relatório da reunião do dia 14/06/06

### 1) Discussão do caso de violência sofrido pelo integrante Pedro Henrique.

Foi decidido que o Pedro acionará os canais legais para a apuração da agressão e, caso necessite, contará com o apoio do Fórum. A avaliação foi que não devemos fazer do caso do Pedro uma “bandeira”, expondo-o em excesso, mas sim pautar, especialmente no Conselho Municipal de Juventude, uma discussão, na qual a própria PM deverá ser envolvida, sobre a violência policial, em especial a praticada contra jovens pobres negros. A discussão deverá ser acompanhada de uma cobrança ao poder público de ações concretas para combater o problema.

### 2) Avaliação da Conferência Municipal de Juventude / próximos passos em relação ao Conselho Municipal de Juventude.

- A Conferência Municipal foi esvaziada, com diversos delegados ligados ao Fórum ausentes. Faltou também uma participação mais efetiva dos integrantes do Fórum presentes no sentido de intervir nos processos de articulação / convencimento dos participantes durante a eleição dos delegados setoriais. A “amarração”, que tinha sido bem articulada nas pré-conferências, foi mais fraca.

- Contudo, o saldo final é positivo, com sete conselheiros eleitos e um processo geral de mobilização efetiva. O Fórum marcou presença e conquistou um espaço importante.

- Já estamos nos articulando para garantir a presidência do Conselho ao Daniel Perini. Há ainda a idéia de empreender esforços para que a Secretaria Executiva fique com Pedro Victor, da Coordenadoria. A avaliação é que é necessário uma pessoa do poder público nesse papel, de modo a fazer a ponte entre o Conselho e a PBH, garantindo a sua efetividade.

### 3) Próximos passos do Fórum

Há uma preocupação generalizada de que a ação do Fórum não se confunda / restrinja ao Conselho Municipal de Juventude, e ainda de que a intervenção do Fórum nos debates do Conselho se dê de forma qualificada. Diante disso, avaliamos que é necessário empreendermos um processo duplo:

a) O amadurecimento institucional, envolvendo:

- buscar as entidades integrantes para que participem mais efetivamente,
- trazer para o Fórum os grupos juvenis mais informais e as lideranças jovens que se destacaram no processo da Conferência.
- criar uma estrutura mínima (sede, secretaria, telefone, site), a ser viabilizada pelas entidades integrantes e/ou com a captação via projeto para fundos como o da Fase e o dos Maristas.

b) O amadurecimento dos princípios, propostas e do posicionamento (que não será necessariamente consensual) do Fórum em torno dos eixos temáticos das políticas públicas de juventude. Para tal amadurecimento, detectamos a necessidade de:

- realizar encontros / seminários de formação e debate, que podem ser capitaneados pelas lideranças que o Fórum indicou para disputar as vagas setoriais do Conselho Municipal de Juventude. Um ponto lembrado pelos presentes foi que, com ações anteriores, como os seminários de políticas públicas de juventude, os encontros de diálogo promovidos pelo Observatório da Juventude e os projetos de formação realizados pelo Hip Hop Chama, o Fórum já conta com um acúmulo de metodologias para este tipo de ação. Foi lembrado ainda da importância de se propor produções concretas (como blogs, sites, campanhas educativas) aos jovens, para que eles percebam de maneira bem palpável os desdobramentos das discussões, o que é de grande importância para garantir sua motivação.
- foi levantada a ideia de o Fórum assumir a responsabilidade pelo Atentado Cultural 2006.

Para dar a largada neste processo de amadurecimento institucional e de princípios, foi decidido que será realizado, no dia 15/07, sábado, de 9:00 h às 17:30 h, na Contato (Rua Pouso Alto, 175 – Serra / tel.: 3281-5326), um “encontro estruturante”, que promoverá a discussão dos aspectos citados acima. Responsáveis pela organização e articulação do encontro: Roberto, Áurea, Daniel e Liliane.

**ANEXO 11 – REQUERIMENTO AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CÂMARA MUNICIPAL**



**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

**REQUERIMENTO Nº**

**1170/2011**

Senhor Presidente,

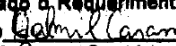
Requeiro a esta Comissão, nos termos do art.48 do Regimento Interno, que seja realizada audiência pública no dia 19/10/11 às 13h30, com a finalidade de debater a implementação do Centro de Referência de Juventude.

Solicito que seja convidado o Sr: André Rubião, Coordenador do Centro de Referência de Juventude *e representante do Fórum da Juventude.*

Belo Horizonte, 22 de setembro de 2011.

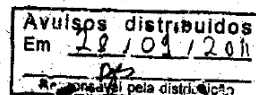
  
**Vereador Arnaldo Godoy**

Aprovado o Requerimento.

Plenário 

Em 28/09/11

**Exmo. Sr.  
Vereador Arnaldo Godoy  
Presidente da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura,  
Desporto, Lazer e Turismo**



*CMBH - Doc. Leg. Belo Horizonte - 22. Set 2011 - 17:26:00 6900 001*

## **ANEXO 12 - RESUMO DA AUDIÊNCIA DO FÓRUM DE ENTIDADES COM O SECRETÁRIO DE GOVERNO, PAULO MOURA.**

Audiência do Fórum de Entidades com o Secretário de Governo, Paulo Moura

Data: 11/11/2004

Horário: 17:00 h

Local: PBH

Participantes: Representantes do Fórum de Entidades – Juarez, representante do Observatório da Juventude da UFMG; Jovandir, representante do Instituto de Pastoral da Juventude; Regina e Jésus, representantes da ASSPROM; Rafaela, representante da Associação Imagem Comunitária; Patrícia, representante do D-vEr.CidaDe CuLturaL; Cristiane Nazareth, representante da Rede dos Salesianos e da coordenação geral da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais / Arnaldo Godoy e Célio (chefe de gabinete do vereador)

Relato da Audiência:

1. Apresentação dos representantes do Fórum de Entidades.

2. Paulo Moura apontou que a PBH admite a complexidade do tema Juventude, a dificuldade em implantar ações articuladas com impacto efetivo junto à população jovem, bem como a necessidade de interlocução com os segmentos que acumulam saber em relação ao tema, para a elaboração de um projeto global. Também ressaltou a pertinência, no cenário nacional, de articular bons projetos para essa área. O governo Lula está preocupado com a questão da Juventude e Belo Horizonte está num momento ótimo de parceria com o governo federal.

3. O que ficou combinado:

3.1. A PBH vai criar uma Coordenadoria da Juventude, vinculada à Secretaria de Governo (o ponto será incluído na reforma administrativa).

3.2. Será marcada audiência com o Prefeito de BH para a entrega, pelos jovens, da Carta das Juventudes (diretrizes elaboradas nos dois Seminários de Políticas Públicas da Juventude, realizados em BH em 2003 e 2004). O ato público contará com os jovens ligados aos Seminários, o Fórum de Entidades que atuam Junto à Juventude, vereadores, partidos políticos.

3.3. Será realizado um seminário amplo, com representação das ONGs e outras instituições ligadas à juventude, vereadores e representações dos partidos políticos, para apontar diretrizes / projetos para uma ação integrada da PBH em relação à juventude. A questão da reestruturação do Conselho Municipal da Juventude também fará parte da pauta de discussões.

## **ANEXO 13 - RESUMO DA REUNIÃO DO FÓRUM COM COORDENADOR DE JUVENTUDE**

Reunião do Fórum de Entidades Juvenis / BH com o Coordenador Municipal de Juventude da PBH, Nelson dos Santos Júnior

Data: 24/02/05

Horário: 10:00 h

Participantes:

- Representantes do Fórum de Entidades – Juarez e Geraldo, do Observatório da Juventude da UFMG; Frank Oliveira, ligado a entidades da Igreja Católica que integram o Fórum; Rafaela, da Associação Imagem Comunitária; Roberto, do D-vEr.CidaDe e assessor parlamentar do vereador Arnaldo Godoy.
- Equipe da Coordenadoria Municipal da Juventude: Nelson (coordenador), Pedro e Gustavo (assessores).

Relato da Reunião:

### 1. Apresentação do Coordenador Municipal da Juventude.

- Nelson fez um breve relato de sua trajetória política. Boa parte de sua atuação foi na cidade de Barbacena. Ele relata que atuou no movimento estudantil da cidade e no PSB (Partido Socialista Brasileiro), do qual se desligou em 2001 (ano em que Anthony Garotinho ingressou no partido). Naquele ano, passou a atuar com o então deputado federal (hoje senador) Hélio Costa (PMDB).
- O coordenador da juventude (que foi nomeado no início de janeiro) defendeu que, ainda que tenha vínculo com o PMDB / Hélio Costa, o convite do Prefeito para que assumisse a Coordenadoria tem um tom apartidário, e que a proposta é que a atuação seja de articulação de todas as pastas da PBH em torno da questão da juventude (“o papel principal não é de execução, mas de articulação”). Assim, a idéia é formar um corpo técnico, que inclua representantes de todas as Secretarias, para a elaboração de propostas integradas. A coordenadoria ainda não conta com dotação orçamentária própria. O coordenador fez questão de frisar que o órgão não pretende criar novas ações, mas incentivar e acompanhar os projetos que já existem.
- Nelson apontou a interlocução com a juventude organizada de BH como a principal proposta da Coordenadoria, e assumiu o compromisso de um diálogo permanente com o Fórum de Entidades, no que diz respeito à definição e implantação de políticas.
- São quatro as ações iniciais previstas pela coordenadoria: 1) mapeamento dos projetos e iniciativas da PBH que têm alguma ligação com a questão da juventude, com o objetivo de integrar melhor as políticas para o segmento; 2) mapeamento das entidades do terceiro setor que atuam junto à juventude, para ampliação das parcerias entre a PBH e tais entidades (“a idéia é apoiar o que já existe, reforçando as parcerias”);

3) discussão / formulação de novas propostas com os segmentos da sociedade civil organizada; 4) coordenação do Pró-Jovem.

2. Apresentação dos representantes do Fórum de Entidades.

3. Encaminhamentos iniciais da Coordenadoria

Evento Internacional da ONU: encontro envolvendo 150 jovens da América Latina (sendo 50 do Brasil), que terá como tema norteador os Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (definidos pela ONU em 2000 – vide [www.pnud.org.br/odm/index.php](http://www.pnud.org.br/odm/index.php)) e será sediado em Belo Horizonte no mês de abril (há a possibilidade de adiamento para maio). Este mesmo evento já foi realizado na Ásia e na África. A programação do evento e a forma / critérios de composição do comitê de 150 jovens já foi pré-definida pelo comitê organizador da ONU. A Coordenadoria quer uma parceria com o Fórum para elaborar uma programação de visitas a iniciativas de cultura e cidadania da juventude de BH. O grupo do Fórum ponderou que é necessária uma interlocução maior com os organizadores, tanto em relação às atividades e à pauta de discussões, quanto em relação à abertura de espaço para a participação de representante(s) do Fórum no evento.

Programa Nacional da Juventude, o Pró-Jovem: BH é uma das sete primeiras capitais brasileiras que vão implantar o Pró-Jovem em 2005. Serão atendidos 20 mil jovens na cidade, que se inscreverão em um sistema de telefone 0800. O funcionamento do processo de seleção dos jovens está sendo discutido, bem como a logística geral do programa, que envolverá a implantação de 13 “Estações da Juventude” (espaços com estrutura para atividades de formação e articulação dos jovens, que poderão constituir-se, posteriormente, em centrais de atenção à juventude que agreguem atendimento em saúde, educação, projetos culturais etc).

A execução do Pró-Jovem em BH deverá ter à frente a Secretaria Municipal de Educação, e envolverá ainda a Secretaria Municipal da Coordenação de Política Social (pasta de Jorge Nahas). A Coordenadoria da Juventude participa da gestão política da implantação, e promete incluir o Fórum em tal debate.

\* Sobre o Pró-Jovem: é um programa de âmbito federal, que vai contar com R\$ 300 milhões em 2005. É voltado para jovens moradores das capitais, que estejam fora do mercado formal de trabalho e que, tendo passado pela 4ª série, não tenham concluído a 8ª série do ensino fundamental. Esses jovens participarão de cursos de aceleração de aprendizagem, inclusão digital e qualificação profissional. A meta é atingir, neste ano, 200 mil jovens, que vão receber uma bolsa de R\$ 100. Em contrapartida, eles vão desenvolver trabalhos comunitários. Mais informações: <http://www.planalto.gov.br/secgeral/index.htm>.

Conselho Municipal da Juventude: anteriormente vinculado à Secretaria Municipal dos Direitos de Cidadania, agora foi assumido pela Coordenadoria da Juventude. Tendo em vista uma série de problemas já constatados em relação aos critérios e ao funcionamento geral da eleição de conselheiros, todo o processo eleitoral será revisto. Nelson aponta que, embora não haja uma agenda definida de encaminhamentos em relação ao Conselho, está em vias de realizar uma reunião com Daniel Perini (da ONG Contato,

que atuou como conselheiro), para levantar propostas iniciais de reformulação. Comprometeu-se a convocar um representante do Fórum para tal reunião.

Consórcio do Primeiro Emprego: está em processo de revisão. Foi assumido pela Secretaria Municipal da Coordenação de Política Social.

#### 4. Avaliação da reunião e próximas ações do Fórum

- A Coordenadoria sinaliza abertura para a participação do Fórum nas discussões de formulação e implementação de políticas. O grupo de representantes do Fórum presente à reunião avalia que é importante ocupar os espaços de discussão, na perspectiva de constituir-se num interlocutor crítico diante da Coordenadoria e da Prefeitura. O fundamental é levar ao governo municipal a avaliação e propostas dos movimentos juvenis, tomando muito cuidado diante do risco de ser confundido (tanto o coletivo de entidades quanto cada entidade em particular) com executor de políticas. Acreditamos que nosso papel enquanto Fórum não é o de executar políticas, mas ser um espaço de interlocução e de levar sugestões dos movimentos juvenis ao Poder Municipal.
- Juarez vai fazer contato com a Coordenadoria para combinar a participação de representante do Fórum na reunião de discussão inicial de idéias para o processo de eleição do Conselho Municipal da Juventude (a reunião deverá contar, assim, com a equipe da Coordenadoria, um representante do Fórum, e Daniel Perini, da Contato).
- O debate do Pró-Jovem é urgente. Na próxima reunião do Fórum (10/03), o documento com as bases do Programa será distribuído, para leitura e posterior discussão. Será distribuído também o Estatuto do Conselho Municipal de Juventude.



## **ANEXO 14 - SISTEMATIZAÇÃO DAS PROPOSTAS DAS PRÉ-CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE JUVENTUDE (BELO HORIZONTE, 20 DE MAIO DE 2006)**

Sistematização das propostas das pré-conferências municipais de juventude (Belo Horizonte, 20 de maio de 2006)

O presente documento apresenta a sistematização das propostas elaboradas coletivamente nos grupos setoriais das nove pré-conferências de juventude de Belo Horizonte. As pré-conferências aconteceram no dia 20 de maio nas nove regiões administrativas do município (Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova) e tiveram os seguintes grupos setoriais (eixos temáticos): “Cultura, Esporte e Lazer”, “Educação e Meio Ambiente”, “Promoção da Igualdade Racial”, “Saúde, Diversidade Sexual e Gênero” e “Trabalho e Renda”.

A sistematização foi realizada por representantes do poder público e sociedade civil: AMES – Associação Municipal de Estudantes Secundaristas de BH, Coordenadoria Municipal de Juventude de Belo Horizonte e Fórum de Entidades e Movimentos Juvenis da Grande BH.

Destacamos que a edição do documento obedeceu aos seguintes critérios: propostas muito semelhantes foram agrupadas, com a identificação de todas as regionais nas quais elas foram levantadas; propostas de uma área que surgiram em outra (por exemplo, uma proposta de saúde e diversidade sexual apresentada por um grupo de cultura, esporte e lazer), foram realocadas; propostas de caráter intersetorial foram agrupadas no campo “Propostas Gerais”, que abre o documento. Sugerimos que tais propostas sejam votadas em plenária geral, com representantes de todos os grupos setoriais.

A sistematização de um processo tão amplo de debates certamente traz desafios, e sabemos que haverá erros e imprecisões. Contudo, as propostas serão aperfeiçoadas nos debates e deliberações da Conferência Municipal de Juventude.

Estamos certos de que estamos dando um importante passo na construção das políticas públicas de juventude para Belo Horizonte.

Comissão Sistematizadora, junho de 2006.

### **PROPOSTAS GERAIS**

1. Garantir que o Conselho Municipal da Juventude seja deliberativo.  
Leste
2. Criar Conselhos Regionais da Juventude (um em cada regional)  
Leste
3. Criar comissões sub-regionais para discutir propostas nas diversas áreas de juventude a serem repassadas para o conselho regional.  
Barreiro

4. Criar um Fórum da Juventude, espaço de debates com reuniões mensais.  
Norte
5. Garantir que os órgãos públicos tenham espaços de representação da juventude, para que participem da elaboração de políticas que os afetem.  
Leste
6. Definir no orçamento verbas para juventude.  
Pampulha
7. Criação de orçamento participativo da juventude.  
Noroeste
8. Reduzir a burocracia nos órgãos públicos que atendem o jovem.  
Venda Nova
9. Desenvolver políticas integradas para a diminuição da mortalidade juvenil.  
Leste
10. Criar e ampliar programas sociais, de moradia e alimentação da PBH voltados à juventude.  
Leste, Norte, Venda Nova
11. Divulgar publicamente os projetos existentes e as leis em trâmite na Câmara Municipal referentes à juventude, difundir os direitos dos jovens e ampliar os investimentos nos projetos já existentes com foco no desenvolvimento da consciência cidadã e inclusão social do jovem.  
Centro Sul, Pampulha
12. Promover a articulação entre os programas para juventude de BH.  
Pampulha
13. Melhoria do transporte público.  
Noroeste

## CULTURA, ESPORTE E LAZER

### Definições Gerais

14. Valorizar as políticas de cultura, esporte e lazer para a juventude, considerando-as como direitos de cidadania e não apenas com a visão reducionista que as classifica como meros instrumentos para tirar os jovens das drogas e do “mau caminho”.  
Nordeste
15. Promover campanhas de divulgação do direito do jovem à cultura, esporte e lazer, bem como das atividades realizadas nestas áreas.  
Nordeste, Norte, Oeste
16. Implantar o Passe Livre.  
Leste, Venda-Nova, Pampulha, Centro-Sul  
Barreiro e Noroeste – passe livre ou meio passe para jovens sem condições financeiras.
17. Contratar profissionais capacitados a desenvolver atividades esportivas, culturais e de lazer junto a jovens com deficiência.  
Leste
18. Fomentar e dar suporte a ações coletivas juvenis, valorizando, por exemplo, a realização de passeatas.  
Leste, Centro-Sul

19. Facilitar a articulação de grêmios estudantis, por meio da formação de uma comissão com representantes regionais da coordenadoria da juventude, para que se discutam os anseios culturais e esportivos dos jovens.

Venda Nova

20. Criar um projeto que incentive o trabalho remunerado de estudantes da área cultural e esportiva como treinadores em projetos como a Escola Aberta.

Venda Nova

21. Promover o acesso livre e gratuito e garantir condições de acessibilidade para portadores de necessidades especiais às atividades de cultura, esporte e lazer.

Barreiro

22. Garantir que parte das verbas da Lei de Incentivo à Cultura e da recém criada Lei de Incentivo ao Esporte, sejam destinadas para projetos de juventude.

Barreiro

23. Fiscalizar e criar multas para penalizar o não cumprimento de leis culturais e esportivas favoráveis a jovens. (exemplo: a meia entrada em cinemas).

Nordeste, Centro-Sul

24. Criar convênios entre instituições sociais e prefeitura para ajudar na realização de eventos e ações comunitárias.

Nordeste

25. Criação de áreas de lazer e espaços para apresentações culturais e artísticas nas comunidades do Alto dos Pinheiros, João Pinheiro, Dom Cabral e Vila do Marmiteiro.

Noroeste

26. Criar áreas de lazer, escolas e projetos culturais e esportivos no bairro Mirante.

27. Implementar uma política que vise à abertura gradual das escolas públicas e de espaços públicos, nos finais de semana e horários ociosos, para atividades culturais, oficinas e projetos comunitários. Garantir que tal abertura atinja todas as escolas do município, começando nos bairros de maior densidade populacional de jovens e onde for mais agudo o risco social. Os projetos devem ser preferencialmente idealizados e geridos pelos jovens da região e por suas comunidades, em parceria com a escola.

Oeste, Venda Nova, Pampulha, Barreiro, Nordeste, Leste

28. Ampliar as Escolas de Tempo Integral em todo o município.

Oeste

29. Integrar dos projetos estaduais, federais e municipais de cultura, esporte e lazer.

Oeste

Cultura

30. Fomentar a política do primeiro emprego, por meio de cursos de formação e capacitação voltados à área da cultura.

Leste

31. Promover o acesso de jovens a teatros, cinemas e museus.

Leste

32. Realizar programas para formar agentes culturais jovens.

Leste

33. Assegurar um mínimo de 30% do orçamento da área da cultura para jovens artistas.

Leste

34. Reservar 50% dos fundos municipais, estaduais e federais de cultura à aprovação de projetos oriundos de jovens de regiões periféricas (de baixa renda)

35. Centro-Sul

36. Implantar centros culturais e centros de juventude em todas as regionais.  
Leste, Oeste
37. Criar programações específicas para jovens em centros culturais, museus etc.  
Leste
38. Promover oficinas educacionais de artesanato, cultura (com destaque para a cultura afro), dança, teatro, cinema, música e artes marciais em espaços alternativos à escola.  
Leste Noroeste Nordeste
39. Ampliar os centros culturais das periferias.  
Leste
40. Ampliar e criar cursos de capacitação e formação na área de cultura, com ênfase na elaboração de projetos, buscando que as iniciativas desenvolvidas possam ter autonomia na captação de recursos.  
Leste, Pampulha, Oeste, Venda-Nova, Nordeste
41. Apoiar grupos culturais e projetos juvenis já existentes, independentemente do número de participantes.  
Leste, Pampulha
42. Selecionar uma escola ou local da comunidade para que se torne “centro da cultura”.  
Nordeste, Pampulha
43. Criar mecanismos de suporte aos oficinairos que trabalham projetos culturais e sociais ligados a juventude.  
Centro-Sul
44. Articular as experiências culturais e esportivas existentes nas escolas.  
Venda Nova
45. Criar programas de promoção do livre acesso dos jovens a teatros, cinemas etc, tanto públicos como particulares.  
Centro-Sul
46. Incluir no currículo e atividades escolares a disciplina de arte e cultura (teoria da cultura), implementando a arte-educação nas escolas. Ampliar, assim, o ensino de educação artística atualmente oferecido, que se restringe geralmente a atividades de desenhar e pintar.  
Centro-Sul, Venda Nova, Nordeste, Pampulha
47. Instalar no mínimo uma biblioteca pública em cada comunidade.  
Centro-Sul, Norte
48. Valorizar, em todos os âmbitos possíveis (escolas, associações de bairro, ONG etc), a cultura africana e a cultura indígena.  
Centro-Sul
49. Executar imediatamente dos projetos de centros e espaços culturais aprovados pelo orçamento participativo, garantindo que sejam financiados pelo poder público, organizados e geridos coletivamente pela comunidade.  
Centro-Sul
50. Garantir que os processos de apoio público a projetos culturais de custo de até R\$15.000,00 sejam mais ágeis, reduzindo a burocracia.  
Centro-Sul
51. Apoiar e legalizar as mídias independentes (rádios, jornais etc) criadas pela comunidade, bem como as rádios nas escolas, fomentando sua utilização na promoção da arte juvenil.  
Centro-Sul, Norte

52. Estimular a implementação de projetos culturais, sociais e educacionais desenvolvidos por jovens de vilas e favelas em sua própria comunidade, criando editais específicos, financiados pelo poder público, pela iniciativa privada e pelo terceiro setor e geridos pelos moradores das respectivas localidades.

Centro-Sul

53. Promover a profissionalização dos artistas e agentes culturais das comunidades periféricas.

Centro-Sul

54. Criar cartões BH-Bus especial e mecanismos de apoio aos jovens ligados a projetos culturais e sociais, para que possam se deslocar e cobrir outras despesas ligadas à participação nas atividades dos projetos.

Pampulha, Norte, Oeste

55. Criar, em cada regional, uma comissão regional de cultura para organizar e divulgar projetos culturais da região, regionalizando os projetos.

Pampulha

56. Incentivar o educador que tem trabalho cultural a divulgar o seu trabalho junto à população.

Pampulha

57. Criar um centro cultural na regional Barreiro que ofereça estrutura para diversas manifestações culturais (e.x: oficinas de música, teatro, dança etc).

Barreiro

58. Valorizar a cultura existente na periferia que tem pouca ou nenhuma visibilidade (exemplo: arte-grafitismo).

Nordeste

59. Promover, nas escolas, a difusão da história do bairro, bem como dos aspectos históricos referentes aos esportes, cultura e dança.

Nordeste

60. Criar mecanismos de incentivos fiscais para que empresas patrocinem projetos juvenis.

Nordeste

61. Oferecer, nas regionais, oficinas de capacitação de líderes comunitários, preparando-os para negociar e gerenciar recursos para projetos culturais.

Noroeste, Nordeste

62. Investir em bailes escolares e festas populares em geral.

Norte, Oeste

63. Fazer um encontro cultural mensal de hip-hop e rock.

Norte

64. Realizar cursos profissionalizantes nas áreas de arte e cultura (sobretudo, de artes plásticas, web design e promoção e gestão cultural), além de cursos de línguas estrangeiras.

Norte, Oeste

65. Realizar festivais gratuitos (musicais e de teatro) todos os meses, com a garantia de alguns deles serem itinerantes. Ampliar os festivais internacionais de teatro.

Norte, Oeste, Pampulha

Norte

66. Criar o passe cultural – passe que dê direito aos jovens à participação na agenda cultural do município nos finais de semana.

Pampulha

67. Divulgação e interação ampla dos programas culturais para a juventude por parte do poder público.

Pampulha

68. Implantar o Centro Municipal de Referência da Juventude de Belo Horizonte, localizado na região central, equipado com biblioteca, videoteca, internet etc, de forma a servir, prioritariamente, como espaço para a troca de experiências e a reflexão, por parte dos próprios jovens, sobre os temas da juventude.

Oeste

Esporte e Lazer

69. Ampliar o Programa Segundo Tempo para o Ensino Médio.

Leste, Barreiro

70. Realizar, nas escolas, atividades esportivas (peteca, volley, futebol, ping pong) abertas ao público e sem restrições de idade.

Leste

71. Reformar a Quadra Esportiva da Escola Estadual Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (cobertura, piso, arquibancada).

Leste

72. Implantar praças recreativas no bairro Jardim Castanheiras, com área de lazer para jovens e crianças.

Leste

73. Implantar transporte coletivo, quadras para lazer e praças no Bairro Taquaril.

Leste

74. Implementar espaços de lazer como pistas de skate, quadras poliesportivas e ciclovias em todas as regionais.

Centro-Sul, Leste, Oeste

75. Fornecer materiais esportivos em geral (bolas, petecas, chuteiras, camisas).

Leste

76. Organizar campeonatos e gincanas regionais, bem como torneios intercolegiais.

Leste, Oeste, Pampulha

77. Implantar computadores nas escolas, disponíveis ao público para pesquisas.

Leste

78. Ampliar os eventos de Rua de Lazer, oferecendo serviços odontológicos, emissão de documentos, atrações culturais etc.

Leste, Oeste, Nordeste

79. Construir uma pista de manobras radicais nos arredores dos bairros Taquaril e Alto Vera Cruz.

Leste

80. Reformar instalações esportivas, campos de futebol e quadras já existentes em todo o município.

Leste, Oeste

81. Implantar telões nos campos do Riviera, Mineirinho, Najá e Mariano de Abreu.

Leste

82. Promover feiras nas quais a juventude possa se encontrar.

Leste

83. Promover excursões de escolas e entidades comunitárias a espaços públicos, parques, exposições culturais e lugares históricos de Minas Gerais, fornecendo o transporte por meio de parceria com a BH Trans.

Leste, Norte

84. Construir e ampliar, em cada bairro, um espaço de referência (centros de juventude) para o jovem, voltado para a área do esporte e lazer, incluindo quadras e campos de futebol, playgrounds e pistas de skate. Priorizar bairros que não têm espaço de lazer. Zelar pela manutenção de tais espaços.  
Leste, Barreiro, Norte, Venda Nova, Noroeste, Oeste, Centro-Sul e Noroeste.
85. Criar escolas de futebol, com encaminhamento dos jovens para os clubes profissionais.  
Leste, Oeste
86. Estabelecer horários para que jovens realizem atividades esportivas nas escolas.  
Leste
87. Distribuir o “Buraco do Sapo” e construir uma quadra de esporte.  
Leste
88. Implantar telecentros nas regionais e internet de livre acesso nas escolas. Apoiar, equipar e oferecer serviços de manutenção para projetos de inclusão digital.  
Venda Nova, Nordeste, Centro-Sul
89. Garantir a segurança pública nos locais em que ocorram atividades culturais e esportivas.  
Venda Nova, Noroeste
90. Criar, dentro e fora das escolas, piscinas com raia, fornecendo professores especializados para ensinar a crianças, adolescentes e jovens a natação profissional, com intuito de educar e integrar os jovens, bem como formar novos atletas.  
Centro-Sul
91. Implantação de grêmios nas escolas.  
Pampulha
92. Desenvolver e apresentar projetos culturais nas escolas, escolhendo um educador em cada escola para essa função.  
Pampulha
93. Garantir o mínimo de 1% das receitas correntes do município para esporte e lazer, priorizando a juventude.  
Barreiro
94. Criar um projeto de promoção do esporte junto às comunidades, que atenda a toda a sociedade.  
Nordeste
95. Criação de novos CACs (Centros de Apoio Comunitário) voltados às comunidades de baixa renda.  
Nordeste
96. Realizar um diagnóstico dos espaços e equipamentos esportivos e de lazer para um melhor planejamento de políticas públicas.  
Oeste, Nordeste
97. Construir uma praça no bairro Felicidade  
Norte
98. Implantar projetos esportivos gratuitos, executados por pessoas qualificadas capazes de dar aos jovens uma visão de um futuro ligado ao esporte, enfatizando o potencial de profissionalização e exercício da cidadania das práticas esportivas.  
Oeste
99. Reformar o campo de futebol no Bairro Alto Vista Alegre na rua da Pedreira.  
Oeste

## EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

### Educação

1. Criar fóruns e redes de discussões permanentes sobre a juventude nas escolas.  
Venda Nova, Norte, Centro-Sul ( Educação )
2. Implantar melhorias no Pró-Jovem: incremento dos materiais didáticos, garantia de transporte para alunos, garantia do pagamento em dia das bolsas, oferecer ensino médio, criar mecanismos e fornecer profissionais para o acompanhamento de evadidos, criar mais núcleos, encaminhar os alunos formados para estágios, a fim de prover seu aprimoramento prático e técnico.  
Barreiro, Norte, Noroeste e Venda Nova
3. Liberar o passe livre para os jovens estudantes, sem meio-passe ou limite de vagas.  
Venda Nova, Pampulha, Norte, Centro-Sul, Barreiro  
Leste: meio passe  
Venda Nova: passe livre para todo estudante e para o jovem até 21 anos.  
Pampulha: criar critérios específicos para o passe livre com controle pelas escolas.
4. Ampliar o Programa Qualificarte.  
Venda Nova
5. Promover a parceria entre faculdades, escolas e movimentos artísticos, com incentivo da prefeitura.  
Venda Nova
6. Promover a melhoria geral do ensino público, oferecendo melhor qualificação das escolas, tanto no tocante ao ensino em geral quanto em relação à formação dos professores. Além disso, incluir no currículo conteúdos que valorizem o lazer, a história, a filosofia, a cidadania, os heróis nacionais e as atividades extra-curriculares.  
Leste, Barreiro, Nordeste, Oeste, Venda Nova
7. Realizar palestras para jovens sobre assuntos do cotidiano.  
Venda Nova
8. Promover a abertura das escolas, com cursos ministrados por pessoas da comunidade.  
Venda Nova
9. Disponibilizar pessoas capacitadas para realizar atividades de acompanhamento dos jovens fora das escolas.  
Venda Nova
10. Revitalização dos parques ambientais (como o Serra Verde), garantindo os recursos para sua constante manutenção e segurança, favorecendo assim sua efetiva utilização pela comunidade como espaços para o lazer, a educação e a cultura.  
Nordeste, Venda Nova
11. No EJA, separar os alunos por idade.  
Venda Nova
12. Criar mecanismos de promoção da participação popular na formulação e avaliação dos conteúdos dos livros adotados na rede municipal.  
Venda Nova
13. Ampliar o espaço Agente Jovem da Mantiqueira.  
Venda Nova
14. Construir uma escola de 2º grau no bairro Taquaril.  
Leste
15. Melhoria dos salários dos professores.



- Leste
16. Oferecer atendimento psicológico e odontológico dentro das escolas.
- Leste
17. Fomentar a criação de grêmios estudantis nas escolas.
- Leste, Barreiro, Oeste
18. Criar escolas em período integral, tanto no ensino fundamental quanto no médio.
- Leste, Noroeste
19. Ampliar, melhorar e fiscalizar os programas como Escola Aberta e o Programa 2º Tempo.
- Centro-Sul, Noroeste, Norte, Pampulha
20. Ampliar as estruturas de educação infantil e berçários nas regionais (criação de mais unidades municipais de educação infantil).
- Centro-Sul
21. Criar uma universidade municipal que garanta o ensino superior de qualidade e gratuito e um Crédito Educativo Municipal para o Ensino Superior.
- Centro-Sul, Norte
22. Promover a parceria entre a prefeitura e as universidades para garantir estagiários para prestarem auxílio ao projeto Segundo Tempo.
- Centro-Sul
23. Garantir, na Escola Aberta, atividades esportivas e de lazer nos finais de semana, ampliando também os laboratórios de informática e a programação cultural e esportiva, inclusive nas férias escolares.
- Centro-Sul
24. Aumentar a vinculação de recursos municipais para educação.
- Centro-Sul
25. Efetivar programas de inclusão digital nas escolas municipais. Aumentar e democratizar o acesso dos alunos da rede municipal de ensino aos laboratórios de informática de suas escolas.
- Centro-Sul, Noroeste
26. Exigir obrigatoriedade do ensino de educação sexual e de combate à homofobia, discriminação racial e de gênero, estabelecendo parcerias com organizações da sociedade civil para realizar campanhas e oficinas de educação sexual e prevenção de DST.
- Centro-Sul
27. Institucionalizar as atuais parcerias da PBH com cursos pré-vestibulares comunitários e promover outras parcerias (entre entidades e universidades e outras entidades, por exemplo), garantindo o apoio e a ampliação dos mesmos.
- Barreiro, Centro-Sul, Leste
28. Promover um programa de promoção da segurança pública nas escolas.
- Centro-Sul
29. Oferecer bolsa para estudantes que trabalham e estudam à noite, como complementação de renda.
- Centro-Sul
30. Buscar atingir o analfabetismo zero na juventude, tendo os próprios jovens das comunidades como alfabetizadores e implantando um programa de educação supletiva que responda às especificidades da condição juvenil.
- Centro Sul e Oeste
31. Divulgar programas de auxílio a estudantes do ensino superior, como a FUMP (Fundação Mendes Pimentel) da UFMG.

Barreiro

32. Criar parcerias entre as escolas e cursos profissionalizantes, ampliando o acesso. Os cursos devem ser de período integral nas periferias, preparando os alunos e a comunidade para se tornarem verdadeiros cidadãos.

Barreiro, Pampulha, Norte

33. Melhorar a capacitação dos bibliotecários das escolas públicas.

Barreiro

34. Implantar as disciplinas de filosofia e formação política, bem como o ensino de conteúdos ligados à cidadania e cursos de artes, artes plásticas, música, teatro, inclusão social e línguas para os jovens nas escolas. Inserir ainda conteúdos curriculares que valorizem a consciência participativa, política e cidadã dos jovens, como o associativismo, o cooperativismo e o conhecimento da organização da produção, meio ambiente, história da África e da cultura afro-brasileira no ensino fundamental; e sociologia, filosofia, cidadania e LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) no ensino médio, garantindo a inclusão de temas relativos ao consumo de álcool, drogas, DST, Aids e planejamento familiar.

Barreiro, Pampulha, Oeste

35. Promover a renovação do acervo de livros das bibliotecas das escolas, divulgando a literatura nacional e disponibilizando publicações didáticas. Garantir o acesso destas bibliotecas à comunidade e incentivando a prática da leitura entre crianças de cinco a nove anos.

Barreiro

36. Criar um mural nas escolas para os alunos criarem grafites.

Barreiro

37. Ampliar a rede pública de ensino em bairros de baixa renda. Implantar escolas e salas de informática para jovens nas periferias do Barreiro.

Barreiro, Leste

38. Criar bibliotecas em creches para crianças.

Barreiro

39. Promover a reestruturação do ensino fundamental e médio, com participação juvenil nas discussões e criação de um Conselho Juvenil da Educação, garantindo assim a participação do jovem na elaboração de políticas públicas na área de educação, inserindo as unidades estudantis e movimentos de juventude no processo.

Pampulha, Oeste

40. Criar mecanismos de incentivo à permanência e do regresso do estudante nas escolas públicas.

Pampulha, Venda Nova

41. Implantar o programa Fala Cidadão dentro das escolas, que será um canal de diálogo para articular questões de fora e dentro da escola.

Pampulha

42. Inserir grupos culturais e atividades artísticas nos horários alternativos na escola, buscando uma educação integral dos jovens.

Pampulha

43. Criar hortas comunitárias nas regionais que não possuem e ampliar as hortas comunitárias nas outras regionais, atingindo toda a rede municipal.

Pampulha, Noroeste, Venda Nova

44. Mudar a metodologia de ensino: a atual não estimula o aluno a pensar e desenvolver suas habilidades, o aluno torna-se apenas um receptor. Propõe-se uma metodologia em que haja interação entre o aluno e o professor, como a proposta por

Paulo Freire. Na mesma direção, incentivar as múltiplas habilidades dos jovens, abrindo espaço para ele mostrá-la à população.

Pampulha, Nordeste

45. Criar mecanismos de prestação de contas relacionadas à educação, promovendo o monitoramento de gastos, investimentos etc.

Nordeste, Oeste

46. Promover a qualificação de profissionais e a adequação do espaço físico para melhor atender e incluir as pessoas com deficiência física nas escolas municipais. Ampliar a acessibilidade das pessoas com deficiência visual, por meio da implantação do braille nas escolas públicas.

Noroeste, Oeste, Norte

47. Multiplicar o Projeto Acalanto, existente em algumas escolas do Bairro Caiçara, que realiza trabalhos artísticos e culturais com os alunos das escolas municipais do referido bairro.

Noroeste

48. Incluir aulas de Línguas Estrangeiras, como o Inglês, entre as matérias de ensino fundamental, desde a 1ª série.

Noroeste

49. Instalar laboratórios de ciências em todas as escolas de ensino fundamental, desde a 1ª série.

Noroeste

50. Rever o programa “Escola Plural” nas escolas municipais.

Norte

51. Criar um programa semelhante ao Pró-Jovem.

Norte

52. Ampliar a rede educacional noturna.

Norte

53. Criar mecanismos e parcerias para levar o aluno do ensino profissionalizante ao mercado de trabalho.

Norte

54. Oferecer opções de cursos profissionalizantes, preparação para o trabalho e formação integral nas escolas públicas. Essas atividades aconteceriam aos sábados e critério para participação seria a manutenção de um mínimo de frequência escolar.

Norte

55. Rever e promover o cadastramento do Programa Bolsa Família.

Norte

56. Expandir os Conselhos Jovens de Meio Ambiente no município, atuando em consonância com a política nacional.

Oeste

57. Reverter o quadro de municipalização predatória da escola pública e estabelecer um novo marco de cooperação entre os entes federados para assegurar a universalização básica e o resgate da qualidade de ensino em todos os níveis.

Oeste

58. Ampliar a oferta de vagas nos cursos noturnos, em todos os níveis de ensino, a fim de facilitar o acesso do jovem trabalhador à educação formal.

Oeste

59. Criar políticas de apoio às famílias, a fim de garantir-lhes renda suficiente para a manutenção do jovem na escola regular ou em cursos técnicos ou garantir apoio

financeiro para os jovens, com contrapartida em trabalho social, visando alavancar sua autonomia em relação à família.

Oeste

60. Garantir a participação dos jovens no processo de eleição para diretor na educação básica.

Oeste

61. Estimular cursos para pais, alunos e professores, para que todos possam ter um nível geral melhor, envolvendo a família nos projetos escolares.

Oeste

62. Garantir a segurança nas escolas, principalmente à noite.

Oeste, Pampulha

63. Implantar o projeto Escola Viva.

Oeste

64. Estimular a entrada de organizações jovens nas escolas, para que os mesmos se conscientizem.

Oeste

65. Ampliar o Núcleo Ação Social Nossa Senhora Aparecida dos alunos do Agente Jovem.

Venda Nova

#### Educação Ambiental

66. Ampliar as ações ambientais para todas as escolas. Criar cursos de educação ambiental nos ensinos fundamental e médio e em espaços públicos, sensibilizando os estudantes e os jovens de forma geral para assumirem uma postura ativa em relação ao tema.

Venda Nova, Pampulha, Oeste, Leste, Norte, Noroeste

67. Promover a integração das escolas com entidades e órgãos públicos que desenvolvem atividades ligadas a questões ambientais.

Leste

68. Promover o diálogo da comunidade escolar com entidades da sociedade e governo, mediados pelos princípios da educação ambiental.

Leste

69. Viabilizar excursões e outras atividades de educação ambiental nas escolas.

Leste

70. Garantir a obrigatoriedade de formação dos com-vidas na comunidade escolar (garantindo o debate da Educação Ambiental junto à juventude).

Centro-Sul, Leste, Oeste

71. Implementar a Agenda 21 nas escolas públicas e privadas.

Centro-Sul Pampulha

72. Possibilitar que todas as escolas de Belo Horizonte mandem o lixo para a ASMARE.

Barreiro

#### Meio Ambiente

73. Garantir e melhorar a coleta de lixo para todos. Fazer a divulgação e incentivar a coleta seletiva, e canalizar os esgotos a céu aberto.

Venda Nova, Leste, Norte, Barreiro, Pampulha, Oeste

74. Implantar projeto para melhoria dos córregos de Venda Nova, criando uma comissão para acompanhamento.

Venda Nova

75. Investir em energias renováveis e reciclagem (desenvolvendo programas que aliem a preservação ambiental à geração de renda para a população em situação de risco social, apoiando grupos já existentes). Investir ainda em outras formas de proteção integral ao meio ambiente, priorizando o desenvolvimento sustentável.

Barreiro, Leste, Venda Nova

76. Criar políticas públicas de prevenção ao desmatamento.

Leste

77. Combater mais efetivamente o tráfico de animais nativos para diversos países.

Leste

78. Apoiar a organização dos escoteiros, sem haver um limite de idade, e promover a articulação entre a prefeitura e o escotismo.

Leste, Barreiro

79. Facilitar o acesso ao Parque do Rola Moça.

Barreiro

80. Incentivar o plantio de árvores, principalmente perto de nascentes.

Barreiro

81. Criar um projeto de conscientização geral em relação à questão da água, incentivando o reaproveitamento e combatendo o desperdício. Combater o desperdício de água nas escolas, com o uso de mecanismos como descargas hidráulicas mais econômicas.

Barreiro, Norte

82. Revitalizar os afluentes dos rios e os córregos, como os da Regional Nordeste (o Onça, o córrego da Av. Bernardo Vasconcelos, entre outros) e o córrego Tamboril (Regional Norte). Destacamos a necessidade de uma análise ambiental dos córregos para resolver o problema e não apenas escondê-los. Conscientizar a população para que não construa casas perto das nascentes.

Barreiro, Nordeste, Norte

83. Instalar estação de tratamento de esgoto nas comunidades perto do córrego no final do São Clemente.

Barreiro

84. Aumentar a fiscalização de agentes poluidores, como os automóveis e as empresas que jogam resíduos sólidos em rios, margens etc.

Barreiro

85. Divulgar, por meio da PBH, informações relacionadas à questão ambiental. A população tem direito a informações sobre a gestão ambiental da cidade.

86. Ter um orçamento próprio para o meio ambiente. Elaborar relatórios anuais com estatísticas ambientais.

Nordeste

87. Estabelecer número mínimo de lixeiras para cada quarteirão, a fim de suprir as necessidades da cidade.

Nordeste

88. Criar um disque-denúncia para tratar da questão ambiental.

Nordeste

89. Criar mais parques ecológicos (inclusive trazendo para Belo Horizonte a experiência de Presidente Kennedy) – em áreas como a Mata dos Werneques (Regional Norte), por exemplo –, além de conservar e garantir a segurança dos parques já existentes. Promover ainda a urbanização de vilas e favelas.

Noroeste, Norte

## PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

1. Garantir o cumprimento da lei 10.639 nas escolas desde o ensino infantil (creches públicas e conveniadas), até o ensino médio e universidade e dos profissionais da educação e outros servidores municipais para lidar com as questões dos afro-descendentes e promover a criação e manutenção de uma comissão fiscalizadora dessa lei.

Venda Nova, Barreiro.

2. Criar e implementar cursos e oficinas sobre a cultura afro para os arte/educadores.

Venda Nova

3. Garantir a divulgação das leis 10.639 e 8.764

Venda Nova, Noroeste.

4. Fiscalização do cumprimento da lei municipal 8.764, sobre a reserva de vaga destinada a estágio na administração pública direta e indireta para afro-descendentes.

Venda Nova, Pampulha, Noroeste, Barreiro, Leste.

5. Criar fundos municipais que destinem uma porcentagem das verbas para projetos elaborados por jovens negros.

Venda Nova

6. Elaborar anualmente um censo sobre dados específicos da população negra, mostrando a realidade quantitativa, qualitativa da referida população no que diz respeito à educação, à saúde, e ao mercado de trabalho.

Venda Nova

7. Fortalecer as organizações da juventude negra.

Leste

8. Buscar resgatar a consciência e a identidade negra e criar cotas para negros nos concursos públicos da PBH.

Leste

9. Implementar as resoluções da I Conferência Municipal de Igualdade Racial.

Leste

10. Aumentar a participação do jovem negro nas campanhas publicitárias da PBH

Leste

11. Incluir jovens negros na campanha “Eu amo BH radicalmente”.

Leste

12. Implementar e garantir o programa de anemia falciforme no SUS BH.

Leste

13. Garantir o uso e o acesso da população negra aos meios de comunicação.

Leste

14. Garantir a cultura africana nos espaços de discussão.

Leste

15. Garantir o funcionamento da COMACON

Leste

16. Criação de centros de referências da cultura negra nas comunidades.

Leste Norte

17. Criar programas de inclusão digital para os jovens da periferia.

Leste

18. Criar fóruns para discussão de políticas públicas de promoção da igualdade racial.  
Leste
19. Garantir a implementação de um seminário municipal sobre juventude negra.  
Leste
20. Meio passe  
Leste
21. Passe livre  
Leste
22. Difundir a proposta do estatuto da Promoção da igualdade racial.  
Leste
23. Promover o respeito às expressões culturais afro-brasileiras como forma de preservação da história do povo brasileiro em geral.  
Centro-Sul
24. Mobilizar os meios de comunicação e em especial a televisão para colocar os afrodescendentes em novelas, jornais e demais programas.  
Centro-Sul, Norte
25. Oferecer reciclagem para os policiais sobre tema do racismo  
Barreiro
26. Criar e promover grupos e centros de estudo sobre a cultura negra de hoje, e de outras culturas como de brancos, índios, etc.  
Barreiro
27. Expandir a área do BH cidadania.  
Barreiro
28. Divulgar o projeto Agente Jovem.  
Barreiro
29. Incentivar os negros a, depois do ensino médio, ingressarem no ensino superior.  
Barreiro
30. Divulgar a lista de cotas para negros em empregos, escolas, e estágios.  
Barreiro
31. Criar uma lei que retire o item “cor” em formulários de pedido de emprego.  
Pampulha
32. Criar políticas de cotas em universidades acompanhada de assistência ao estudante  
Pampulha, Leste
33. Criar mecanismos de incentivo à contratação de jovens negros por empresas.  
Pampulha
34. Fazer pesquisa participativa sobre a realidade dos jovens negros para promover uma maior eficácia dos projetos de inclusão.  
Pampulha Barreiro.
35. Criar programas de ensino médio paralelos ao ensino profissionalizante de qualidade.  
Pampulha
36. Promover uma maior divulgação e ampliação de projetos já realizados pela prefeitura, como o “População Negra” e o “FAN”.  
Pampulha
37. Realizar discussões, oficinas e debates sobre leis e cultura negra nos centros culturais, abordando temas como: capoeira, percussão, congado, hip-hop, samba de raiz.  
Nordeste

38. Criar mecanismos que promovam a inserção da mulher negra na sociedade.  
Nordeste
39. Ampliar e potencializar os espaços públicos municipais para a capacitação da negritude jovem, visando a melhor inserção destes no mercado de trabalho.  
Nordeste
40. Melhorar a divulgação das ações da prefeitura em vários locais, com ênfase nos lugares de maiores índices de vulnerabilidade social.  
Noroeste
41. Criar um conselho de referência para promover o diálogo entre os diversos órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário sobre políticas de promoção da igualdade racial, privilegiando os lugares de maior vulnerabilidade social.  
Noroeste
42. Criar núcleos de referência de igualdade racial nas regionais: 1 núcleo central e 9 núcleos regionais.  
Noroeste
43. Criar cursos de qualificação com enfoque para a igualdade racial.  
Noroeste
44. Ampliar o número de vagas para estágios da prefeitura.  
Noroeste
45. Implantar grupo para trabalhar a lei 10. 639 nas escolas.  
Noroeste  
Oeste – Núcleo de treinamento para capacitação de professores.
46. Divulgar as ações da subsecretaria para comunidades negras nas escolas.  
Oeste
47. Incrementar e melhorar a divulgação da Secretaria Nacional de promoção de Igualdade Racial  
Oeste
48. Capacitar funcionários públicos dedicados a tarefas de segurança em matéria de direitos humanos e respeito à diversidade racial e incluir em trabalho de do Núcleo de Apoio Família a temática da promoção de igualdade  
Oeste
49. Criar um centro de referência da juventude negra.  
Norte.
50. Trabalhar questões com negros da periferia (necessidades)  
Norte
51. Fortalecer o SOS Racismo e promover o resgate da cultura negra.  
Norte
52. Ocupar os negros com centros comunitários, ou seja, em espaços públicos.  
Norte
53. Buscar união e apresentar a juventude (em praça, escolas, ou até mesmo na periferia).  
Norte

## SAÚDE, DIVERSIDADE SEXUAL E GÊNERO

### Propostas Gerais

1. Promover interlocução entre iniciativas de saúde, educação e assistência sexual.  
Barreiro



2. Capacitar alunos nas escolas para debater, expor e esclarecer idéias a respeito de saúde, diversidade sexual e gênero.

Barreiro

3. Fazer um diagnóstico sobre a situação do jovem na saúde, diversidade sexual e gênero.

Leste

4. Trabalhar em conjunto com a família na área de saúde e sexualidade - reuniões entre pais e filhos nas escolas e comunidades.

Leste, Noroeste, Norte

5. Incrementar as políticas de assistência social.

Leste

6. Montar um projeto ligado às questões de diversidade política e religiosa.

Leste

7. Desenvolver pesquisas em escolas para saber as principais dificuldades.

Leste

8. Criar ações para gerar e promover a cidadania das populações marginalizadas pela sociedade.

Centro-Sul

9. Promover a divulgação de oficinas e trabalhos dos próprios grupos do bairro a todos os jovens.

Norte

10. Fortalecer a rede de suporte social para atendimento.

Norte

11. Criar parcerias com a escola para um atendimento fixo aos adolescentes na própria escola.

Norte

12. Divulgar informações de saúde para jovens nos locais por eles freqüentados.

Norte

13. Ampliar o projeto “Fica Vivo”.

Oeste

14. Promover e garantir uma fiscalização maior dos projetos implantados da comunidade.

Oeste

Saúde

15. Promover oficinas e conscientizar os trabalhadores dos postos de saúde para que tenham um maior conhecimento dos jovens, bem como garantir que enfermeiros e ginecologistas possam instruir os jovens e esclarecer suas dúvidas.

Barreiro

16. Promover o treinamento e capacitação dos profissionais de saúde em questão de gênero e população marginalizada, sobre os princípios do SUS, para que possam dialogar com os jovens na linguagem deles, de forma a haver compreensão por parte dos jovens.

Barreiro, Leste, Centro-Sul, Nordeste, Norte

17. Criar programas de formação de educadores e profissionais da saúde para promoção da igualdade entre os gêneros e da liberdade de orientação sexual e drogas.

Barreiro, Venda Nova, Centro-Sul

18. Oferecer serviço médico de ginecologia e disponibilidade de tratamento para os jovens através da implementação de programas de saúde específicos, bem como garantir o sigilo nos exames para as jovens.

Venda Nova

19. Colocar especialistas, como ginecologistas e clínicos gerais, nas equipes do PSF e não só nos postos de saúde.

Norte

20. Disponibilizar mais preservativos (femininos e masculinos) nos postos de saúde sem burocracia (os postos de saúde, ao fornecerem preservativos, pedem uma ficha cadastral para o fornecimento, o que constrange os jovens).

Barreiro, Centro-Sul, Nordeste, Norte, Oeste

21. Aumentar a divulgação a respeito da importância do uso da camisinha (não só no carnaval).

Leste

22. Aplicar políticas públicas de prevenção do uso de drogas pela juventude; redução de danos; prevenção – suplementação regional.

Venda Nova, Centro-Sul

23. Promover a proteção e a inserção social.

Venda Nova

24. Promover a saúde de forma contínua.

Nordeste

25. Criar Centros Municipais de Tratamento de Toxicomania.

Pampulha

26. Fiscalizar e controlar a venda de bebidas alcoólicas a menores.

Venda Nova

27. Erradicar a publicidade de bebidas alcoólicas e drogas na mídia e promover trabalhos de educação nas escolas.

Norte

28. Exigir que seja cumprida a lei em relação a proibição da venda de bebidas alcoólicas e drogas para menores.

Norte

29. Criar centros de saúde específicos para jovens, para evitar constrangimentos.

Venda Nova, Noroeste, Nordeste

30. Ampliar os postos de saúde de acordo com a necessidade.

Leste

31. Dar mais realismo e incentivo às palestras sobre saúde, sexualidade e uso de drogas. Palestras dentro da escola em forma de gincana. Não centralizar as palestras nas escolas e sim na comunidade (Agente Jovem).

Leste, Oeste

32. Contratar psicólogos para as escolas para dar apoio aos alunos, pais e professores – reciclagem (psicologia preventiva).

Leste

33. Promover o acompanhamento psicológico na saúde mental.

Nordeste

34. Criar parceria Prefeitura-Ceasa para doação de alimentos.

Leste

35. Mostrar a probabilidade de AIDS para assustar com índices mais reais, em linguagem jovem.

Leste, Centro-Sul

36. Divulgar nas grandes mídias as estratégias para a prevenção de DSTs.

Leste

37. Inserir o PSF nos postos de saúde para instrumentação dos mesmos.

Leste

38. Aumentar as equipes de PSF para o bairro Felicidade (onde só existem 7 equipes, sendo que 4 não tem nenhum médico).

Norte

39. Trabalhar com os jovens interessados em ser multiplicadores das ações de saúde.

Leste, Norte

40. Potencializar os agentes de saúde jovem para falar sobre sexualidade (criar estilos – samba, hip hop, rádio, vídeo).

Leste

41. Acabar com a agenda fechada dos médicos que atendem o máximo de 10 pacientes por expediente.

Nordeste

42. Ampliar os espaços físicos e recursos humanos na atenção primária e também melhorar os equipamentos para atenção odontológica.

Nordeste

43. Ampliar as discussões acerca da gravidez precoce pela escola, mídia, comunidade. Não tratando a jovem grávida como sendo um problema para ela e seu futuro, e considerando o significado da gravidez no seu contexto social.

Nordeste

44. Ampliar a participação da associação de bairro integrando esta nas ações profissionais de saúde.

Nordeste

45. Estimular o controle social nos serviços de saúde: exemplo – caixa de sugestões e críticas nos serviços de saúde a serem discutidas obrigatoriamente nas reuniões de controle social, aumentando assim a participação popular na melhoria do serviço e adequando-o à realidade social dos usuários, estreitando as relações entre o serviço e a comunidade.

Nordeste

46. Informar a população nas escolas, mídias, serviços de saúde dos projetos desenvolvidos pela prefeitura e das melhorias do serviço. Ex: Informativo sobre a área da saúde, atividades das regionais.

Nordeste

47. Dialogar com pessoas que tenham conhecimento das questões de raça, gênero, diversidade sexual na formulação de campanhas publicitárias, para que as mesmas fossem pensadas e não discriminatórias. Essas questões devem ser pensadas e discutidas juntamente com o publicitário encarregado até sua implantação. As campanhas devem passar por um processo de revisão e avaliação para contemplar todos e sem preconceitos.

Nordeste

48. Promover espaços de promoção da saúde nas escolas.

Norte

49. Trabalhar no próprio bairro promovendo a mobilização das escolas com feiras, envolvendo questões da saúde.

Norte

50. Divulgar ações como campanha de vacinação e uso de métodos contraceptivos.

Norte

51. Criar áreas de lazer para prática de esportes variados nos bairros para evitar o problema comum da obesidade entre os jovens.

Norte

52. Contratar profissionais de saúde nas escolas.

Oeste

53. Fiscalizar os postos de saúde.

Oeste

## DIVERSIDADE SEXUAL E GÊNERO

1. Aproximar a linguagem que trata sobre a sexualidade da linguagem utilizada pelos jovens.

Barreiro, Noroeste

2. Capacitar os jovens para orientação de outros jovens quanto a questões de sexualidade, gravidez e doenças sexualmente transmissíveis.

Barreiro

3. Abrir espaços nos postos e escolas para que pessoas de ambos os sexos possam ter acesso a educação sexual.

Barreiro

4. Criar cartilhas ilustrativas que chamem a atenção dos jovens para a sexualidade, na linguagem dos jovens.

Barreiro

5. Criar grupos de jovens nas comunidades para tratar dos assuntos de sexualidade que precisam ser tratados com mais atenção e urgência.

Barreiro

6. Fomentar a orientação sexual desde a infância nas escolas - planejamento das vidas. Orientação aos pais.

Venda Nova, Leste

7. Garantir o acesso de homossexuais a lugares privados e públicos.

Venda Nova

8. Acompanhar os jovens homossexuais nas escolas e trabalhar contra a homofobia.

Venda Nova

9. Implementar políticas específicas aos gêneros sexuais.

Venda Nova

10. Incentivar as jovens grávidas para não abandonar a escola (através da criação e manutenção de creches, por exemplo).

Leste

11. Criar fóruns de discussão para inclusão de temas como homossexualidade, por exemplo.

Leste

12. Iniciar programas contínuos de educação sexual para crianças e adolescentes, dentro das escolas, na linguagem dos jovens, com pessoas de fora e com pessoas que já passaram por alguma experiência com DST, drogas e outros.

Leste, Centro-Sul, Noroeste, Norte, Oeste

13. Abrir espaços para inclusão da cultura homossexual, a fim de que a população passe aos poucos a reconhecer a cidadania homossexual, ou GLBT.

Centro-Sul

14. Facilitar aos jovens o acesso a informações e métodos de prevenção de DST, incluindo-se jovens homossexuais ou GLBT.

Leste, Centro-Sul, Oeste

15. Apoiar às políticas de afirmação e visibilidade da população homossexual, e fomentar políticas inclusivas para jovens GLBT.

Centro-Sul

16. Valorizar a auto-estima do homossexual, com projetos de integração e valorização da vida.

Centro-Sul

17. Criar diagnósticos sobre a população GLBT e juventude em geral, bem como dados relacionados à violência.

Centro-Sul

18. Estruturar o CRDS (Centro de Referências da Diversidade Sexual) municipal e divulgá-lo para que a população GLBT e em geral saiba da sua existência.

Centro-Sul

19. Distribuir kits para prevenção para os homossexuais (distribuição em postos públicos) gel, etc.

a. Lésbicas – lixa de unha, camisinha, gel, cortador de unha e luva.

b. Gays – camisinha, gel.

Centro-Sul

20. Criar casas para abrigar travestis.

Centro-Sul

21. Promover campanhas de combate à homofobia e à discriminação de gênero nas escolas; sobre afetividade em geral; e de auto-valorização para jovens enfocando raça e diferenças sociais e sexuais.

Centro-Sul, Noroeste

22. Criar o Dia Municipal de Combate à Homofobia. (17/05)

Centro-Sul

23. Inserir nas grades curriculares a orientação sexual, especificando homossexuais e afetividade.

Centro-Sul

24. Reestruturar os centros de saúde, criando serviços voltados para os jovens e que incluam:

c. Profissionais de psicologia.

d. Equipe especializada para formação, através de palestras e debates sobre sexualidade (planejamento familiar, DST), gênero, raça, drogas e violência.

e. Intersetorialidade com a educação (escolas) para maior possibilidade de se atingir um número grande de jovens no trabalho de formação e prevenção.

Pampulha

25. Criar um grupo de teatro dentro da Coordenadoria da Juventude que faça, através da linguagem teatral, as diversas discussões relacionadas à juventude (diversidade sexual, gênero, raça...)

Pampulha

26. Distribuir materiais da luta contra o machismo, promovendo campanhas freqüentes de combate ao machismo em toda a sociedade e incentivando a juventude a ter iniciativas.

Noroeste

27. Apoiar projetos de ONGs e movimentos sociais com relação à sexualidade e saúde.

Noroeste

28. Promover campanhas preventivas de combate à prostituição.

Noroeste

29. Criar centros de orientação de pais e mães jovens.

Noroeste

30. Criar programas de orientação para garotas de programa afim de inseri-las na sociedade e no mercado formal de trabalho.

Noroeste

31. Melhorar os programas de orientação sexual.

Noroeste

32. Conscientizar os jovens e os pais sobre a diversidade sexual e saúde.

Noroeste, Norte

33. Conscientizar a população sobre os termos utilizados pelo movimento GLBTT.

Noroeste

34. Criar centros de orientação da juventude, para tratar de questões como prostituição, gravidez e abuso sexual.

Noroeste

35. Criar uma intersetorialidade para trabalhar as questões de diversidade sexual, dentre outras.

Norte

36. Trabalhar em órgãos governamentais e não-governamentais a questão do preconceito sexual.

Norte

## TRABALHO E RENDA

1. Criar o SINE Jovem.

Venda Nova

2. Criar núcleos Regionais de Trabalho e Renda para Jovens que promovam diversos cursos, que sejam descentralizados e que propiciem uma efetiva capacitação profissional.

Noroeste

3. Promover cursos de capacitação profissional gratuitos para a juventude com direcionamento à estágios e oferecer incentivos fiscais para empresas privadas na abertura de vagas para a juventude, criando parcerias com as comunidades.

Venda Nova, Leste, Nordeste, Norte, Noroeste, Oeste, Pampulha, Barreiro

4. Promover cursos profissionalizantes para usuários de drogas.

Venda Nova

5. Promover cursos profissionalizantes na área da cultura.

Venda Nova

6. Garantir transporte para os cursos profissionalizantes.

Oeste

7. Criar oportunidades de emprego para jovens do ensino médio, através de uma agência para o encaminhamento dos mesmos.

Barreiro

8. Promover a volta do ensino médio profissionalizante com professores capacitados e qualificados como garantia de investimento na formação dos alunos para ingressar no mercado de trabalho.

Noroeste

9. Criar estágios e empregos para jovens sem experiência, com parceria de ONGs e empresas privadas.

Venda Nova, Centro-Sul

10. Incentivar o cooperativismo.

Leste e Nordeste

11. Estabelecer programas de acesso facilitado a crédito (micro-crédito) que ofereçam também o suporte técnico aos jovens empreendedores.

Centro-Sul, Nordeste

12. Ampliar o mercado de trabalho aos jovens, não restringindo a estágios, abrangendo adolescentes.

Leste, Centro-Sul

13. Investir e expandir os cursos técnicos, altamente concentrados na área de informática e escritório. Promover a parceria entre escolas e empresas para o desenvolvimento de programas de formação técnica.

Leste, Pampulha, Nordeste, Norte, Venda Nova

14. Selecionar os alunos que têm melhores freqüências, notas e desempenho nos cursos profissionalizantes e premiá-los, através de parceria com o setor privado, com um trabalho de estágio com duração de seis meses ou um ano para que eles possam adquirir experiência e motivar os outros alunos a terem melhor desempenho nos cursos.

Barreiro

15. Aplicar maior fiscalização nas empresas que exigem experiência para estudantes universitários e cursos profissionalizantes (há empresas que oferecem vagas como estágios, mas exigem, contraditoriamente, sempre um período de experiência).

Centro-Sul

16. Incentivar a formalização de convênios pelos órgãos governamentais com as instituições de ensino público e privado, para criação de oportunidades de estágio de acordo com a legislação vigente como forma de inclusão ao mercado de trabalho.

Centro-Sul

17. Melhorar as escolas públicas e ampliar os estagiários da prefeitura, garantindo ao jovem trabalhador melhores condições.

Leste

18. Melhorar o processo de seleção para estagiários da PBH, vinculando-os aos programas sociais.

Noroeste

19. Criar vagas de estágios nos programas promovidos pelo poder público, como por exemplo o Escola Aberta.

Noroeste

20. Disponibilizar acompanhamento técnico a jovens encaminhados para empresas.

Centro-Sul

21. Firmar parcerias com empresas locais para programas de qualificação profissional - procurar saber as demandas locais.

Pampulha

22. Criar mais cursos profissionalizantes dentro das próprias comunidades (um núcleo do Qualificarte no Barreiro, por exemplo).

23. Criar sistemas de transporte público que promovam a inclusão social através de barateamento de tarifas e projetos de integração, permitindo acesso às diversas localidades da cidade.

Noroeste

24. Ampliar o programa bolsa-família para fornecer aos jovens uma condição melhor de vida e de emprego.

Leste

25. Criar programas no molde do Bolsa-Família para o segmento juvenil.

Leste

26. Ampliar o programa 1º emprego.

Oeste, Norte

27. Exigir o empenho das instituições de ensino público e privado na preservação dos interesses e direitos dos jovens estudantes, acompanhando e monitorando os jovens beneficiados por programas sociais.

Centro-Sul

28. Melhorar o setor trabalhista, com jornada de 5 horas para a juventude com salário integral.

Leste

29. Reduzir a carga horária para jovens trabalhadores nas repartições públicas.

Nordeste

30. Ampliar a Rede Pública de Ensino em bairros de baixa renda.

Leste

31. Implantar estratégias para possibilitar a inserção dos jovens no mercado de trabalho após os 18 anos, através de parcerias com as empresas.

Centro-Sul

32. Melhorar a divulgação das atividades da PBH, especialmente dos diversos órgãos existentes no setor de qualificação e profissionalização, e encaminhando jovens para o mercado de trabalho junto às instituições representativas dos jovens, escolas, universidades, ampliando a conscientização de políticas públicas para a juventude.

Centro-Sul Nordeste Oeste Norte Noroeste

33. Construir condições de igualdade de oportunidades para pessoas portadoras de deficiência com a isenção fiscal para empresas que adquirem equipamentos específicos para o desenvolvimento das atividades laborais dos mesmos.

Centro-Sul

34. Punição para empresas que não cumprem a Lei 8.213/91 de reserva de 5% das vagas de empresas com mais de 100 funcionários para portadores de deficiência.

Oeste

35. Estimular a divulgação de leis, direitos trabalhistas, estágio e outros programas aos estudantes e à juventude em geral.

Centro-Sul

36. Planejar cronogramas para escola aberta.

Pampulha

37. Incentivar e promover palestras sobre a questão de geração de renda e 1º emprego.

Pampulha

38. Fazer um diagnóstico das iniciativas que acontecem nas regionais ligadas a trabalho e renda.

Pampulha



39. Criar centros nas microrregionais para o treinamento de informática após realização de cursos.

Nordeste

40. Criar salas de informática em todas as escolas.

Nordeste

41. Criar de hortas e feiras para geração de empregos para jovens mães.

Oeste

42. Incentivar a criação de hortas comunitárias nas escolas.

Oeste

43. Criar planos como a ASSPROM que contratam temporariamente, dando mais oportunidade para mulheres e garotos da periferia.

Oeste, Norte

44. Encaminhar os jovens do projeto Agente Jovem ao mercado de trabalho.

Norte

45. Garantir imparcialidade na seleção dos candidatos a emprego.

Norte

46. Promover a valorização social de exercícios profissionais como cabeleireiro, manicure, mecânico, garçom entre outras.

Norte

47. Utilizar lugares disponíveis e sub-aproveitados (como o Parque das Águas) para a facilitação de instalação de programas e projetos que objetivem a educação e a profissionalização.

Barreiro